



Governo do Estado de São Paulo
Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
Divisão de Recursos Humanos

COMUNICADO

Nº do Processo: 161.00166130/2023-11

Interessado: Divisão de Recursos Humanos

Assunto: Comunicado DRH 033/2023 - AVALIA 2017 - Divulgação dos gabaritos

A Comissão de Avaliação de Competências, instituída pela Portaria Administrativa 175/2022, representada neste ato pela Diretora de Recursos Humanos da Fundação CASA-SP, no uso de suas atribuições;

Considerando que as provas do AVALIA-2017 foram aplicadas nos dias 04 e 05 de setembro, em primeira chamada, e em 12 de setembro, em segunda chamada, conforme Comunicados DRH 030/2023 e 032/2023.

COMUNICA

1 - Apresentamos os Cadernos de Questões com as respostas válidas identificadas com "(X)":

i) ANEXO I: Primeira chamada – dia 04/09

ii) ANEXO II: Primeira chamada – dia 05/09

iii) ANEXO III: Segunda chamada – dia 12/09

2 – Nos dias 13 e 14/09/2023 os servidores poderão interpor recurso, exclusivamente,

quanto ao gabarito das questões, utilizando para tanto Sistema de Recursos do AVALIA, no endereço virtual: <https://sistemas.fundacaocasa.sp.gov.br/recursos/>

3 - Os recursos deverão, obrigatoriamente, ser fundamentados, indicando com precisão o objeto da revisão e a resposta que entende ser a correta, sob-risco de indeferimento.

4 - Conforme item 7.7.1 da Instrução DRH 001/2023, havendo alteração de algum resultado, será publicado no órgão oficial da imprensa.

São Paulo, na data da assinatura digital.

SILVIA ELAINE MALAGUTTI LEANDRO

Diretora de Divisão de Recursos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Elaine Malagutti Leandro, Diretor de Divisão I**, em 12/09/2023, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7079673** e o código CRC **96D60376**.

ANEXO I

AGENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO

1. São considerados direitos sociais, de acordo com o artigo 6º da Constituição Federal:

- A educação, a saúde, a alimentação
- O voto secreto, a moradia, o transporte
- O lazer, a segurança, a liberdade de expressão
- A liberdade religiosa, a proteção à infância, a assistência aos desamparados
- Todas as opções estão corretas

2. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento _____, _____, _____, _____ e _____, em condições de liberdade e de dignidade.

Assinale a opção que completa as lacunas.

- físico, mental, moral, espiritual e social
- físico, mental, moral, espiritual e educacional
- físico, mental, cognitivo, espiritual e social
- comportamental, mental, moral, espiritual e social
- físico, comportamental, moral, espiritual e educacional

3. Conforme o exposto no artigo 15 da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, a política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através de três tipos de programas, serviços e ações públicas:

I - Serviços e programas das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

II - Serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos.

III - Serviços e programas de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Segundo a Resolução Conanda nº 119, de 11 de dezembro de 2006, o SINASE aborda:

Desde a apuração do ato infracional até a execução de medidas socioeducativas

Desde o cometimento do ato infracional até a execução de medidas socioeducativas

Desde a apuração do ato infracional até após execução de medidas socioeducativas

Desde a apuração do ato infracional até a maioria penal

Desde a apuração do ato infracional, somente

5. De acordo com o princípio 50, do Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad)):

Em geral, a participação em planos e programas deve ser voluntária. Os próprios jovens devem estar envolvidos na sua concepção, elaboração e execução

Em geral, a participação em planos e programas deve ser compulsória. Os pais ou tutores dos jovens devem estar envolvidos na sua concepção e elaboração

Em geral, a participação em planos e programas deve ser compulsória, mas os jovens tem o direito de envolverem-se na sua concepção e elaboração

A participação em planos e programas poderá ser voluntária ou compulsória (caso seja da vontade de seus pais ou tutores). Aos jovens será negada a possibilidade de participação na sua concepção e elaboração

Em geral, a participação em planos e programas deverá ser, preferencialmente, voluntária. Os próprios jovens devem estar envolvidos na sua concepção, elaboração e execução

6. De acordo com o Artigo 7º do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, foi criado em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, o SIC significa:

- (X) SIC - Serviços de Informações ao Cidadão
- () SIC - Serviços Informatizado ao Cidadão
- () SIC - Serviços de Informações e Cidadania
- () SIC - Serviços de Integração ao Cidadão
- () SIC - Serviços de Informatização e Cidadania

7. Com base na Portaria Normativa nº 431, de 16 de junho de 2023, que torna pública a implantação do Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - SEI/SP, é CORRETO afirmar que:

- (X) Todas as alternativas estão corretas
- () A produção, gestão, tramitação, armazenamento, preservação, segurança e acesso a documentos e informações arquivísticas de novos documentos, na Fundação CASA-SP, deverão ser realizados exclusivamente no ambiente oficial de gestão documental do Estado de São Paulo (<http://www.sei.sp.gov.br>), denominado sistema SEI/SP
- () O número do documento gerado pelo SEI/SP será o número oficial para controle
- () Todos os servidores da Fundação CASA-SP deverão estar cadastrados no SEI/SP e acessar rotineiramente o sistema
- () É obrigatória a todos os servidores da Fundação CASA a certificação no curso de Educação à Distância - EAD, da Escola de Formação dos Profissionais da Educação – EFAPE

8. De acordo com a Portaria Normativa nº 337/2020 e a Portaria Normativa nº 398/2022, em relação ao horário de estudante, é CORRETO afirmar que:

- (X) O servidor abrangido gozará do benefício durante os dias letivos, EXCETO nos períodos de recesso e de férias escolares
- () Não se faz necessário enviar comprovante anual ou semestral, conforme o caso, de que está matriculado em estabelecimento de ensino oficial ou autorizado
- () O servidor não necessita apresentar novo pedido sempre que houver mudança de curso ou de estabelecimento de Ensino
- () Não poderá haver alteração de horário de entrada e saída

() O “Requerimento de Alteração de Horário de Trabalho”, conforme modelo disponível no portal E-Casa, não necessita ser preenchido e assinado pelo requerente

9. De acordo com a Portaria Normativa nº 337/2020 e Portaria Normativa nº 398/2022, em relação Gestação, Licenças Maternidade e Adotante, é CORRETO:

(X) O afastamento para gozo de licença maternidade será de 120 dias, podendo iniciar-se no período entre 28 dias antes do parto e a data de ocorrência deste

() Não será garantido à servidora, durante a gravidez, a transferência de função na sua lotação, mesmo quando as condições de saúde assim exigirem, não sendo assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho e não sendo obrigatório a notificação à GMST para acompanhamento da saúde da servidora

() Caso ocorra o parto durante o período de férias, será concluído o gozo das férias pra depois iniciar a licença maternidade

() Em caso de morte da genitora, não será assegurado ao cônjuge ou companheiro(a) da servidora o gozo de licença por todo o período da licença maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe

() Em hipótese alguma, o período da Licença Maternidade poderá ser aumentado

10. De acordo com a Portaria Normativa nº 337/2020 e Portaria Normativa nº 398/2022, em relação ao registro de ponto, é CORRETO afirmar:

(X) Todos os servidores da Fundação, com exceção daqueles que ocupam cargos de livre provimento e comissionados em funções gratificadas, deverão registrar seu ponto manualmente ou por outro meio que a Fundação venha a adotar

() O Cartão de Ponto ou Folha de Assinatura de Ponto com duração mensal somente poderá ser emitido e recolhido pelo próprio servidor.

() O registro do ponto não pode ser efetuado com antecedência superior a 30 minutos, em relação ao início de cada período de trabalho, bem como após os 30 minutos do término de cada período, exceto nos casos de serviços extraordinários, quando devidamente convocados e autorizados pelo gestor mediato

() Na hipótese de atraso diário superior a 40 (quarenta) minutos, será descontado do salário do servidor o tempo total extrapolado, com a consequente perda da tolerância acima indicada

() Não serão descontadas da remuneração do servidor as saídas antecipadas ou temporárias, quando justificadas

AGENTE DE APOIO OPERACIONAL

1. Com base no artigo 3º da Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, é CORRETO afirmar que a garantia dos direitos de crianças e adolescentes se fará através das seguintes linhas estratégicas:

- I. Efetivação dos instrumentos normativos próprios, especialmente da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- II. Implementação e fortalecimento das instâncias públicas responsáveis por esse fim.
- III. Facilitação do acesso aos mecanismos de garantia de direitos, definidos em lei.

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira

2. Com base no artigo 3º da Resolução 119/2006 do CONANDA, é CORRETO afirmar que o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até _____;

- (X) a execução de medidas socioeducativas
- () a sentença judicial
- () a elaboração do Boletim de Ocorrência
- () a análise do processo
- () o envio do Plano Individual de Atendimento

3. Nas Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok), a Regra nº 38 estabelece que as adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes a sua idade e gênero. Ainda em acordo com essa regra, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Somente poderão receber acompanhamento de saúde na presença de suas genitoras
- () Elas devem receber aconselhamento sobre abuso

- () Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher
- () Elas deverão ter acesso regular a ginecologistas
- () Elas devem receber orientação sobre como aconselhamento sobre violência sexual

4. Conforme o artigo 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a garantir alguns direitos. Quanto a isso, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Não há necessidade de manter alojamento conjunto, de forma que o neonato não precisa permanecer com a sua mãe
- () Deverão manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 18 (dezoito) anos;
- () Deverão identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente
- () Deverão proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido bem como prestar orientação aos pais
- () Deverão fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato

5. O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 cita que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:

- (X) O particularismo político
- () A soberania
- () A cidadania
- () A dignidade da pessoa humana
- () Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

6. Quais das atividades NÃO se enquadra nas atividades do profissional que atua na Lavanderia?

- (X) Supervisionar o serviço e a equipe de Lavanderia, utilizando conhecimentos técnicos, científicos e administrativos

- Selecionar peças do vestuário a serem lavados, separando segundo o tipo, cor e natureza do tecido para dar o tratamento correto e evitar que manchem ou deformem
- Proceder à lavagem através de processo manual ou mecânico, utilizando água, sabão e outros produtos para retirar as impurezas impregnadas
- Proceder secagem das peças, utilizando-se de máquina própria ou dependurando-as em local conveniente para permitir sua utilização
- Recolher e separar as peças de natureza semelhantes e dobrá-las adequadamente

7. De acordo com o Manual de Lavanderia. Superintendência de Saúde (2008), roupas representam todo e qualquer material de tecido utilizado pelos internos das unidades e que necessitam passar por um processo de lavagem e secagem para sua reutilização. São elas:

- Roupas de uso pessoal, de cama e banho
- Uniformes de servidores
- Toalhas de mesas e panos de prato
- Tapetes e Panos de limpeza
- Calçados em geral

8. Qual alternativa NÃO corresponde à realização de limpeza de banheiro?

- Encerar o piso com cera
- Lavar os objetos do banheiro
- Lavar a pia e o vaso sanitário
- Limpar espelho e torneiras
- Limpar o chuveiro

9. De acordo com o Manual de Lavanderia da Superintendência de Saúde (2008), sobre a localização da lavanderia, está INCORRETO:

- Caso a lavanderia seja alimentada por caldeira, recomenda-se que fique bem distante
- Preferencialmente no pavimento térreo
- Junto à área de serviços gerais
- Dentro do prédio, anexa ou separada do mesmo

Com o sistema de transporte e as circulações, com o menor percurso e a mínima exposição das roupas

10. Para que a higiene e a segurança no ambiente de trabalho se tornem satisfatórias, é preciso mudar os hábitos e as condições de trabalho. Para tanto, é importante observar:

- A diversificação de tarefas
- O aumento do ritmo do trabalho
- O trabalho direto sem descanso
- A manutenção do clima autoritário no ambiente
- A não valorização das queixas dos trabalhadores

AGENTE DE APOIO SOCIOEDUCATIVO

1. Conforme a lei federal 12594/12 (Lei do Sinase), em seu artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

- Máxima intervenção, considerando a gravidade do ato infracional
- Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo
- Excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos
- Prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas
- Proporcionalidade em relação à ofensa cometida

2. Em seu artigo 5º, a Constituição Federal (CF) estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos descritos na própria CF. Um desses termos é:

- A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- A prática do racismo constitui crime afiançável, mas imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

- A prática do racismo constitui crime inafiançável, prescritível em 5 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível em 10 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, não sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

3. Acerca da apuração de ato infracional atribuído a adolescente, de acordo com os artigos 171 e 172 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar que:

- O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente
- O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade penitenciária
- O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade escolar
- O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade fundiária
- Todas as opções estão corretas

4. Segundo o artigo 22 da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, na União, nos Estados e nos Municípios haverá um Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente composto de:

- Representantes do Governo e da sociedade civil organizada
- Representantes do Governo e sociedade comercial
- Representantes da igreja, do governo e da sociedade civil
- Representantes do Governo Estadual e Municipal
- Representantes da Fundação CASA e Poder Judiciário

5. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), a respeito da Educação, afirmam que os governos têm a obrigação de tornar a educação pública acessível a todos os jovens e, ainda, devem, além de atividades de formação acadêmica e profissional, consagrar especial atenção ao que segue, EXCETO:

- Envolvimento dos jovens como expectadores passivos no processo educativo

() Ensino dos valores fundamentais e desenvolvimento do respeito pela identidade e tradições culturais da criança, pelos valores sociais do país em que a criança vive, pelas civilizações diferentes das da criança e pelos direitos e liberdades fundamentais do homem

() Promoção e desenvolvimento da personalidade, aptidões e capacidades físicas e mentais dos jovens

() Prestação de informação e orientação em relação à formação profissional, oportunidades de emprego e perspectivas de carreira

() Promoção de atividades que imprimam um sentimento de identificação e de pertencimento à escola e à comunidade

6. De acordo com a Portaria Normativa 357/2021, em Centros de Atendimento que não estiverem com equipamento de scanner corporal em funcionamento, deverão ser adotados padrões básicos de segurança, conforme a seguir:

I. Realização de revistas de ambiente no espaço em que se realizar a visita, e nos adolescentes antes e após o término das mesmas.

II. Utilização de equipamentos de detectores de metal tipo manual, portal, banquinho, outros que vierem a ser admitidos pela Instituição.

III. Liberação dos familiares, antes do término de revista dos adolescentes.

(X) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

() Somente a afirmativa I é verdadeira

() Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

() Todas as afirmativas são verdadeiras

7. Considerando o descrito na Portaria Normativa 427/2023, em relação às solicitações de imagens, podemos afirmar:

I. As solicitações de imagens deverão conter data, hora e local da ocorrência e, se possível, a indicação da câmera;

II. As solicitações oriundas dos demais órgãos externos deverão ser precedidas de autorização judicial, caso contenham imagens de adolescentes.

III. As solicitações deverão ser feitas ao Diretor, que realizará a exportação em virtude de ser responsável pelo sistema.

- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Todas as afirmativas são verdadeiras

8. De acordo com a Portaria Administrativa 1160/2020, são atribuições da Equipe de Suporte Regional, descritas a seguir, EXCETO:

- Realização de revistas íntima nos familiares de adolescentes
- Atuação no espaço socioeducativo dos Centros
- Realização de saídas emergenciais e programadas
- Acompanhamento de eventos internos e externos
- Atendimento de eventuais ocorrências nos Centros

9. Considerando o descrito no Caderno Técnico da Superintendência de Segurança – Conceitos, Diretrizes e Procedimentos, recomenda-se ao Agente de Apoio Socioeducativo, enquanto participante da Equipe de Referência:

- I. A disciplina não pode ser vista tão somente como instrumento para manutenção da ordem institucional, mas sim como a garantia de um estado de paz, tranquilidade e respeito
- II. Fazer-se presente para a formação de vínculo, sendo esta de maneira construtiva, solidária, favorável e criativa, para isso a exemplaridade é aspecto fundamental
- III. Os profissionais devem ter sua conduta construída em bases éticas frente às situações do dia a dia

- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

10. De acordo com o Caderno Técnico da Superintendência de Segurança – Conceitos, Diretrizes e Procedimentos, a comunicação via rádio HT é fundamental para organização e

segurança do Centro; considerando o código internacional de comunicação “Q”, podemos afirmar que os códigos QSA, QAP, QSO e QTI correspondem a qual alternativa:

- (X) Intensidade de Sinal, na escuta, contato e a caminho
- () Cancele msg, à disposição, obrigado e nome do operador
- () Cancele msg, à disposição, contato e a caminho
- () Intensidade de Sinal, à disposição, obrigado e a caminho
- () Aguarde, novidade, localização e banheiro

AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO TRABALHO

1. Conforme o artigo 71 da Lei 12.594/2012 (Lei do SINASE), todas as entidades de atendimento socioeducativo deverão, em seus respectivos regimentos, realizar a previsão de regime disciplinar obedecendo os seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Formas de participação da família para efetivo cumprimento da sanção disciplinar
- () Tipificação explícita das infrações como leves, médias e graves e determinação das correspondentes sanções
- () Exigência da instauração formal de processo disciplinar para a aplicação de qualquer sanção, garantidos a ampla defesa e o contraditório
- () Obrigatoriedade de audiência do socioeducando nos casos em que seja necessária a instauração de processo disciplinar
- () Apuração da falta disciplinar por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) integrantes, sendo 1 (um), obrigatoriamente, oriundo da equipe técnica

2. Conforme o artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são deveres do Estado assegurar à criança e ao adolescente, EXCETO:

- (X) Atendimento no ensino médio, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde
- () Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria
- () Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio

Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino

Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um

3. Segundo o artigo 19 da Resolução Conanda nº 113, os programas de execução de medida socioeducativa se estruturam e se organizam, sob forma de um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, em cumprimento do(s) seguinte(s) princípio(s) norteador(es):

I. Prevalência do conteúdo educativo sobre os sancionatórios e meramente de contenção, no atendimento socioeducativo.

II. Ordenação do atendimento socioeducativo e da sua gestão, a partir do projeto político pedagógico.

III. Construção, monitoramento e avaliação do atendimento socioeducativo, com a participação proativa dos adolescentes socioeducandos.

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Segundo o SINASE (Resolução Conanda nº 119), o Sistema de Garantia de Direitos é constituído de:

SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça e Segurança Pública e Sistema Educacional

SUS, SUAS, DELES, Sistema de Educação, Sistema de Justiça somente

SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social e Sistema de Justiça Restaurativa

SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional

SUS – Sistema Universal de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional

5. São orientações fundamentais das Regras de Beijing/Pequim:

I. Os Estados Membros procurarão, em consonância com seus respectivos interesses gerais, promover o bem-estar da criança e do adolescente e de sua família

II. As presentes regras se aplicarão segundo o contexto das condições econômicas, sociais e culturais que predominem em cada um dos Estados Membros

III. A Justiça da Infância e da Juventude será concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país e deverá ser administrada no marco geral de justiça social para todos os jovens, de maneira que contribua ao mesmo tempo para a sua proteção e para a manutenção da paz e da ordem na sociedade

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

6. Compete ao profissional de Enfermagem de nível médio qualificado em Enfermagem do Trabalho, de acordo com o Art. 15, da Lei nº 7.498/86, publicada no D.O.U. de 25.06.86, e do Decreto nº 94.406, Art. 13, desempenhar suas atividades... assinale a alternativa INCORRETA:

Sob orientação, supervisão e direção do Gestor da área

Sob determinação, supervisão e direção do Enfermeiro do Trabalho

Sob observação, supervisão e direção do Enfermeiro do Trabalho

Sob orientação, supervisão e direção do Enfermeiro do Trabalho

Sob orientação, supervisão e direção do Médico do Trabalho

7. Os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (NR 4) devem ser compostos pelos serviços abaixo, EXCETO:

Fisioterapeuta

Médico do Trabalho

Engenheiro de Segurança do Trabalho

Técnico de Segurança do Trabalho

Enfermeiro do Trabalho e Auxiliar ou Técnico em Enfermagem do Trabalho

8. Quais atribuições do auxiliar de enfermagem do trabalho?

Todas as alternativas estão corretas

Atender e orientar colaboradores nas questões ocupacionais

Auxiliar na realização de exames admissionais e demissionais

Fazer curativos

Aferir pressão arterial e temperatura, em conformidade com as normas e procedimento estabelecidos

9. De acordo com a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, e o Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que regulamentam o exercício da Enfermagem no país, respeitados os respectivos graus de habilitação, a enfermagem é exercida privativamente pelos profissionais:

Todas as alternativas estão corretas

Enfermeiro

Técnico de Enfermagem

Auxiliar de Enfermagem

Parteira

10. Considerando a Vacinação Ocupacional, Guia Prático - ANAMT (Associação Nacional de medicina do Trabalho) - SBIM (Sociedade Brasileira do Imunização), são doenças causadas por agentes biológicos infecciosos preveníveis por imunização, EXCETO:

Câncer

Caxumba

Febre tifoide

Rotavirose

Coqueluche

AGENTE ADMINISTRATIVO

1. São considerados direitos sociais, de acordo com o artigo 6º da Constituição Federal:

- (X) A educação, a saúde, a alimentação
- () O voto secreto, a moradia, o transporte
- () O lazer, a segurança, a liberdade de expressão
- () A liberdade religiosa, a proteção à infância, a assistência aos desamparados
- () Todas as opções estão corretas

2. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento _____, _____, _____, _____ e _____, em condições de liberdade e de dignidade.

Assinale a opção que completa as lacunas.

- (X) físico, mental, moral, espiritual e social
- () físico, mental, moral, espiritual e educacional
- () físico, mental, cognitivo, espiritual e social
- () comportamental, mental, moral, espiritual e social
- () físico, comportamental, moral, espiritual e educacional

3. Conforme o exposto no artigo 15 da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, a política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através de três tipos de programas, serviços e ações públicas:

I - Serviços e programas das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

II - Serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos.

III - Serviços e programas de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

- Somente a afirmativa I é verdadeira
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Segundo a Resolução Conanda nº 119, de 11 de dezembro de 2006, o SINASE aborda:

- Desde a apuração do ato infracional até a execução de medidas socioeducativas
- Desde o cometimento do ato infracional até a execução de medidas socioeducativas
- Desde a apuração do ato infracional até após execução de medidas socioeducativas
- Desde a apuração do ato infracional até a maioria penal
- Desde a apuração do ato infracional, somente

5. De acordo com o princípio 50, do Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad)):

- Em geral, a participação em planos e programas deve ser voluntária. Os próprios jovens devem estar envolvidos na sua concepção, elaboração e execução
- Em geral, a participação em planos e programas deve ser compulsória. Os pais ou tutores dos jovens devem estar envolvidos na sua concepção e elaboração
- Em geral, a participação em planos e programas deve ser compulsória, mas os jovens tem o direito de envolverem-se na sua concepção e elaboração
- A participação em planos e programas poderá ser voluntária ou compulsória (caso seja da vontade de seus pais ou tutores). Aos jovens será negada a possibilidade de participação na sua concepção e elaboração
- Em geral, a participação em planos e programas deverá ser, preferencialmente, voluntária. Os próprios jovens devem estar envolvidos na sua concepção, elaboração e execução

6. Considerando o Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas, com base no Artigo 4º - É dever dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, EXCETO:

- Não divulgar dados e informações mesmo que sejam de interesse público
- Promover a gestão transparente de documentos, dados e informações

- Assegurar sua disponibilidade, autenticidade e integridade, para garantir o pleno direito de acesso
- Divulgar documentos, dados e informações de interesse coletivo ou geral, sob sua custódia, independentemente de solicitações
- Proteger os documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, por meio de critérios técnicos e objetivos, o menos restritivo possível.

7. De acordo com o Artigo 7º do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, foi criado em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, o SIC significa:

- SIC - Serviços de Informações ao Cidadão
- SIC - Serviços Informatizado ao Cidadão
- SIC - Serviços de Informações e Cidadania
- SIC - Serviços de Integração ao Cidadão
- SIC - Serviços de Informatização e Cidadania

8. De acordo com o Artigo 71 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

- Todas as alternativas estão CORRETAS
- Recusar-se a fornecer documentos, dados e informações requeridas nos termos deste decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa
- Utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, documento, dado ou informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública
- Agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso a documento, dado e informação
- Divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido ao documento, dado e informação sigilosos ou pessoal

9. Com base na Portaria Normativa nº 431, de 16 de junho de 2023, que torna pública a implantação do Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - SEI/SP, é CORRETO afirmar:

(X) Todas as alternativas estão corretas

() A produção, gestão, tramitação, armazenamento, preservação, segurança e acesso a documentos e informações arquivísticas de novos documentos, na Fundação CASA-SP, deverão ser realizados exclusivamente no ambiente oficial de gestão documental do Estado de São Paulo (<http://www.sei.sp.gov.br>), denominado sistema SEI/SP

() O número do documento gerado pelo SEI/SP será o número oficial para controle

() Todos os servidores da Fundação CASA-SP deverão estar cadastrados no SEI/SP e acessar rotineiramente o sistema

() É obrigatória a todos os servidores da Fundação CASA a certificação no curso de Educação à Distância - EAD, da Escola de Formação dos Profissionais da Educação – EFAPE

10. De acordo com a Portaria Normativa nº 337/2020 e Portaria Normativa nº 398/2022, em relação as faltas justificadas, é CORRETO:

(X) O servidor terá direito a tantos dias quanto constarem da convocação de órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Autoridade Policial mediante apresentação de Ofício ou documento hábil

() Mediante apresentação do Certificado de Alistamento Militar o servidor terá direito a dois dias para exercício de apresentação anual das reservas ou cerimônia cívica do dia do reservista

() Mediante apresentação de cópia da Certidão de Óbito, o servidor terá direito a dez dias consecutivos em caso de falecimento de sogros, avós, netos, dependentes, irmãos e padrasto/madrasta e dez dias consecutivos no caso de falecimento do cônjuge, companheiro, companheira, ascendente e descendente (pai, mãe e filhos)

() Mediante apresentação de documento comprobatório, no prazo de quarenta e oito horas do nascimento, o genitor terá direito a 60 dias corridos de licença paternidade

() O servidor não poderá se ausentar, por motivo de exame vestibular ou supletivo de 1º e 2º graus ou ENEM e ENADE

AGENTE EDUCACIONAL

1. Conforme artigo 4º da Lei 12.594/2012 (Lei do Sinase), compete aos Estados na execução das Medidas socioeducativas, EXCETO:

(X) Financiar, com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como

aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa privativa de liberdade

() Prestar assessoria técnica e suplementação financeira aos Municípios para a oferta regular de programas de meio aberto

() Garantir o pleno funcionamento do plantão interinstitucional, nos termos previstos no inciso V do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

() Garantir defesa técnica do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional

() Cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema

2. Conforme apresentado no artigo 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - Tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

II - Por reiteração no cometimento de outras infrações graves.

III – Por uso de drogas ilícitas.

IV – Por não permanência na rede de ensino.

V - Por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

(X) Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras

() Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

() Todas as afirmativas são verdadeiras

() Somente a afirmativa I e V são verdadeiras

3. Segundo o artigo 4º da Resolução Conanda nº 113, consideram-se instrumentos normativos de promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, para os efeitos da resolução:

I - A Constituição Federal, com destaque para os artigos 5º, 6º, 7º, 24 – VX, 226, 227 E 228.

II – Normas internacionais não convencionais, aprovadas como Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, a respeito da matéria.

III - Leis Federais, estaduais e municipais de proteção da infância e da adolescência.

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Do SINASE (Resolução Conanda nº 119/2006) tem-se que “o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas”. Segundo o SINASE (Resolução Conanda nº 119/2006), ato infracional é:

- (X) Um comportamento contrário à lei praticado por um adolescente
- () Qualquer ato ilegal cometido por um jovem ou adulto
- () Uma conduta que só se aplica a adultos maiores de 21 anos
- () Um ato de desobediência praticado por uma pessoa idosa
- () Uma ação que não é passível de punição segundo o Código Penal

5. De acordo com as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade, conhecida como Regras de Havana, quanto à religião pode-se afirmar que:

I. Todos os menores devem ser autorizados a satisfazer as suas necessidades religiosas e de vida espiritual, em especial assistindo aos serviços religiosos ou encontros organizados no estabelecimento ou contatando com os representantes do seu culto e tendo na sua posse dos livros e objetos de culto e de instrução religiosa próprios da sua confissão.

II. Se um estabelecimento de detenção tiver um número suficiente de menores de uma dada religião, um ou mais representantes qualificados dessa religião devem ser nomeados ou aprovados e ser-lhes concedida autorização para prestar serviços religiosos regulares e fazer visitas pastorais particulares aos menores.

III. Toda entidade deve oferecer visitas de um representante qualificado de qualquer religião, sendo obrigatória a participação dos jovens nos serviços religiosos ofertados.

- (X) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

6. Considerando a RESOLUÇÃO Nº 3 CNE/CEB, publicada em Diário Oficial na data de 16/05/2016, que define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas podemos afirmar que:

I - O atendimento educacional a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas deve ser estruturado de modo intersetorial e cooperativo, articulado às políticas públicas de assistência social, saúde, esporte, cultura, lazer, trabalho e justiça, entre outras.

II - Aos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo deve ser garantida a oferta de cursos de Educação Profissional, articulada à Educação Básica, nas formas integrada, concomitante ou subsequente, observada a legislação pertinente.

III - A Educação Profissional não substitui a respectiva etapa de escolarização, nem deve orientar-se pela lógica de uma inclusão subalterna, devendo contribuir, ao contrário, para ampliar as possibilidades e oportunidades de inserção autônoma e qualificada destes adolescentes e jovens no mundo do trabalho

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

7. São princípios do atendimento escolar de jovens e adolescentes em medidas socioeducativas:

I - A prevalência do regime disciplinar sobre a dimensão educativa

II - A escolarização como estratégia de reinserção social plena, articulada à reconstrução de projetos de vida e à garantia de direitos;

III - A progressão com qualidade, mediante o necessário investimento na ampliação de possibilidades educacionais;

IV - O investimento em experiências de aprendizagem social e culturalmente relevantes, bem como do desenvolvimento progressivo de habilidades, saberes e competências;

V - O desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizagem de adolescentes e jovens, em sintonia com o tipo de medida aplicada

Somente as afirmativas II, III, IV e V são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente as afirmativas II e III e são verdadeiras

Todas as afirmativas são verdadeiras

8. A oferta de escolarização aos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo deve atentar para os seguintes aspectos:

I - Oferta de educação integral em tempo integral;

II - Oferta de Educação Profissional;

III - Garantia do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes com deficiência;

IV- Acompanhamento pedagógico específico, garantido o sigilo;

V - Promoção de condições de acesso e permanência na Educação Superior;

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente as afirmativas II e III e são verdadeiras

Somente as afirmativas II, III, IV e V são verdadeiras

9. Considerando a LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

III. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

IV. Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;

V. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

- (X) Todas as afirmativas estão corretas
- () Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas
- () Somente as afirmativas I, II, IV e V estão corretas
- () Somente as afirmativas II, III e V estão corretas
- () Somente as afirmativas I, III, IV e V estão corretas

10. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN (Lei nº 9.394/1996), o ensino será ministrado com base em alguns dos seguintes princípios:

- (X) Todas as opções estão corretas
- () Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola
- () Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas
- () Respeito à liberdade e apreço à tolerância
- () Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais

AGENTE TÉCNICO

1. Conforme artigo 4º da Lei 12.594/2012 (Lei do Sinase), compete aos Estados na execução das Medidas socioeducativas, EXCETO:

- (X) Financiar, com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa privativa de liberdade
- () Prestar assessoria técnica e suplementação financeira aos Municípios para a oferta regular de programas de meio aberto
- () Garantir o pleno funcionamento do plantão interinstitucional, nos termos previstos no inciso V do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)
- () Garantir defesa técnica do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional
- () Cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema

2. Conforme apresentado no artigo 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - Tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

II - Por reiteração no cometimento de outras infrações graves.

III – Por uso de drogas ilícitas.

IV – Por não permanência na rede de ensino.

V - Por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras

Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente a afirmativa I e V são verdadeiras

3. Segundo o artigo 4º da Resolução Conanda nº 113, consideram-se instrumentos normativos de promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, para os efeitos da resolução:

I - A Constituição Federal, com destaque para os artigos 5º, 6º, 7º, 24 – VX, 226, 227 E 228.

II – Normas internacionais não convencionais, aprovadas como Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, a respeito da matéria.

III - Leis Federais, estaduais e municipais de proteção da infância e da adolescência.

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Do SINASE (Resolução Conanda nº 119/2006) tem-se que “o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e

administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas”. Segundo o SINASE (Resolução Conanda nº 119/2006), ato infracional é:

- (X) Um comportamento contrário à lei praticado por um adolescente
- () Qualquer ato ilegal cometido por um jovem ou adulto
- () Uma conduta que só se aplica a adultos maiores de 21 anos
- () Um ato de desobediência praticado por uma pessoa idosa
- () Uma ação que não é passível de punição segundo o Código Penal

5. De acordo com as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade, conhecida como Regras de Havana, quanto à religião pode-se afirmar que:

I. Todos os menores devem ser autorizados a satisfazer as suas necessidades religiosas e de vida espiritual, em especial assistindo aos serviços religiosos ou encontros organizados no estabelecimento ou contatando com os representantes do seu culto e tendo na sua posse dos livros e objetos de culto e de instrução religiosa próprios da sua confissão.

II. Se um estabelecimento de detenção tiver um número suficiente de menores de uma dada religião, um ou mais representantes qualificados dessa religião devem ser nomeados ou aprovados e ser-lhes concedida autorização para prestar serviços religiosos regulares e fazer visitas pastorais particulares aos menores.

III. Toda entidade deve oferecer visitas de um representante qualificado de qualquer religião, sendo obrigatória a participação dos jovens nos serviços religiosos ofertados.

- (X) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira

6. São diretrizes da Superintendência Pedagógica, de acordo com o caderno Educação e Medida Socioeducativa: conceitos, diretrizes e procedimentos:

- (X) Todas as afirmativas estão corretas

- Garantir o atendimento pedagógico semanal a todos os adolescentes na medida de internação através das gerências
- Organizar e participar de eventos e ações esportivas, sempre considerando as ações gerais estabelecidas no atendimento
- Garantir que as diretrizes pedagógicas que regem o modelo de atendimento para a medida de semiliberdade sejam executadas
- Zelar pelo bom uso e conservação dos materiais esportivos

7. São consideradas Práticas Educativas, conforme estabelecido no caderno da Superintendência Pedagógica - Educação e Medida Socioeducativa: conceitos, diretrizes e procedimentos:

- I. Acompanhamento diário da rotina pedagógica e do cumprimento das atividades planejadas.
- II. Atenção ao planejamento de ações suplementares para o caso da necessidade de substituição de professores ausentes.
- III. Alimentação do Portal.
- IV. Organização do quadro de profissionais do setor pedagógico.

- Somente as afirmativas I e II estão corretas
- Somente as afirmativas II e IV estão corretas
- Somente as afirmativas II e III estão corretas
- Somente as afirmativas I e IV estão corretas
- Todas as afirmativas estão corretas

8. São atribuições do Agente Técnico, conforme descrição de cargo:

- Todas as afirmativas estão corretas
- Participar do processo de elaboração do planejamento anual dos Centros de Atendimento, bem como da proposta pedagógica
- Planejar as atividades de classe diária e os conteúdos relativos à sua área de atuação, que impliquem no desenvolvimento do processo educativo, bem como o desenvolvimento de habilidades específicas de noções básicas sobre o mundo do trabalho, visando à evolução positiva dos alunos
- Ministrar aulas, avaliar e otimizar as práticas educativas desenvolvidas, bem como acompanhar e avaliar o processo evolutivo dos alunos

Preparar o material necessário para o desenvolvimento das atividades

9. Segundo o caderno da Superintendência Pedagógica “Educação e Medida Socioeducativa: conceito, diretrizes e procedimentos”, para construir uma unidade pautada de respeito, resgate de valores técnicos, solidariedade e cooperação é necessário:

- I. Ambiente organizado com regras e procedimentos
- II. Equipe de servidores com clareza de seus papéis e atribuições
- III. Gestores preparados para todos os setores
- IV. Desenvolver ações conscientes e com intencionalidades
- V. Desenvolver atendimento integral e integrado aos adolescentes

Todas as afirmativas estão corretas

Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas

Somente as afirmativas I, II e III estão corretas

Somente as afirmativas II e IV estão corretas

Somente as afirmativas II e III estão corretas

10. Considerando o Caderno da Superintendência Pedagógica, Educação e Medida Socioeducativa: conceito, diretrizes e procedimentos, no que tange a educação não-formal, analise as afirmativas:

I. A formação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, se complementa para além da legalidade (ECA e SINASE) em um conjunto de áreas que entendemos se entrelaçam no processo educativo e, no conjunto, atendem as várias dimensões da formação humana.

II. Consideramos não-formal as áreas da educação que nos permitem maior liberdade na escolha dos conteúdos, metodologia, avaliação, bem como dos parceiros para sua execução.

III. As áreas tratadas por educação não-formal no referido Caderno da Superintendência Pedagógica, são representadas somente pela educação profissional e arte e cultura, que oferecem atividades suficientes para manter os adolescentes ocupados em tempo integral.

IV. A maior liberdade na escolha dos conteúdos, metodologia, avaliação, bem como dos parceiros para sua execução possibilita maior autonomia na construção de projetos e proposição de política pública.

- Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas
- Somente as afirmativas I, II e III estão corretas
- Somente as afirmativas III e IV estão corretas
- Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas
- Todas as afirmativas estão corretas

TÉCNICO OPERACIONAL/ALMOXARIFE

1. Com base no artigo 3º da Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, é CORRETO afirmar que a garantia dos direitos de crianças e adolescentes se fará através das seguintes linhas estratégicas:

- I. Efetivação dos instrumentos normativos próprios, especialmente da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- II. Implementação e fortalecimento das instâncias públicas responsáveis por esse fim.
- III. Facilitação do acesso aos mecanismos de garantia de direitos, definidos em lei.

- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira

2. Com base no artigo 3º da Resolução 119/2006 do CONANDA, é CORRETO afirmar que o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até _____;

- a execução de medidas socioeducativas
- a sentença judicial
- a elaboração do Boletim de Ocorrência
- a análise do processo
- o envio do Plano Individual de Atendimento

3. Nas Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok), a Regra nº 38 estabelece que as adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes a sua idade e gênero. Ainda em acordo com essa regra, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Somente poderão receber acompanhamento de saúde na presença de suas genitoras
- () Elas devem receber aconselhamento sobre abuso
- () Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher
- () Elas deverão ter acesso regular a ginecologistas
- () Elas devem receber orientação sobre como aconselhamento sobre violência sexual

4. Conforme o artigo 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a garantir alguns direitos. Quanto a isso, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Não há necessidade de manter alojamento conjunto, de forma que o neonato não precisa permanecer com a sua mãe
- () Deverão manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 18 (dezoito) anos;
- () Deverão identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente
- () Deverão proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido bem como prestar orientação aos pais
- () Deverão fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato

5. O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 cita que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:

- (X) O particularismo político
- () A soberania
- () A cidadania

- A dignidade da pessoa humana
- Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

6. Quais as atividades que envolvem a realização do inventário anual, considerando a Portaria Normativa nº 248/2013?

- Todas as alternativas estão corretas
- Cronograma de início e término
- Planejamento de ações para eliminação de divergências detectadas no decorrer do inventário
- Composição das equipes de contagem
- Treinamento das equipes

7. Considerando a Portaria Normativa nº 248/2013, quais áreas da Instituição estão envolvidas no inventário físico anual:

- Todas as alternativas estão corretas
- Gerência de Saúde – GSAU
- Seção de Almojarifado Central – SAL
- Seções Administrativas das Divisões Regionais
- Assessoria de Controle Interno – ACI

8. Considerando o disposto na Portaria Normativa nº 339/2020, que estabelece e atribui competências no âmbito das contratações administrativas, qual alternativa está INCORRETA:

- Equipe de Gestão da Contratação – responsável por gerir a execução contratual coordenada pelo Gestor e composta apenas pelos Fiscais do Contrato
- Gestor é o responsável pela coordenação das equipes de gestão e de planejamento da contratação, com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais
- Fiscal do Contrato é o responsável pela fiscalização da execução do contrato e pelo acompanhamento do contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, propostas de sanções, verificação de aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais
- Responsável Técnico é o responsável por subsidiar a Equipe de Planejamento da Contratação

() Equipe de Planejamento da Contratação é a responsável por caracterizar o objeto, evidenciar as vantagens para a administração, sua economicidade e identificar o modelo de contratação e da gestão do contrato, definindo as diretrizes para a futura contratação, sob a coordenação do Gestor

9. Quais as funções do profissional Almojarife?

(X) Todas as alternativas estão corretas

() Responsável pelo controle do estoque, exercendo atividades em armazéns e depósitos

() Realiza a conferência de mercadorias e expedição

() Controla os registros de entrada e saída dos itens de estoque.

() Organiza a movimentação dos itens armazenados

10. Considerando a Portaria Normativa nº 248/2013, as alternativas abaixo estão relacionadas ao Inventário físico, EXCETO:

(X) Registro das divergências, porém sem relatar em relatório específico

() Instrumento de controle para a verificação dos saldos de estoques nos almoxarifados

() Caracteriza-se pela contagem física dos estoques para comparação com os registros contábeis

() Recontagem dos itens com divergência, verificação da descrição e especificação básica

() Verificação do saldo de estoque, identificação de itens com data de validade vencida, jogos incompletos e itens deteriorados pela ação ambiental

ANALISTA ADMINISTRATIVO

1. São considerados direitos sociais, de acordo com o artigo 6º da Constituição Federal:

(X) A educação, a saúde, a alimentação

() O voto secreto, a moradia, o transporte

() O lazer, a segurança, a liberdade de expressão

() A liberdade religiosa, a proteção à infância, a assistência aos desamparados

Todas as opções estão corretas

2. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento _____, _____, _____, _____ e _____, em condições de liberdade e de dignidade.

Assinale a opção que completa as lacunas.

- físico, mental, moral, espiritual e social
- físico, mental, moral, espiritual e educacional
- físico, mental, cognitivo, espiritual e social
- comportamental, mental, moral, espiritual e social
- físico, comportamental, moral, espiritual e educacional

3. Conforme o exposto no artigo 15 da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, a política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através de três tipos de programas, serviços e ações públicas:

I - Serviços e programas das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

II - Serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos.

III - Serviços e programas de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Segundo a Resolução Conanda nº 119, de 11 de dezembro de 2006, o SINASE aborda:

- Desde a apuração do ato infracional até a execução de medidas socioeducativas

- () Desde o cometimento do ato infracional até a execução de medidas socioeducativas
- () Desde a apuração do ato infracional até após execução de medidas socioeducativas
- () Desde a apuração do ato infracional até a maioria penal
- () A apuração do ato infracional, somente

5. De acordo com o princípio 50, dos Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad):

- (X) Em geral, a participação em planos e programas deve ser voluntária. Os próprios jovens devem estar envolvidos na sua concepção, elaboração e execução
- () Em geral, a participação em planos e programas deve ser compulsória. Os pais ou tutores dos jovens devem estar envolvidos na sua concepção e elaboração
- () Em geral, a participação em planos e programas deve ser compulsória, mas os jovens tem o direito de envolverem-se na sua concepção e elaboração
- () A participação em planos e programas poderá ser voluntária ou compulsória (caso seja da vontade de seus pais ou tutores). Aos jovens será negada a possibilidade de participação na sua concepção e elaboração
- () Em geral, a participação em planos e programas deverá ser, preferencialmente, voluntária. Os próprios jovens devem estar envolvidos na sua concepção, elaboração e execução

6. Considerando o Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas, com base no Artigo 4º - É dever dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, assinale a alternativa INCORRETA:

- (X) Não divulgar dados e informações mesmo que sejam de interesse público
- () Promover a gestão transparente de documentos, dados e informações
- () Assegurar sua disponibilidade, autenticidade e integridade, para garantir o pleno direito de acesso
- () Divulgar documentos, dados e informações de interesse coletivo ou geral, sob sua custódia, independentemente de solicitações
- () Proteger os documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, por meio de critérios técnicos e objetivos, o menos restritivo possível

7. De acordo com o Artigo 71 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

- (X) Todas as opções estão corretas
- () Recusar-se a fornecer documentos, dados e informações requeridas nos termos deste decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa
- () Utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, documento, dado ou informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública
- () Agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso a documento, dado e informação
- () Divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido ao documento, dado e informação sigilosos ou pessoal

8. De acordo com a Portaria Normativa nº 248/2013, quais as atividades que envolvem a realização do inventário anual?

- (X) Todas as opções estão corretas
- () Cronograma de início e término
- () Planejamento de ações para eliminação de divergências detectadas no decorrer do inventário
- () Composição das equipes de contagem
- () Treinamento das equipes

9. De acordo com a Portaria Normativa nº 215/2011, os veículos oficiais e/ou contratados terão:

- (X) Todas as opções estão corretas
- () Adesivo, em suas portas dianteiras
- () Adesivo com o brasão oficial do Estado de São Paulo
- () Adesivo com a expressão “Governo do Estado de São Paulo”
- () As letras deverão ser em caracteres pretos, sobre uma faixa branca

10. É CORRETO afirmar, considerando a Portaria Normativa nº 266/2015, em relação a concessão de diárias aos servidores da Fundação CASA-SP:

(X) Todas as opções estão corretas

() O objetivo das diárias é custear despesas com hospedagem e refeições dos servidores que se deslocar temporariamente da respectiva sede, para outro município localizado num raio superior a 70 Km (setenta quilômetros)

() A diária será calculada por período de 24 horas, contadas do momento da partida ao do regresso do servidor à sede de trabalho

() Será admitido o pagamento de diária, inferior ao período de 24 (vinte e quatro) horas, desde que haja pernoite, com autorização expressa da Chefia de Gabinete, Diretoria Administrativa ou Diretoria Técnica, de acordo com a vinculação do servidor

() O valor da diária será calculado com base no valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo – UFESP

ANALISTA TÉCNICO

1. Conforme artigo 4º da Lei 12.594/2012 (Lei do Sinase), compete aos Estados na execução das Medidas socioeducativas, EXCETO:

(X) Financiar, com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa privativa de liberdade

() Prestar assessoria técnica e suplementação financeira aos Municípios para a oferta regular de programas de meio aberto

() Garantir o pleno funcionamento do plantão interinstitucional, nos termos previstos no inciso V do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

() Garantir defesa técnica do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional

() Cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema

2. Conforme apresentado no artigo 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a medida de internação só poderá ser aplicada quando:

- I - Tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.
- II - Por reiteração no cometimento de outras infrações graves.
- III – Por uso de drogas ilícitas.
- IV – Por não permanência na rede de ensino.
- V - Por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

- Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente a afirmativa I e V são verdadeiras

3. Segundo o artigo 4º da Resolução Conanda nº 113, consideram-se instrumentos normativos de promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, para os efeitos da resolução:

- I - A Constituição Federal, com destaque para os artigos 5º, 6º, 7º, 24 – VX, 226, 227 E 228.
- II – Normas internacionais não convencionais, aprovadas como Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, a respeito da matéria.
- III - Leis Federais, estaduais e municipais de proteção da infância e da adolescência.

- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Do SINASE (Resolução Conanda nº 119/2006) tem-se que “o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas”. Segundo o SINASE (Resolução Conanda nº 119/2006), ato infracional é:

- (X) Um comportamento contrário à lei praticado por um adolescente
- () Qualquer ato ilegal cometido por um jovem ou adulto
- () Uma conduta que só se aplica a adultos maiores de 21 anos
- () Um ato de desobediência praticado por uma pessoa idosa
- () Uma ação que não é passível de punição segundo o Código Penal

5. De acordo com as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade, conhecida como Regras de Havana, quanto à religião pode-se afirmar que:

I. Todos os menores devem ser autorizados a satisfazer as suas necessidades religiosas e de vida espiritual, em especial assistindo aos serviços religiosos ou encontros organizados no estabelecimento ou contatando com os representantes do seu culto e tendo na sua posse dos livros e objetos de culto e de instrução religiosa próprios da sua confissão.

II. Se um estabelecimento de detenção tiver um número suficiente de menores de uma dada religião, um ou mais representantes qualificados dessa religião devem ser nomeados ou aprovados e ser-lhes concedida autorização para prestar serviços religiosos regulares e fazer visitas pastorais particulares aos menores.

III. Toda entidade deve oferecer visitas de um representante qualificado de qualquer religião, sendo obrigatória a participação dos jovens nos serviços religiosos ofertados.

- (X) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira

6. No caderno da Superintendência Pedagógica “Educação e Medida Socioeducativa: conceito, diretrizes e procedimentos”, há lembrança de que em 1794 Friedrich Schiller (1759- 1805) escreveu suas 27 Cartas sobre educação visando enriquecer a humanidade com mais qualidades além daquelas formais. Visava restabelecer o equilíbrio na educação integral da humanidade:

- I. Enriquecendo-a com ensino tecnológico;
- II. Estimulando a prática esportiva;
- III. Complementando-a com a educação estética.

- Somente a afirmativa III é correta
- Somente a afirmativa II é correta
- Somente a afirmativa I é correta
- Somente as afirmativas I e III estão corretas
- Nenhuma das afirmativas está correta

7. Segundo a LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, dos princípios e fins da educação nacional, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- II. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- III. Respeito à liberdade e apreço a tolerância;
- IV. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e valorização somente da experiência curricular que confere ao estudante possibilidades mais amplas de acesso as universidades;
- V. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

- Somente as afirmativas I, II, III e V estão corretas
- Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas
- Somente as afirmativas II, IV e V estão corretas
- Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas
- Todas as afirmativas estão corretas

8. Considerando o caderno da Superintendência Pedagógica “Educação e Medida Socioeducativa: conceito, diretrizes e procedimentos”, com relação ao Plano individual de atendimento é possível afirmar que:

- I. A elaboração do Plano Individual de Atendimento constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa.
- II. A elaboração do PIA se inicia na acolhida do adolescente no programa de atendimento e o requisito básico para sua elaboração é a realização do diagnóstico polidimensional por meio de

intervenções técnicas junto ao adolescente e sua família, nas áreas: Jurídica, Saúde, Psicológica, Social e Pedagógica”.

III. A partir da premissa de que individualmente o adolescente é um ser singular, integral e complexo, o ponto de partida da construção do PIA necessariamente não pode ser outro que não o conhecimento da individualidade integral e complexa de um adolescente específico.

IV. Na área pedagógica o diagnóstico polidimensional deve procurar entender o percurso educacional do adolescente em todas as modalidades educativas desenvolvidas, buscando entender, por exemplo, como ocorreu a escolarização, se existe defasagem de aprendizagem, o que pode ter motivado esta defasagem; quais as experiências culturais e esportivas, quais suas habilidades e preferências, qual a expectativa profissional do adolescente etc.

- (X) Todas as afirmativas estão corretas
- () Somente as afirmativas I, II e III estão corretas
- () Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas
- () Somente as afirmativas II e III estão corretas
- () Somente as afirmativas II e IV estão corretas

9. Considerando a RESOLUÇÃO Nº 3 CNE/CEB, publicada em Diário Oficial 16/05/2016 que define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas podemos afirmar que:

I. O atendimento educacional a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas deve ser estruturado de modo intersetorial e cooperativo, articulado às políticas públicas de assistência social, saúde, esporte, cultura, lazer, trabalho e justiça, entre outras.

II. Aos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo deve ser garantida a oferta de cursos de Educação Profissional, articulada à Educação Básica, nas formas integrada, concomitante ou subsequente, observada a legislação pertinente.

III. A Educação Profissional não substitui a respectiva etapa de escolarização, nem deve orientar-se pela lógica de uma inclusão subalterna, devendo contribuir, ao contrário, para ampliar as possibilidades e oportunidades de inserção autônoma e qualificada destes adolescentes e jovens no mundo do trabalho

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira
- () As afirmativas II e III são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

10. São princípios do atendimento escolar de jovens e adolescentes em medidas socioeducativas:

I. A prevalência do regime disciplinar sobre a dimensão educativa

II. A escolarização como estratégia de reinserção social plena, articulada à reconstrução de projetos de vida e à garantia de direitos;

III. A progressão com qualidade, mediante o necessário investimento na ampliação de possibilidades educacionais;

IV. O investimento em experiências de aprendizagem social e culturalmente relevantes, bem como do desenvolvimento progressivo de habilidades, saberes e competências;

V. O desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizagem de adolescentes e jovens, em sintonia com o tipo de medida aplicada

Somente as afirmativas II, III, IV e V são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Todas as afirmativas são verdadeiras

ASSISTENTE SOCIAL

1. Conforme o artigo 71 da Lei 12.594/2012 (Lei do SINASE), todas as entidades de atendimento socioeducativo deverão, em seus respectivos regimentos, realizar a previsão de regime disciplinar obedecendo os seguintes princípios, EXCETO:

Formas de participação da família para efetivo cumprimento da sanção disciplinar

Tipificação explícita das infrações como leves, médias e graves e determinação das correspondentes sanções

Exigência da instauração formal de processo disciplinar para a aplicação de qualquer sanção, garantidos a ampla defesa e o contraditório

Obrigatoriedade de audiência do socioeducando nos casos em que seja necessária a instauração de processo disciplinar

() Apuração da falta disciplinar por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) integrantes, sendo 1 (um), obrigatoriamente, oriundo da equipe técnica

2. Conforme o artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são deveres do Estado assegurar à criança e ao adolescente, EXCETO:

(X) Atendimento no ensino médio, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde

() Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria

() Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio

() Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino

() Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um

3. Segundo o artigo 19 da Resolução Conanda nº 113, os programas de execução de medida socioeducativa se estruturam e se organizam, sob forma de um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, em cumprimento do(s) seguinte(s) princípio(s) norteador(es):

I. Prevalência do conteúdo educativo sobre os sancionatórios e meramente de contenção, no atendimento socioeducativo.

II. Ordenação do atendimento socioeducativo e da sua gestão, a partir do projeto político pedagógico.

III. Construção, monitoramento e avaliação do atendimento socioeducativo, com a participação proativa dos adolescentes socioeducandos.

(X) Todas as afirmativas são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

() Somente a afirmativa I é verdadeira

() Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Segundo o SINASE (Resolução Conanda nº 119), o Sistema de Garantia de Direitos é constituído de:

(X) SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça e Segurança Pública e Sistema Educacional

() SUS, SUAS, DELES, Sistema de Educação, Sistema de Justiça somente

() SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social e Sistema de Justiça Restaurativa

() SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional

() SUS – Sistema Universal de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional

5. São orientações fundamentais das Regras de Beijing/Pequim:

I. Os Estados Membros procurarão, em consonância com seus respectivos interesses gerais, promover o bem-estar da criança e do adolescente e de sua família

II. As presentes regras se aplicarão segundo o contexto das condições econômicas, sociais e culturais que predominem em cada um dos Estados Membros

III. A Justiça da Infância e da Juventude será concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país e deverá ser administrada no marco geral de justiça social para todos os jovens, de maneira que contribua ao mesmo tempo para a sua proteção e para a manutenção da paz e da ordem na sociedade

(X) Todas as afirmativas são verdadeiras

() Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

() Somente a afirmativa I é verdadeira

6. De acordo com o Código de Ética do Serviço Social, Art. 3º é correto afirmar que são deveres Do Assistente Social

I. Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;

II. Utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;

III. Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;

IV. Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

(X) Todas afirmativas estão corretas

() Somente as afirmativas I e II estão corretas

() Somente as afirmativas I e III estão corretas

() Somente as afirmativas I, II e III estão corretas

() Somente as afirmativas III e IV estão corretas

7. Na lei 8.742, em seu Art. 6º- F, que institui o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), é correto afirmar que:

I. O CadÚnico é um registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda.

II. O CadÚnico pode ser de acesso as todas as pessoas, é um direito fundamental da família, devendo o Estado por meio dos CRAS e CREAS disseminar as informações para caracterização socioeconômica.

III. As famílias de baixa renda poderão inscrever-se no CadÚnico nas unidades públicas do CRAS, CREAS e LOAS, nos termos do regulamento, por meio eletrônico.

IV. A inscrição do CadÚnico é obrigatória para acesso a programas sociais do Governo Federal.

V. As famílias de baixa renda poderão inscrever-se no CadÚnico nas unidades públicas de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 6º-C da Lei 8.742 ou, nos termos do regulamento, por meio eletrônico.

(X) Somente as afirmativas I, IV e V são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

() Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras

() Somente a afirmativa III é verdadeira

() Todas as afirmativas são verdadeiras

8. O Caderno do Universo Feminino, descreve que a Equipe Psicossocial transitará pelo contexto social, psicológico, saúde, político, econômico, religioso e cultural, e coloca que é imprescindível, que o atendimento socioeducativo, referente às adolescentes, sendo que percebido o afastamento das famílias, a resistência em assumi-las, sendo assim é correto afirmar que cabe ao profissional do Serviço Social:

I. Comunicar o Poder Judiciário, informando que a família não possui condições de cuidar dessa adolescente, e que os vínculos são fragilizados.

II. Observar a dinâmica familiar, empreender ações interventivas junto ao núcleo familiar, que estejam direcionadas ao resgate e fortalecimento de vínculos.

III. É fundamental que o Assistente Social proceda à articulação da rede socioassistencial, e ofereça a família e ao adolescente, forma inclusiva, orientações e acompanhamento, enquanto cidadãos sujeitos de direitos, com especial atenção àqueles que disponibilizam serviços de atenção ao gênero, locais e/ou regionais, referendando assim o princípio da incompletude institucional.

IV. Observar a dinâmica familiar, empreender ações interventivas junto a uma nova família, que tenha interesse em acolher a adolescente e direciona lá ao fortalecimento de vínculos.

V. Cabe ao Assistente Social e Psicólogo, sensibilizarem, mobilizarem e articularem a rede de serviços, de acordo com as especificidades de suas áreas de atuação, visando promoverem a acessibilidade dos adolescentes e famílias aos recursos disponíveis, além de realizarem e acompanharem a sua inclusão, enquanto a jovem estiver sob responsabilidade da Fundação.

Somente as afirmativas II, III e V são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente a afirmativa II é verdadeira

Somente as afirmativas II e V são verdadeiras

Todas as afirmativas são verdadeiras

9. De acordo com o Caderno Técnico da Superintendência de Saúde, o Assistente Social, deverá compreender a realidade fundamentado em competências:

I. Teórico-metodológica e Ético-política

II. Operacional e Técnico-científica

III. Técnico-científica

IV. Teórico-Metodológica

V. Ético-política, Operacional, Técnico-científica e Teórico-metodológica

- Somente a afirmativa I é verdadeira
- Somente a afirmativa II é verdadeira
- Somente a afirmativa III é verdadeira
- Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras
- Somente a afirmativa V é verdadeira

10. No Regimento Interno da Fundação CASA, no Artigo 17, estão relacionados alguns dos Direitos dos Adolescentes. É CORRETO afirmar que são Direitos:

- I. Ser respeitado em sua singularidade, intimidade, identidade de gênero, liberdade de pensamento e religião e em todos os direitos não expressamente limitados na sentença;
- II. Receber tratamento respeitoso e digno, sendo fundamental a vedação de práticas e posturas corporais humilhantes ou que despersonalizem o adolescente, indo frontalmente contra os princípios e normas que regem as medidas socioeducativas;
- III. Ter acesso às políticas sociais prestadas por meio de assistência básica e especializada;
- IV. Na Internação, receber visitas ao menos semanalmente, preferencialmente de forma presencial ou, de forma afirmativa e complementar, na modalidade on-line;
- V. Ser acompanhado por sua família, responsável legal, educadores do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA e por seu Defensor, em qualquer fase do procedimento administrativo ou judicial;

- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente as afirmativas III e V são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira
- Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras
- Somente a afirmativa IV é verdadeira

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

1. Conforme o artigo 71 da Lei 12.594/2012 (Lei do SINASE), todas as entidades de atendimento socioeducativo deverão, em seus respectivos regimentos, realizar a previsão de regime disciplinar obedecendo os seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Formas de participação da família para efetivo cumprimento da sanção disciplinar
- () Tipificação explícita das infrações como leves, médias e graves e determinação das correspondentes sanções
- () Exigência da instauração formal de processo disciplinar para a aplicação de qualquer sanção, garantidos a ampla defesa e o contraditório
- () Obrigatoriedade de audiência do socioeducando nos casos em que seja necessária a instauração de processo disciplinar
- () Apuração da falta disciplinar por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) integrantes, sendo 1 (um), obrigatoriamente, oriundo da equipe técnica

2. Conforme o artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são deveres do Estado assegurar à criança e ao adolescente, EXCETO:

- (X) Atendimento no ensino médio, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde
- () Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria
- () Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio
- () Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino
- () Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um

3. Segundo o artigo 19 da Resolução Conanda nº 113, os programas de execução de medida socioeducativa se estruturam e se organizam, sob forma de um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, em cumprimento do(s) seguinte(s) princípio(s) norteador(es):

- I. Prevalência do conteúdo educativo sobre os sancionatórios e meramente de contenção, no atendimento socioeducativo.
- II. Ordenação do atendimento socioeducativo e da sua gestão, a partir do projeto político pedagógico.
- III. Construção, monitoramento e avaliação do atendimento socioeducativo, com a participação proativa dos adolescentes socioeducandos.

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Segundo o SINASE (Resolução Conanda nº 119), o Sistema de Garantia de Direitos é constituído de:

- (X) SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça e Segurança Pública e Sistema Educacional
- () SUS, SUAS, DELES, Sistema de Educação, Sistema de Justiça somente
- () SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social e Sistema de Justiça Restaurativa
- () SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional
- () SUS – Sistema Universal de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional

5. São orientações fundamentais das Regras de Beijing/Pequim:

- I. Os Estados Membros procurarão, em consonância com seus respectivos interesses gerais, promover o bem-estar da criança e do adolescente e de sua família
- II. As presentes regras se aplicarão segundo o contexto das condições econômicas, sociais e culturais que predominem em cada um dos Estados Membros
- III. A Justiça da Infância e da Juventude será concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país e deverá ser administrada no marco geral de justiça social para todos os jovens, de maneira que contribua ao mesmo tempo para a sua proteção e para a manutenção da paz e da ordem na sociedade

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira

6. Quanto a Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986, Art. 8º, São Auxiliares de Enfermagem:

I - O titular de certificado de Auxiliar de Enfermagem conferido por instituição de ensino, nos termos da lei e registrado no órgão competente;

II - O titular de diploma a que se refere a Lei nº 2.822, de 14 de junho de 1956;

III - O titular do diploma ou certificado a que se refere o inciso III do art. 2º da Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, expedido até a publicação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

IV - O pessoal enquadrado como Auxiliar de Enfermagem, nos termos do Decreto-lei nº 299, de 28 de fevereiro de 1967;

V - O titular do diploma ou certificado conferido por escola ou curso estrangeiro, segundo as leis do país, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como certificado de Auxiliar de Enfermagem.”

Assinale a alternativa CORRETA:

(X) Todas as alternativas são verdadeiras

() Somente as alternativas I e III são verdadeiras

() Somente as alternativas II e IV são verdadeiras

() Somente a alternativa V é verdadeira

() Somente as alternativas IV e V são verdadeiras

7. Considerando a Lei 8080, de 19 de setembro de 1990, no que se refere ao Art.7º - As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios, é CORRETO afirmar:

I – Não há universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

II - Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

III – Não se considera a preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;

IV – Não se preconiza a igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

V – Não há o direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde, devendo o profissional manter sigilo.

Assinale a alternativa CORRETA

- (X) Somente a alternativa II é verdadeira
- () Somente as alternativas I e II são verdadeiras
- () Somente as alternativas III e IV são verdadeiras
- () Somente as alternativas I e V são verdadeiras
- () Todas as alternativas são verdadeiras

8. Com base na Portaria Normativa nº 405/2022, de 13 de setembro de 2022, o campo “Área de saúde” passa a ser denominado “Informações de Saúde”, uma vez que o teor relatado nesse campo não é de “caráter avaliativo”. Partindo deste princípio, os profissionais que poderão inserir dados nesse campo são:

I – Médico, Dentista, Psicólogo, Assistente Social, Auxiliar de Enfermagem, Enfermeiro, Diretor e Encarregado Técnico do Centro;

II – Apenas os Psicólogos e Assistentes Sociais;

III – Apenas o Auxiliar de Enfermagem e Enfermeiro;

IV – O Nutricionista;

V – O Encarregado Administrativo do Centro.

- (X) Somente a afirmativa I é verdadeira
- () Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras
- () Somente a afirmativa III é verdadeira
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa II é verdadeira

9. As ações que competem ao Auxiliar de Enfermagem, considerando o Acolhimento do adolescente na CAI, CIP e CI, conforme descritas no Caderno Técnico da Superintendência de Saúde, são, EXCETO:

(X) Não se faz necessário verificar se o adolescente realiza acompanhamentos médicos ambulatoriais, assim como o uso de medicamentos, devendo planejar as ações conforme o adolescente for apresentando demanda.

() Questionar quanto a presença de tosse há mais de 2 semanas e proceder conforme Manual de recomendações para controle da Tuberculose no Brasil (2019) e outros que venham substituir;

() Registrar todas as ações na Pasta de Saúde e garantir que haja o registro, com data, assinatura e carimbo, conforme a Resolução do COFEN nº 545/2017, e outras que venham a substituir;

() Registrar no livro de admissão dos adolescentes: nome completo, data da admissão e procedência;

() Providenciar a confecção da caderneta de vacinação e nos CI do Cartão Nacional de Saúde (Cartão SUS); no caso de segunda passagem pela Fundação, proceder a anotação da página em que se encontra o espelho da caderneta de vacinação;

10. No Caderno Técnico de Superintendência de Saúde está preconizada a ação de Imunização aos adolescentes da Fundação CASA, conforme o Plano Nacional de Imunização. Neste processo, estão envolvidos vários atores, incluindo o profissional Auxiliar de Enfermagem, que possui competência específica para tal ação. Sendo assim, relacionando algumas das competências descritas para o Auxiliar de Enfermagem, é CORRETO afirmar:

I – Realizar o levantamento de doses de imunobiológicos necessários a serem administrados na vacinação, assim como os insumos necessários para operacionalização das atividades de imunoprofilaxia;

II - Realizar a vacinação, aplicando as doses conforme as técnicas preconizadas sob supervisão do enfermeiro, bem como orientar os adolescentes sobre possíveis reações adversas;

III - Anotar e comunicar ao enfermeiro, possíveis eventos adversos decorrentes do processo de imunização;

IV - Registrar as doses administradas nas Cadernetas de Vacinação, Pasta de Saúde, Ficha Espelho e Mapas Diários de Vacina, anotando o lote, data de administração, assinatura e COREN;

V - Participar de atualização sobre Imunização quando necessário.

Assinale a alternativa CORRETA:

(X) Todas as alternativas são verdadeiras

() Somente a alternativa II é verdadeira

() Somente a alternativa IV é verdadeira

- () Somente as alternativas II e V são verdadeiras
- () Somente as alternativas I e V são verdadeiras

DENTISTA

1. Conforme o artigo 71 da Lei 12.594/2012 (Lei do SINASE), todas as entidades de atendimento socioeducativo deverão, em seus respectivos regimentos, realizar a previsão de regime disciplinar obedecendo os seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Formas de participação da família para efetivo cumprimento da sanção disciplinar
- () Tipificação explícita das infrações como leves, médias e graves e determinação das correspondentes sanções
- () Exigência da instauração formal de processo disciplinar para a aplicação de qualquer sanção, garantidos a ampla defesa e o contraditório
- () Obrigatoriedade de audiência do socioeducando nos casos em que seja necessária a instauração de processo disciplinar
- () Apuração da falta disciplinar por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) integrantes, sendo 1 (um), obrigatoriamente, oriundo da equipe técnica

2. Conforme o artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são deveres do Estado assegurar à criança e ao adolescente, EXCETO:

- (X) Atendimento no ensino médio, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde
- () Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria
- () Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio
- () Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino
- () Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um

3. Segundo o artigo 19 da Resolução Conanda nº 113, os programas de execução de medida socioeducativa se estruturam e se organizam, sob forma de um Sistema Nacional de

Atendimento Socioeducativo – SINASE, em cumprimento do(s) seguinte(s) princípio(s) norteador(es):

- I. Prevalência do conteúdo educativo sobre os sancionatórios e meramente de contenção, no atendimento socioeducativo.
- II. Ordenação do atendimento socioeducativo e da sua gestão, a partir do projeto político pedagógico.
- III. Construção, monitoramento e avaliação do atendimento socioeducativo, com a participação proativa dos adolescentes socioeducandos.

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Segundo o SINASE (Resolução Conanda nº 119), o Sistema de Garantia de Direitos é constituído de:

- (X) SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça e Segurança Pública e Sistema Educacional
- () SUS, SUAS, DELES, Sistema de Educação, Sistema de Justiça somente
- () SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social e Sistema de Justiça Restaurativa
- () SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional
- () SUS – Sistema Universal de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional

5. São orientações fundamentais das Regras de Beijing/Pequim:

- I. Os Estados Membros procurarão, em consonância com seus respectivos interesses gerais, promover o bem-estar da criança e do adolescente e de sua família
- II. As presentes regras se aplicarão segundo o contexto das condições econômicas, sociais e culturais que predominem em cada um dos Estados Membros

III. A Justiça da Infância e da Juventude será concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país e deverá ser administrada no marco geral de justiça social para todos os jovens, de maneira que contribua ao mesmo tempo para a sua proteção e para a manutenção da paz e da ordem na sociedade

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira

6. Considerando Código de Ética Odontológica, no que diz respeito ao Capítulo II, podemos destacar alguns dos Direitos fundamentais dos profissionais inscritos, seguindo suas atribuições específicas:

I – Diagnosticar, planejar e executar tratamentos, com liberdade de convicção, nos limites de suas atribuições, observados o estado atual da Ciência e sua dignidade profissional;

II – Compartilhar as informações adquiridas no desempenho de suas funções, sem respeitar o sigilo;

III - Contratar serviços de outros profissionais da Odontologia, por escrito, de acordo com os preceitos deste Código e demais legislações em vigor;

IV - Renunciar ao atendimento do paciente, durante o tratamento, quando da constatação de fatos que, a critério do profissional, prejudiquem o bom relacionamento com o paciente ou o pleno desempenho profissional. Nestes casos tem o profissional o dever de comunicar previamente, por escrito, ao paciente ou seu responsável legal, fornecendo ao cirurgião-dentista que lhe suceder todas as informações necessárias para a continuidade do tratamento;

V - Decidir, em qualquer circunstância, levando em consideração sua experiência e capacidade profissional, o tempo a ser dedicado ao paciente ou periciado, evitando que o acúmulo de encargos, consultas, perícias ou outras avaliações venham prejudicar o exercício pleno da Odontologia.

Todas as afirmativas acima estão corretas, EXCETO:

- (X) Afirmativa II
- () Afirmativa IV
- () Afirmativa I

Afirmativa III

Afirmativa V

7. No Caderno Técnico da Superintendência de Saúde, na parte Odontologia, estão elencadas as Rotinas Gerais do Profissional dentista. Dentre elas, podemos destacar:

I - Realizar primeira consulta odontológica programática a todos os adolescentes ingressantes nos Centro de Internação e Internação Provisória;

II - Realizar o atendimento pautado nas diretrizes da Atenção Básica a Saúde – SUS;

III - Fazer encaminhamento à Rede SUS e Centros de Especialidades Odontológicas – CEOs quando indicado;

IV - Respeitar o limite de 04 consultas clínicas por período de 04 horas e 2 urgências, priorizando as urgências;

V – Verificar mensalmente a validade dos materiais, medicamentos e instrumentais do consultório odontológico.

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras

Somente a afirmativa IV é verdadeira

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras

8. Com base no Caderno Técnico da Superintendência de Saúde, podemos afirmar que são considerados Procedimentos Odontológicos Preventivos (coletivos/individuais):

I - Atendimento de Urgência em Atenção Básica. (queixa);

II - Aplicação Tópica Flúor (individual- sessão);

III - Ação Coletiva de Escovação Dental Supervisionada;

IV - Atividade educativa /Orientação em grupo na Atenção Básica;

V - Primeira consulta odontológica programática – exame clínico.

Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras

Todas as afirmativas são verdadeiras

- Somente a afirmativa III é verdadeira
- Todas as afirmativas são falsas
- Somente as afirmativas I e V são verdadeiras

9. No Código de Ética Odontológica, os Deveres fundamentais dos inscritos e sua violação caracteriza infração ética. Podemos destacar alguns destes Deveres Fundamentais, conforme abaixo:

I - Manter atualizados os conhecimentos profissionais, técnico-científicos e culturais, necessários ao pleno desempenho do exercício profissional;

II - Zelar pela saúde e pela dignidade do paciente;

III - Promover a saúde coletiva no desempenho de suas funções, cargos e cidadania, independentemente de exercer a profissão no setor público ou privado;

IV - Assumir responsabilidade pelos atos praticados, ainda que estes tenham sido solicitados ou consentidos pelo paciente ou seu responsável;

V - Comunicar aos Conselhos Regionais sobre atividades que caracterizem o exercício ilegal da Odontologia e que sejam de seu conhecimento.

- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Todas as afirmativas são falsas
- Somente a afirmativa III é verdadeira
- Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras
- Somente as afirmativas II, III e V são verdadeiras

10. Com base no documento: “Orientações para atendimento de Emergências em Saúde, da Fundação CASA”, em quais ocasiões devemos chamar o SAMU?

I - No caso de dores no peito de aparecimento súbito;

II – Em situações de intoxicação ou envenenamento;

III – Em ocasiões de incêndio;

IV – Em ocasiões de desabamento;

V – Em quedas de altura.

- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

- Somente a afirmativa V é verdadeira
- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente as afirmativas IV e V são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira

ESPECIALISTA ADMINISTRATIVO

1. São considerados direitos sociais, de acordo com o artigo 6º da Constituição Federal:

- A educação, a saúde, a alimentação
- O voto secreto, a moradia, o transporte
- O lazer, a segurança, a liberdade de expressão
- A liberdade religiosa, a proteção à infância, a assistência aos desamparados
- Todas as opções estão corretas

2. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento _____, _____, _____, _____ e _____, em condições de liberdade e de dignidade.

Assinale a opção que completa as lacunas.

- físico, mental, moral, espiritual e social
- físico, mental, moral, espiritual e educacional
- físico, mental, cognitivo, espiritual e social
- comportamental, mental, moral, espiritual e social
- físico, comportamental, moral, espiritual e educacional

3. Conforme o exposto no artigo 15 da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, a política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através de três tipos de programas, serviços e ações públicas:

I - Serviços e programas das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

II - Serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos.

III - Serviços e programas de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Segundo a Resolução Conanda nº 119, de 11 de dezembro de 2006, o SINASE aborda:

Desde a apuração do ato infracional até a execução de medidas socioeducativas

Desde o cometimento do ato infracional até a execução de medidas socioeducativas

Desde a apuração do ato infracional até após execução de medidas socioeducativas

Desde a apuração do ato infracional até a maioria penal

A apuração do ato infracional, somente

5. De acordo com o princípio 50, dos Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad):

Em geral, a participação em planos e programas deve ser voluntária. Os próprios jovens devem estar envolvidos na sua concepção, elaboração e execução

Em geral, a participação em planos e programas deve ser compulsória. Os pais ou tutores dos jovens devem estar envolvidos na sua concepção e elaboração

Em geral, a participação em planos e programas deve ser compulsória, mas os jovens tem o direito de envolverem-se na sua concepção e elaboração

A participação em planos e programas poderá ser voluntária ou compulsória (caso seja da vontade de seus pais ou tutores). Aos jovens será negada a possibilidade de participação na sua concepção e elaboração

Em geral, a participação em planos e programas deverá ser, preferencialmente, voluntária. Os próprios jovens devem estar envolvidos na sua concepção, elaboração e execução

6. Considerando o Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas, com base no Artigo 5º - Parágrafo único - Integram a política estadual de arquivos e gestão de documentos:

- (X) Todas as opções estão corretas
- () Os serviços de protocolo e arquivo dos órgãos e entidades
- () As comissões de avaliação de documentos e acesso - cada, a que se refere o artigo 11 deste Decreto
- () O sistema informatizado unificado de gestão arquivística de documentos e informações - SPDOC
- () Os serviços de informações ao cidadão – SIC

7. Portaria Normativa nº 337/2020 e Portaria Normativa nº 398/2022. Para os servidores que cumprem jornada de trabalho contínua deverá ser concedido intervalo para repouso e/ou alimentação. É correto afirmar que:

- (X) Jornada de trabalho superior a seis horas, o intervalo será de uma hora, antes de atingir a sexta hora consecutiva de trabalho
- () Jornada de trabalho superior a seis horas, o intervalo será de duas horas
- () Jornada de trabalho de quatro a seis horas, o intervalo será de vinte minutos, que não serão computados na duração do trabalho
- () Jornada de trabalho de até seis horas, não haverá descanso para refeição
- () Jornada de trabalho de até três horas, o intervalo será de quinze minutos

8. É exigência para o cargo de ESPECIALISTA ADMINISTRATIVO na Fundação CASA-SP:

- (X) Todas as opções estão corretas
- () Aprovação no concurso público para este cargo
- () Pleno conhecimento das rotinas e normas da Fundação que envolve a sua área de atuação
- () Ensino Superior completo (Bacharel ou Gestão) em Administração, Ciências Contábeis ou Economia
- () Cursos específicos na área, conhecimento de informática e Internet

9. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, a documentação relacionada no Art. 27, da Lei Federal nº 8666/93:

- (X) Todas as opções estão corretas
- () Habilitação jurídica
- () Qualificação técnica
- () Qualificação econômico-financeira
- () Regularidade fiscal e trabalhista

10. De acordo com a Portaria Normativa nº 190/2010, que otimiza os procedimentos de controle do patrimônio mobiliário da Fundação e dos bens disponibilizados a terceiros, qual afirmação está INCORRETA:

- (X) Bem Excedente: material em péssimo estado de conservação que deixou de ter utilidade no órgão que o detém
- () Bem Patrimonial - BP: Bem móvel com duração igual ou superior a 2 (dois) anos, suscetível de apreciação econômica, obtido por meio de compra, doação ou outra forma de aquisição, devidamente documentada e registrada em rubrica contábil própria
- () Movimentação de Bens: Trânsito de bens entre os órgãos, que poderá ser em caráter permanente
- () Baixa de Bem Móvel: é a exclusão do bem do acervo patrimonial da Fundação, em razão de alienação, furto, perda, desgaste, obsolescência ou sinistro tornando-o irrecuperável
- () Bem Inservível: é todo material que não pode ser utilizado devido à perda de suas características ou com recuperação inviável

ENGENHEIRO CIVIL

1. Conforme a lei federal 12594/12 (Lei do Sinase), em seu artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Máxima intervenção, considerando a gravidade do ato infracional
- () Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo
- () Excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos

Prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas

Proporcionalidade em relação à ofensa cometida

2. Em seu artigo 5º, a Constituição Federal (CF) estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos descritos na própria CF. Um desse termos é:

A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

A prática do racismo constitui crime afiançável, mas imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

A prática do racismo constitui crime inafiançável, prescritível em 5 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível em 10 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, não sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

3. Acerca da apuração de ato infracional atribuído a adolescente, de acordo com os artigos 171 e 172 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar que:

O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente

O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade penitenciária

O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade escolar

O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade fundiária

Todas as opções estão corretas

4. Segundo o artigo 22 da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, na União, nos Estados e nos Municípios haverá um Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente composto de:

- Representantes do Governo e da sociedade civil organizada
- Representantes do Governo e sociedade comercial
- Representantes da igreja, do governo e da sociedade civil
- Representantes do Governo Estadual e Municipal
- Representantes da Fundação CASA e Poder Judiciário

5. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), a respeito da Educação, afirmam que os governos têm a obrigação de tornar a educação pública acessível a todos os jovens e, ainda, devem, além de atividades de formação acadêmica e profissional, consagrar especial atenção ao que segue, EXCETO:

- Envolvimento dos jovens como expectadores passivos no processo educativo
- Ensino dos valores fundamentais e desenvolvimento do respeito pela identidade e tradições culturais da criança, pelos valores sociais do país em que a criança vive, pelas civilizações diferentes das da criança e pelos direitos e liberdades fundamentais do homem
- Promoção e desenvolvimento da personalidade, aptidões e capacidades físicas e mentais dos jovens
- Prestação de informação e orientação em relação à formação profissional, oportunidades de emprego e perspectivas de carreira
- Promoção de atividades que imprimam um sentimento de identificação e de pertencimento à escola e à comunidade

6. A sigla EPI, referida aos Equipamentos de Proteção Individual, destina à proteção do trabalhador contra riscos:

- Que ameçam sua segurança e a sua saúde
- Que ameçam sua integridade moral
- Que ameçam a saúde psíquica
- Que atinjam as instalações físicas
- Que ameçam seu emocional

7. A NR 8 estabelece requisitos técnicos mínimos que devem ser observados nas edificações, para garantir segurança e conforto aos que nelas trabalhem. Assinale a alternativa INCORRETA:

- Os andares acima do solo não necessitam de proteção contra queda de pessoas ou objeto

- () Os locais de trabalho devem ter a altura do piso ao teto, pé direito, de acordo com as posturas municipais, atendidas as condições de conforto, segurança e salubridade
- () Os pisos dos locais de trabalho não devem apresentar saliências nem depressões que prejudiquem a circulação de pessoas ou a movimentação de materiais
- () As aberturas nos pisos e nas paredes devem ser protegidas de forma que impeçam a queda de pessoas ou objetos
- () Os pisos, as escadas e rampas devem oferecer resistência suficiente para suportar as cargas móveis e fixas, para as quais a edificação se destina

8. Todo trabalho em altura deve ser planejado e organizado. No planejamento do trabalho devem ser adotadas, de acordo com a seguinte hierarquia:

- (X) Medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução
- () Medidas mesmo que não eliminem o risco de queda dos trabalhadores
- () Medidas que possibilitem execução do trabalho de qualquer forma
- () Medidas que protejam os trabalhadores da queda, uma vez que o risco de queda nunca pode ser eliminado
- () Estar sempre pronto para situações trágicas, pois elas são inevitáveis no trabalho em altura

9. CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 39/2019 - Estabelecimentos destinados à restrição de liberdade. Saídas de emergência: devem ser dimensionadas conforme a IT 11 – Saídas de emergência, sendo permitidas as seguintes alterações:

- (X) Todas as alternativas estão corretas
- () Os corrimãos devem ser chumbados na alvenaria com concreto, podendo ser substituídos por muretas de alvenaria com até 0,95 m de altura
- () As portas de acesso às saídas devem ter sistema de destravamento, devidamente monitorado pela administração da Unidade, garantindo a saída dos internos, em caso de sinistro, para local seguro e ventilado
- () A distância máxima a ser percorrida para estabelecimentos prisionais (ocupação H-5) é de 140 m no piso de descarga e 80 m para os demais andares
- () Quando da utilização do sistema de detecção de incêndio para o aumento do caminhamento de rota de fuga este deverá ser instalado nas áreas de acesso exclusivo aos funcionários, apoio e demais áreas, exceto nos locais destinados à restrição de liberdade

10. São atribuições do cargo de ENGENHEIRO CIVIL, EXCETO:

- (X) Ter domínio do idioma inglês
- () Ter conhecimento básico e aplicativo de consulta às normas técnicas na área de Engenharia civil, meio ambiente, terraplenagem e sondagem
- () Analisar e calcular estruturas de concreto e metálicas
- () Conhecer as especificações de materiais, suprimentos, inclusive de impermeabilizações
- () Ter conhecimento administrativo relativos à contratos e suas formas legais de cumprimento

ESPECIALISTA INFORMÁTICA - REDE

1. Conforme a lei federal 12594/12 (Lei do Sinase), em seu artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Máxima intervenção, considerando a gravidade do ato infracional
- () Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo
- () Excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos
- () Prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas
- () Proporcionalidade em relação à ofensa cometida

2. Em seu artigo 5º, a Constituição Federal (CF) estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos descritos na própria CF. Um desses termos é:

- (X) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- () A prática do racismo constitui crime afiançável, mas imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- () A prática do racismo constitui crime inafiançável, prescritível em 5 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível em 10 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, não sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

3. Acerca da apuração de ato infracional atribuído a adolescente, de acordo com os artigos 171 e 172 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar que:

O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente

O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade penitenciária

O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade escolar

O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade fundiária

Todas as opções estão corretas

4. Segundo o artigo 22 da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, na União, nos Estados e nos Municípios haverá um Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente composto de:

Representantes do Governo e da sociedade civil organizada

Representantes do Governo e sociedade comercial

Representantes da igreja, do governo e da sociedade civil

Representantes do Governo Estadual e Municipal

Representantes da Fundação CASA e Poder Judiciário

5. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), a respeito da Educação, afirmam que os governos têm a obrigação de tornar a educação pública acessível a todos os jovens e, ainda, devem, além de atividades de formação acadêmica e profissional, consagrar especial atenção ao que segue, EXCETO:

Envolvimento dos jovens como expectadores passivos no processo educativo

Ensino dos valores fundamentais e desenvolvimento do respeito pela identidade e tradições culturais da criança, pelos valores sociais do país em que a criança vive, pelas civilizações diferentes das da criança e pelos direitos e liberdades fundamentais do homem

Promoção e desenvolvimento da personalidade, aptidões e capacidades físicas e mentais dos jovens

Prestação de informação e orientação em relação à formação profissional, oportunidades de emprego e perspectivas de carreira

Promoção de atividades que imprimam um sentimento de identificação e de pertencimento à escola e à comunidade

6. Quando se deparando com latências altas na rede local (LAN), qual das seguintes ações não é comumente recomendada para isolar e resolver o problema?

Aumentar a capacidade de armazenamento do servidor

Verificar a integridade dos cabos e conexões

Analisar tráfego na rede com ferramentas como Wireshark

Checar o desempenho e logs do switch ou roteador

Avaliar a configuração de QoS (Quality of Service) na rede

7. Em um ambiente virtualizado com VMware, o que o termo "vMotion" significa?

Migração de uma máquina virtual sem interrupção

Clonagem de uma máquina virtual.

Backup programado de uma máquina virtual

Monitoramento em tempo real da performance

Criação de uma nova instância virtual a partir de um template

8. No contexto de segurança de TI, o que é um ataque de "Man-in-the-Middle"?

Uma técnica onde um atacante intercepta comunicações entre duas partes sem o conhecimento delas

Um software malicioso que se replica automaticamente pela rede

Um tipo de ataque DDoS usando muitos computadores

O uso de softwares para adivinhar senhas de usuários

Um malware que permanece dormente no sistema até ser ativado

9. Em sistemas baseados em Unix, qual comando pode ser usado para alterar as permissões de um arquivo?

chmod

lsmod

edit

chown

touch

10. Qual é o propósito de uma ferramenta IDS (Intrusion Detection System) em uma infraestrutura de TI?

Monitorar a rede em busca de atividades suspeitas ou maliciosas e gerar alertas

Distribuir tráfego na rede para balancear a carga entre servidores

Criptografar dados em trânsito para proteger informações sensíveis

Facilitar a instalação de softwares em servidores remotos

Gerenciar patches e atualizações de software em uma organização

ESPECIALISTA INFORMÁTICA - SUPORTE

1. Conforme a lei federal 12594/12 (Lei do Sinase), em seu artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

Máxima intervenção, considerando a gravidade do ato infracional

Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo

Excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos

Prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas

Proporcionalidade em relação à ofensa cometida

2. Em seu artigo 5º, a Constituição Federal (CF) estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos descritos na própria CF. Um desses termos é:

(X) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

() A prática do racismo constitui crime afiançável, mas imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

() A prática do racismo constitui crime inafiançável, prescritível em 5 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

() A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível em 10 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

() A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, não sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

3. Acerca da apuração de ato infracional atribuído a adolescente, de acordo com os artigos 171 e 172 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar que:

(X) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente

() O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade penitenciária

() O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade escolar

() O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade fundiária

() Todas as opções estão corretas

4. Segundo o artigo 22 da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, na União, nos Estados e nos Municípios haverá um Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente composto de:

(X) Representantes do Governo e da sociedade civil organizada

() Representantes do Governo e sociedade comercial

- Representantes da igreja, do governo e da sociedade civil
- Representantes do Governo Estadual e Municipal
- Representantes da Fundação CASA e Poder Judiciário

5. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), a respeito da Educação, afirmam que os governos têm a obrigação de tornar a educação pública acessível a todos os jovens e, ainda, devem, além de atividades de formação acadêmica e profissional, consagrar especial atenção ao que segue, EXCETO:

- Envolvimento dos jovens como expectadores passivos no processo educativo
- Ensino dos valores fundamentais e desenvolvimento do respeito pela identidade e tradições culturais da criança, pelos valores sociais do país em que a criança vive, pelas civilizações diferentes das da criança e pelos direitos e liberdades fundamentais do homem
- Promoção e desenvolvimento da personalidade, aptidões e capacidades físicas e mentais dos jovens
- Prestação de informação e orientação em relação à formação profissional, oportunidades de emprego e perspectivas de carreira
- Promoção de atividades que imprimam um sentimento de identificação e de pertencimento à escola e à comunidade

6. Se um grande número de usuários começar a relatar o mesmo problema com um aplicativo específico após uma atualização recente, qual deve ser sua primeira ação?

- Registrar e analisar o problema para determinar sua origem
- Reverter imediatamente a atualização em todos os sistemas
- Instruir cada usuário a reinstalar o aplicativo.
- Informar aos usuários para não usarem o aplicativo até novo aviso
- Reiniciar todos os servidores relacionados ao aplicativo

7. Um usuário relata que, ao tentar acessar um site interno da empresa, ele é confrontado com um erro de "Certificado de Segurança Inválido". Qual das seguintes ações você, como Especialista em Informática/Suporte, NÃO consideraria como uma solução inicial para esse problema?

- Avaliar se o certificado raiz da Autoridade Certificadora está instalado e confiável no dispositivo do usuário

- Verificar se a data e hora do sistema do usuário estão corretas
- Instruir o usuário a limpar o cache e os cookies do navegador
- Verificar o certificado do site no servidor para garantir que ainda é válido
- Sugerir que o usuário ignore o aviso e prossiga para o site

8. Você é contatado por um usuário-chave em um projeto crítico que está enfrentando problemas recorrentes com um software específico. Esse usuário já contactou o Service Desk várias vezes e o problema ainda não foi resolvido. Como você lidaria com essa situação?

- Peça desculpas pela inconveniência, revise os tickets anteriores relacionados ao problema, e trabalhe junto com o usuário para encontrar uma solução duradoura ou um plano de ação
- Informe ao usuário que ele deve esperar e ser paciente enquanto a equipe trabalha na solução
- Sugira que o usuário tente usar um software alternativo enquanto a equipe resolve o problema principal
- Informe ao usuário para contatar o fornecedor do software, já que o problema está além do controle do Service Desk
- Encaminhe o problema para um colega, alegando que está muito ocupado no momento

9. Qual ferramenta é comumente usada em Service Desk para rastrear, priorizar e resolver incidentes de TI?

- ITSM (IT Service Management)
- CRM (Customer Relationship Management)
- ERP (Enterprise Resource Planning)
- SCM (Supply Chain Management)
- BI (Business Intelligence)

10. Quando um incidente crítico ocorre fora do horário comercial e não pode ser resolvido imediatamente, qual é a melhor prática?

- Escalar o problema para os responsáveis adequados e comunicar o(s) chefe(s) relevante(s) sobre o status e ações tomadas
- Esperar até o próximo dia útil para lidar com o incidente

- Mandar um e-mail para todos os usuários informando sobre o problema
- Tentar resolver sozinho sem comunicar ninguém
- Desligar todos os sistemas até que uma solução seja encontrada

AGENTE OPERACIONAL / ELETRICISTA

1. Com base no artigo 3º da Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, é CORRETO afirmar que a garantia dos direitos de crianças e adolescentes se fará através das seguintes linhas estratégicas:

- I. Efetivação dos instrumentos normativos próprios, especialmente da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- II. Implementação e fortalecimento das instâncias públicas responsáveis por esse fim.
- III. Facilitação do acesso aos mecanismos de garantia de direitos, definidos em lei.

- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira

2. Com base no artigo 3º da Resolução 119/2006 do CONANDA, é CORRETO afirmar que o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até _____;

- a execução de medidas socioeducativas
- a sentença judicial
- a elaboração do Boletim de Ocorrência
- a análise do processo
- o envio do Plano Individual de Atendimento

3. Nas Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok), a Regra nº 38 estabelece

que as adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes a sua idade e gênero. Ainda em acordo com essa regra, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Somente poderão receber acompanhamento de saúde na presença de suas genitoras
- () Elas devem receber aconselhamento sobre abuso
- () Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher
- () Elas deverão ter acesso regular a ginecologistas
- () Elas devem receber orientação sobre como aconselhamento sobre violência sexual

4. Conforme o artigo 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a garantir alguns direitos. Quanto a isso, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Não há necessidade de manter alojamento conjunto, de forma que o neonato não precisa permanecer com a sua mãe
- () Deverão manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 18 (dezoito) anos;
- () Deverão identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente
- () Deverão proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido bem como prestar orientação aos pais
- () Deverão fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato

5. O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 cita que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:

- (X) O particularismo político
- () A soberania
- () A cidadania
- () A dignidade da pessoa humana
- () Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

6. Assinale a opção CORRETA que apresenta a ATRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR no que diz respeito aos EPI's, estabelecida na NR-06:

- (X) Todas as opções estão corretas
- () Adquirir o EPI adequado ao risco de cada atividade
- () Exigir seu uso
- () Orientar e treinar os colegas sobre o uso adequado
- () Adquirir quantidade suficiente de equipamentos

7. O exame feito quando o funcionário é admitido na empresa denomina-se:

- (X) Exame admissional
- () Exame demissional
- () Exame periódico
- () Exame de análises
- () Exame clínico

8. Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco – AR, conforme a NR-35. A AR deve, além dos riscos inerentes ao trabalho em altura, considerar:

- (X) Todas as opções estão corretas
- () O local em que os serviços serão executados e seu entorno
- () O isolamento e a sinalização no entorno da área de trabalho
- () O estabelecimento dos sistemas e pontos de ancoragem
- () As condições meteorológicas adversas

9. De acordo com a NR 10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE - MEDIDAS DE PROTEÇÃO COLETIVA, sabe-se que em todos os serviços executados em instalações elétricas devem ser previstas e adotadas, prioritariamente, medidas de proteção coletiva aplicáveis, mediante procedimentos, às atividades a serem desenvolvidas, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores. As medidas de proteção coletiva compreendem, prioritariamente:

- (X) Todas as opções estão corretas
- () A desenergização elétrica conforme estabelece esta NR e, na sua impossibilidade, o emprego de tensão de segurança
- () Na impossibilidade de implementação a desenergização elétrica, devem ser utilizadas outras medidas de proteção coletiva
- () Outras medidas de proteção coletiva, tais como: isolamento das partes vivas, obstáculos, barreiras, sinalização, sistema de seccionamento automático de alimentação, bloqueio do religamento automático
- () O aterramento das instalações elétricas deve ser executado conforme regulamentação estabelecida pelos órgãos competentes e, na ausência desta, deve atender às Normas Internacionais vigentes

10. Quais os cinco (5) EPIs que não podem faltar para um eletricista?

- (X) Botina, luva isolante, manga isolante, protetor facial, cinturão e capacete classe B
- () Botina, luva isolante, manga isolante, máscara e gorro
- () Bota, luva, jaleco, protetor facial, cinturão e capacete
- () Botina, luva isolante, casaco, protetor, colete e capacete
- () Todas as opções estão incorretas

ENFERMEIRO

1. Conforme o artigo 71 da Lei 12.594/2012 (Lei do SINASE), todas as entidades de atendimento socioeducativo deverão, em seus respectivos regimentos, realizar a previsão de regime disciplinar obedecendo os seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Formas de participação da família para efetivo cumprimento da sanção disciplinar
- () Tipificação explícita das infrações como leves, médias e graves e determinação das correspondentes sanções
- () Exigência da instauração formal de processo disciplinar para a aplicação de qualquer sanção, garantidos a ampla defesa e o contraditório
- () Obrigatoriedade de audiência do socioeducando nos casos em que seja necessária a instauração de processo disciplinar

() Apuração da falta disciplinar por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) integrantes, sendo 1 (um), obrigatoriamente, oriundo da equipe técnica

2. Conforme o artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são deveres do Estado assegurar à criança e ao adolescente, EXCETO:

(X) Atendimento no ensino médio, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde

() Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria

() Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio

() Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino

() Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um

3. Segundo o artigo 19 da Resolução Conanda nº 113, os programas de execução de medida socioeducativa se estruturam e se organizam, sob forma de um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, em cumprimento do(s) seguinte(s) princípio(s) norteador(es):

I. Prevalência do conteúdo educativo sobre os sancionatórios e meramente de contenção, no atendimento socioeducativo.

II. Ordenação do atendimento socioeducativo e da sua gestão, a partir do projeto político pedagógico.

III. Construção, monitoramento e avaliação do atendimento socioeducativo, com a participação proativa dos adolescentes socioeducandos.

(X) Todas as afirmativas são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

() Somente a afirmativa I é verdadeira

() Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Segundo o SINASE (Resolução Conanda nº 119), o Sistema de Garantia de Direitos é constituído de:

(X) SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça e Segurança Pública e Sistema Educacional

() SUS, SUAS, DELES, Sistema de Educação, Sistema de Justiça somente

() SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social e Sistema de Justiça Restaurativa

() SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional

() SUS – Sistema Universal de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional

5. São orientações fundamentais das Regras de Beijing/Pequim:

I. Os Estados Membros procurarão, em consonância com seus respectivos interesses gerais, promover o bem-estar da criança e do adolescente e de sua família

II. As presentes regras se aplicarão segundo o contexto das condições econômicas, sociais e culturais que predominem em cada um dos Estados Membros

III. A Justiça da Infância e da Juventude será concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país e deverá ser administrada no marco geral de justiça social para todos os jovens, de maneira que contribua ao mesmo tempo para a sua proteção e para a manutenção da paz e da ordem na sociedade

(X) Todas as afirmativas são verdadeiras

() Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

() Somente a afirmativa I é verdadeira

6. Portaria Normativa nº 412 de 02 de setembro de 2022, aprova a alteração do Regimento Interno dos Centros de Atendimento Inicial, Internação Provisória, Internação e Semiliberdade da Fundação CASA. No Artigo 17, estão relacionados os Direitos do Adolescente. Destacando alguns dos Direitos relacionados no referido Artigo, é CORRETO afirmar:

I – O adolescente tem o Direito de ser respeitado em sua singularidade, intimidade, identidade de gênero, liberdade de pensamento e religião e em todos os direitos não expressamente limitados na sentença;

- II – O adolescente tem o Direito de obter informação sobre a sua situação processual;
- III - O O adolescente tem o Direito de receber tratamento respeitoso e digno, sendo fundamental a vedação de práticas e posturas corporais humilhantes ou que despersonalizem o adolescente, indo frontalmente contra os princípios e normas que regem as medidas socioeducativas;
- IV – O adolescente tem o Direito de apenas ter acesso às políticas sociais prestadas por meio de assistência básica;
- V – O adolescente tem o Direito de, na Internação, receber visitas ao menos semanalmente, preferencialmente de forma presencial ou, de forma afirmativa e complementar, na modalidade on-line.

- Somente as afirmativas I, II, III e V são verdadeiras
- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente a afirmativa V é verdadeira
- Somente as afirmativas III e V são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras

7. Considerando o processo de Imunização dos adolescentes, conforme descrito no Caderno Técnico da Superintendência de Saúde, o Enfermeiro é responsável por diversas ações, destacando-se:

- I - Planejar, organizar, coordenar e supervisionar a Equipe de Enfermagem na realização do processo de imunização dos adolescentes na admissão e durante todo o período de permanência nos Centros de Internação Provisória (CIP) e Centros de Internação (CI);
- II – Providenciar junto à equipe psicossocial a solicitação da carteira de vacina do adolescente, caso não haja, o Enfermeiro não poderá iniciar o esquema de imunização previsto para o adolescente;
- III - Realizar ações articuladas com a Supervisão de Vigilância em Saúde (SUVIS) e/ou Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) e/ou PADI e/ou UBS, objetivando a disponibilização das vacinas e insumos necessários para atualização do esquema vacinal do adolescente;
- IV - Supervisionar e orientar o auxiliar de enfermagem quanto à aplicação dos imunobiológicos, registro na caderneta de vacinação, ficha espelho e na Pasta de Saúde do adolescente;
- V - Sensibilizar o adolescente quanto à importância da imunização.

Todas as afirmativas estão corretas, EXCETO:

- Afirmativa II

- Afirmativa III
- Afirmativa V
- Afirmativa IV
- Afirmativa I

8. A Ordem de Serviço SUPSAU nº 003/2023 estabelece o fluxo de providências e de comunicação diante dos casos de adolescentes que apresentam problemas no âmbito da Saúde Mental. Nos casos em que houver o conhecimento de caso de ideação suicida, prevê-se algumas providências e comunicação, conforme abaixo:

I - Quando as situações ocorrerem no período noturno, a coordenação de equipe deverá ser comunicada imediatamente e, além de realizar as devidas comunicações, procederá à orientação da equipe para que seja intensificada a atenção ao adolescente, de forma ininterrupta, a fim de garantir o não agravamento da situação;

II – Quando as situações ocorrerem no período noturno, a coordenação de equipe não precisará ser comunicada imediatamente. O agente de apoio socioeducativo deverá aguardar a enfermagem para passar a situação para que as providências sejam adotadas a partir desta comunicação;

III - No caso de agravamento, no período noturno, o adolescente deverá ser colocado num dormitório separado dos demais, até que a equipe de enfermagem assuma o plantão e o avalie;

IV – No caso de agravamento no período noturno, o Enfermeiro referência do Centro de Atendimento deverá ser acionado por telefone para que possa orientar a equipe de segurança em relação ao manejo do caso;

V – Não é necessária a comunicação da Ideação Suicida, sendo o correto manter a informação em sigilo, permanecendo o adolescente em observação 24h/dia.

- Somente a afirmativa I é verdadeira
- Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras
- Todas as afirmativas são falsas
- Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras
- Somente a afirmativa V é verdadeira

9. No Caderno Universo Feminino na Fundação CASA, no que se refere à População LGBTQIA+, estão descritos os Princípios de YOGYAKARTA. Quais dos direitos abaixo fazem parte deste Princípio:

- I – Direito à Igualdade e a Não-Discriminação;
- II - Direito de Não Sofrer Privação Arbitrária da Liberdade;
- III - Direito ao Padrão mais Alto Alcançável de Saúde;
- IV - Proteção contra Abusos Médicos;
- V - Direito de Participar da Vida Pública.

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira
- () Somente as afirmativas II e V são verdadeiras
- () Todas as afirmativas são falsas
- () Somente a afirmativa V é verdadeira

10. Considerando as orientações do Caderno Técnico da Superintendência de Saúde no que diz respeito ao Cartão Nacional de Saúde, que tem como objetivos a realização do cadastro do adolescente no SUS, com a meta de providenciar o cartão SUS a 100% dos jovens da internação, compete ao Enfermeiro:

- I – Sensibilizar o Diretor do Centro para que ele estabeleça vínculo com a rede de referência e verifique a possibilidade de realizar a confecção do Cartão SUS no Centro/UAISA;
- II – Pedir ao Diretor do Centro que entre em contato com a SUVIS/UBS/local de referência para agendar as datas de confecção do cartão SUS;
- III - Orientar ao auxiliar de enfermagem para o levantamento dos adolescentes que necessitam ser cadastrados através do site <https://portaldocidadao.saude.gov.br/portalcidadao/>;
- IV – Acionar os familiares dos adolescentes que não possuem cartão SUS, uma vez que é de responsabilidade da família providenciar a sua confecção.
- V - Repassar ao Assistente Social de referência do jovem o número do cartão SUS para inserção no Portal Saúde.

- (X) Somente as afirmativas III e V são verdadeiras
- () Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente a afirmativa III é verdadeira
- () Somente a afirmativa V é verdadeira
- () Somente as afirmativas II e V são verdadeiras

ESPECIALISTA TÉCNICO

1. Conforme a lei federal 12594/12 (Lei do Sinase), em seu artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Máxima intervenção, considerando a gravidade do ato infracional
- () Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo
- () Excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos
- () Prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas
- () Proporcionalidade em relação à ofensa cometida

2. Em seu artigo 5º, a Constituição Federal (CF) estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos descritos na própria CF. Um desses termos é:

- (X) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- () A prática do racismo constitui crime afiançável, mas imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- () A prática do racismo constitui crime inafiançável, prescritível em 5 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- () A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível em 10 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- () A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, não sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

3. Acerca da apuração de ato infracional atribuído a adolescente, de acordo com os artigos 171 e 172 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar que:

- (X) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente

- O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade penitenciária
- O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade escolar
- O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade fundiária
- Todas as opções estão corretas

4. Segundo o artigo 22 da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, na União, nos Estados e nos Municípios haverá um Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente composto de:

- Representantes do Governo e da sociedade civil organizada
- Representantes do Governo e sociedade comercial
- Representantes da igreja, do governo e da sociedade civil
- Representantes do Governo Estadual e Municipal
- Representantes da Fundação CASA e Poder Judiciário

5. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), a respeito da Educação, afirmam que os governos têm a obrigação de tornar a educação pública acessível a todos os jovens e, ainda, devem, além de atividades de formação acadêmica e profissional, consagrar especial atenção ao que segue, EXCETO:

- Envolvimento dos jovens como expectadores passivos no processo educativo
- Ensino dos valores fundamentais e desenvolvimento do respeito pela identidade e tradições culturais da criança, pelos valores sociais do país em que a criança vive, pelas civilizações diferentes das da criança e pelos direitos e liberdades fundamentais do homem
- Promoção e desenvolvimento da personalidade, aptidões e capacidades físicas e mentais dos jovens
- Prestação de informação e orientação em relação à formação profissional, oportunidades de emprego e perspectivas de carreira
- Promoção de atividades que imprimam um sentimento de identificação e de pertencimento à escola e à comunidade

6. Conforme apresentado na Cartilha de Orientações Gerais para a Atenção à Adolescência LGBTQIA+, em cumprimento de Medida Socioeducativa no âmbito da Fundação CASA, é CORRETO afirmar que:

I. Todas as pessoas de gênero diferente daquele atribuído ao seu sexo biológico são referidas pelo termo “pessoas transexuais e travestis”.

II. A(o) adolescente travesti e/ou transexual atendida(o) no sistema socioeducativo perde o direito de ser tratado pelo seu nome social, de acordo com a sua identidade de gênero.

III. Expressão de gênero é a maneira como cada pessoa expressa sua identidade de gênero, ou seja, a partir de sua identificação de gênero, é como se sente confortável em suas vestimentas, jeito de falar, gestos, entre outras.

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

7. Conforme previstos na Seção III - Dos Estímulos - do Regimento Interno dos Centros de Atendimento de Internação e de Semiliberdade da Fundação CASA-SP, Portaria Normativa nº 412/2022:

I. Os estímulos têm por objetivo demonstrar a capacidade dos e das adolescentes de alcançarem as metas a que se propuseram no estabelecimento de seus PIA e valorizar seus avanços e conquistas neste processo.

II. No caso de estímulos coletivos, compete à equipe multiprofissional do Centro de Atendimento conceder, suspender ou restringir os estímulos, motivadamente, com a chancela da Direção, em consonância com o Plano Político Pedagógico do Centro de Atendimento.

III. Trabalhar, estudar fora do Centro de Atendimento ou participar em projetos e ações sociais na comunidade, mediante autorização judicial e de acordo com o estabelecido no PIA, no programa de Internação, são considerados estímulos aos adolescentes.

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

8. Segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, a mudança no paradigma do atendimento à criança e adolescente, sobretudo na efetivação do seu direito à convivência familiar e comunitária apresentada na forma operacional do referido Plano, fundamenta-se, entre outras, nas seguintes diretrizes, EXCETO:

Adoção centrada no interesse do adotante

Centralidade da família nas políticas públicas

Primazia da responsabilidade do Estado no fomento de políticas integradas de apoio à família

Reconhecimento das competências da família na sua organização interna e na superação de suas dificuldades

Fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem adulto na elaboração do seu projeto de vida

9. Conforme o artigo 5º da LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, a organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I. Centralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando descentralizado das ações em cada esfera de governo

II. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis

III. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

10. Constantes do Caderno Universo Feminino na Fundação CASA, as seguintes afirmações estão incluídas nas Reflexões sobre o universo feminino na Fundação CASA, EXCETO:

- (X) A infração, quando realizada por mulheres, tende a ganhar uma conotação mais branda
- () Quanto à intensidade afetiva das adolescentes, os funcionários que integram as equipes dos Centros relatam que elas seriam mais impulsivas e emotivas
- () As formas de expressão do amor são intensas por parte das adolescentes. Ao trabalhar em um Centro Feminino é preciso ter uma prontidão para lidar com essa externalização, já que, se as formas de expressão do amor são intensas, as expressões da raiva e do ódio também podem ser
- () Os servidores, na relação cotidiana com as adolescentes, podem vivenciar manifestações tidas como “sexualizadas” ou de “sedução”
- () Abuso sexual por parte de familiares, companheiros ou vizinhos é um dos fatores de risco para envolvimento infracional ligados à família

AGENTE OPERACIONAL / MARCENEIRO

1. Com base no artigo 3º da Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, é CORRETO afirmar que a garantia dos direitos de crianças e adolescentes se fará através das seguintes linhas estratégicas:

- I. Efetivação dos instrumentos normativos próprios, especialmente da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- II. Implementação e fortalecimento das instâncias públicas responsáveis por esse fim.
- III. Facilitação do acesso aos mecanismos de garantia de direitos, definidos em lei.

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira

2. Com base no artigo 3º da Resolução 119/2006 do CONANDA, é CORRETO afirmar que o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até _____;

- (X) a execução de medidas socioeducativas
- () a sentença judicial
- () a elaboração do Boletim de Ocorrência
- () a análise do processo
- () o envio do Plano Individual de Atendimento

3. Nas Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok), a Regra nº 38 estabelece que as adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes a sua idade e gênero. Ainda em acordo com essa regra, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Somente poderão receber acompanhamento de saúde na presença de suas genitoras
- () Elas devem receber aconselhamento sobre abuso
- () Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher
- () Elas deverão ter acesso regular a ginecologistas
- () Elas devem receber orientação sobre como aconselhamento sobre violência sexual

4. Conforme o artigo 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a garantir alguns direitos. Quanto a isso, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Não há necessidade de manter alojamento conjunto, de forma que o neonato não precisa permanecer com a sua mãe
- () Deverão manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 18 (dezoito) anos;
- () Deverão identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente
- () Deverão proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido bem como prestar orientação aos pais
- () Deverão fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato

5. O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 cita que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:

- (X) O particularismo político
- () A soberania
- () A cidadania
- () A dignidade da pessoa humana
- () Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

6. Assinale a opção CORRETA que apresenta a ATRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR no que diz respeito aos EPI's, estabelecida na NR-06:

- (X) Todas alternativas estão corretas
- () Adquirir o EPI adequado ao risco de cada atividade
- () Exigir seu uso
- () Orientar e treinar os colegas sobre o uso adequado
- () Adquirir quantidade suficiente de equipamentos

7. A sigla EPI, referida aos Equipamentos de Proteção Individual, destina à proteção do trabalhador contra riscos:

- (X) Que ameçam sua segurança e a sua saúde
- () Que ameçam sua integridade moral
- () Que ameçam a saúde psíquica
- () Que atinjam as instalações físicas
- () Que ameçam seu emocional

8. Dentre as funções pertinentes ao cargo de Agente Operacional na função de marceneiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- (X) Executar serviços visando manutenção e conservação de esquadrias de metais e alumínio
- () Confeccionar e reparar acabamento em peças de madeira

- Revestir e realizar acabamento em móveis de madeira
- Executar os serviços nas peças de madeiras, guiando-se por desenhos e especificações
- Utilizar plainas, furadeiras, lixadeiras, serras, tornos e outras máquinas e ferramentas apropriadas para executar serviços em peças de madeiras

9. Quais materiais são utilizados para as atividades desenvolvidas numa marcenaria?

- Todas alternativas anteriores estão corretas
- Madeiras e seus derivados
- Juntas e encaixes
- Revestimento
- Colas e impermeabilizantes

10. É atribuição de competência do cargo de marceneiro:

- Executar serviços visando manutenção e conservação de esquadrias e móveis da Fundação
- Executar serviços visando a conservação e assegurando as perfeitas condições de funcionamento dos equipamentos e da rede hidráulica
- Executar serviços, visando conservação e melhoria de instalações e de equipamentos elétricos, de forma a garantir a qualidade do serviço prestado
- Executar serviços de recorte e modelagem de estruturas metálicas, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais
- Cortar e montar vidros, espelhos e materiais similares, instalando-os em portas, janelas, divisórias, prateleiras e moveis, utilizando ferramentas, materiais e técnicas apropriadas

MÉDICO

1. Conforme o artigo 71 da Lei 12.594/2012 (Lei do SINASE), todas as entidades de atendimento socioeducativo deverão, em seus respectivos regimentos, realizar a previsão de regime disciplinar obedecendo os seguintes princípios, EXCETO:

- Formas de participação da família para efetivo cumprimento da sanção disciplinar

- () Tipificação explícita das infrações como leves, médias e graves e determinação das correspondentes sanções
- () Exigência da instauração formal de processo disciplinar para a aplicação de qualquer sanção, garantidos a ampla defesa e o contraditório
- () Obrigatoriedade de audiência do socioeducando nos casos em que seja necessária a instauração de processo disciplinar
- () Apuração da falta disciplinar por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) integrantes, sendo 1 (um), obrigatoriamente, oriundo da equipe técnica

2. Conforme o artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são deveres do Estado assegurar à criança e ao adolescente, EXCETO:

- (X) Atendimento no ensino médio, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde
- () Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria
- () Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio
- () Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino
- () Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um

3. Segundo o artigo 19 da Resolução Conanda nº 113, os programas de execução de medida socioeducativa se estruturam e se organizam, sob forma de um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, em cumprimento do(s) seguinte(s) princípio(s) norteador(es):

- I. Prevalência do conteúdo educativo sobre os sancionatórios e meramente de contenção, no atendimento socioeducativo.
- II. Ordenação do atendimento socioeducativo e da sua gestão, a partir do projeto político pedagógico.
- III. Construção, monitoramento e avaliação do atendimento socioeducativo, com a participação proativa dos adolescentes socioeducandos.

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

- Somente a afirmativa I é verdadeira
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Segundo o SINASE (Resolução Conanda nº 119), o Sistema de Garantia de Direitos é constituído de:

- SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça e Segurança Pública e Sistema Educacional
- SUS, SUAS, DELES, Sistema de Educação, Sistema de Justiça somente
- SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social e Sistema de Justiça Restaurativa
- SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional
- SUS – Sistema Universal de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional

5. São orientações fundamentais das Regras de Beijing/Pequim:

I. Os Estados Membros procurarão, em consonância com seus respectivos interesses gerais, promover o bem-estar da criança e do adolescente e de sua família

II. As presentes regras se aplicarão segundo o contexto das condições econômicas, sociais e culturais que predominem em cada um dos Estados Membros

III. A Justiça da Infância e da Juventude será concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país e deverá ser administrada no marco geral de justiça social para todos os jovens, de maneira que contribua ao mesmo tempo para a sua proteção e para a manutenção da paz e da ordem na sociedade

- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira

6. Considerando o Código de Ética Médica, são princípios fundamentais a serem observados pelos profissionais que exercem a profissão médica. Analise as afirmativas:

I - O médico empenhar-se-á em melhorar os padrões dos serviços médicos e em assumir sua responsabilidade em relação à saúde pública, à educação sanitária e à legislação referente à saúde.

II - O alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser humano, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional.

III - A Medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano e da coletividade e será exercida sem discriminação de nenhuma natureza.

IV - O médico guardará absoluto respeito pelo ser humano e atuará sempre em seu benefício, mesmo depois da morte. Jamais utilizará seus conhecimentos para causar sofrimento físico ou moral, para o extermínio do ser humano ou para permitir e acobertar tentativa contra sua dignidade e integridade.

V - O médico guardará sigilo a respeito das informações de que detenha conhecimento no desempenho de suas funções, com exceção dos casos previstos em lei.

- (X) Todas as afirmativas estão corretas
- () Somente as afirmativas I e II estão corretas
- () Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas
- () Somente as afirmativas II, III e V estão corretas
- () Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas

7. Segundo o Ministério da Saúde, em “Proteger e Cuidar da Saúde de Adolescentes na Atenção Básica” (2018), iniciativas na Atenção Básica à Saúde devem incluir:

I - Melhoria de condições sanitárias no ambiente físico.

II – Atenção, apenas, às necessidades nutricionais.

III – Melhoria de condições socioeconômicas no ambiente físico.

IV - Atenção às necessidades nutricionais e biológicas, psicológicas e sociais.

- (X) Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras
- () Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras
- () Apenas a afirmativa I é verdadeira

Apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras

8. No Art. 74 do Código de Ética Médica, é vedado ao médico revelar sigilo profissional relacionado a paciente menor de idade, inclusive a seus pais ou representantes legais, desde que o menor tenha capacidade de discernimento, salvo quando:

A não revelação possa acarretar dano ao paciente

A não revelação possa acarretar encaminhamento à especialidade médica

A não revelação possa acarretar ônus financeiro

A não revelação possa acarretar em perder o paciente

A não revelação possa acarretar dano aos responsáveis legais

9. Em conformidade ao Plano Operativo (2011) a atenção à Saúde Mental deve seguir o modelo de atendimento oferecido à população em geral, isto é, os atendimentos devem ser distribuídos em redes de serviços, visando o enfrentamento dos problemas que envolvem esta população e considerando:

I - Os princípios e diretrizes do SUS.

II - A Política de Saúde Mental.

III - Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde.

Todas as afirmativas são verdadeiras

Todas as afirmativas são falsas

Apenas a afirmativa I é verdadeira

Apenas a afirmativa II é verdadeira

Apenas a afirmativa III é verdadeira

10. De acordo com a Cartilha de Orientações Gerais para a Atenção à Adolescência LGBTQIA+, em cumprimento de Medida Socioeducativa no âmbito da Fundação CASA, quanto ao uso de assessórios para compressão de mamas como instrumento de manutenção da sua identidade de gênero dos adolescentes transexuais e travestis, tendo em vista tratar-se de pessoa em condição de desenvolvimento, se houver manifestação de interesse por parte do adolescente, este deverá:

Ser encaminhado para avaliação e indicação médica

- Ser encaminhado para Avaliação Psicológica
- Ser encaminhado para Avaliação Psicossocial
- Ser encaminhado ao Centro de Atendimento Socioeducativo de população masculina
- Receber os acessórios que desejar utilizar para manutenção de sua identidade de gênero

AGENTE DE APOIO OPERACIONAL / MOTORISTA

1. Com base no artigo 3º da Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, é CORRETO afirmar que a garantia dos direitos de crianças e adolescentes se fará através das seguintes linhas estratégicas:

- I. Efetivação dos instrumentos normativos próprios, especialmente da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- II. Implementação e fortalecimento das instâncias públicas responsáveis por esse fim.
- III. Facilitação do acesso aos mecanismos de garantia de direitos, definidos em lei.

- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira

2. Com base no artigo 3º da Resolução 119/2006 do CONANDA, é CORRETO afirmar que o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até _____;

- a execução de medidas socioeducativas
- a sentença judicial
- a elaboração do Boletim de Ocorrência
- a análise do processo
- o envio do Plano Individual de Atendimento

3. Nas Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok), a Regra nº 38 estabelece que as adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes a sua idade e gênero. Ainda em acordo com essa regra, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Somente poderão receber acompanhamento de saúde na presença de suas genitoras
- () Elas devem receber aconselhamento sobre abuso
- () Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher
- () Elas deverão ter acesso regular a ginecologistas
- () Elas devem receber orientação sobre como aconselhamento sobre violência sexual

4. Conforme o artigo 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a garantir alguns direitos. Quanto a isso, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Não há necessidade de manter alojamento conjunto, de forma que o neonato não precisa permanecer com a sua mãe
- () Deverão manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 18 (dezoito) anos;
- () Deverão identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente
- () Deverão proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido bem como prestar orientação aos pais
- () Deverão fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato

5. O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 cita que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:

- (X) O particularismo político
- () A soberania
- () A cidadania
- () A dignidade da pessoa humana

() Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

6. Com base na Portaria Normativa nº 215/2011, que consubstancia os procedimentos para a utilização de transportes internos motorizados na Fundação CASA, é CORRETO afirmar que:

(X) Veículos de representação, classificados no Grupo “B” são, preferencialmente, de fabricação nacional e com as seguintes características: tipo sedã, 4 portas, cor escura, de preferência preta, versão básica da linha e capacidade para 5 ou mais pessoas

() É permitida a utilização de veículos de propriedade do servidor para a execução de serviços para a Fundação CASA-SP

() Os veículos de frota não deverão ser utilizados somente para transporte de servidores, estagiários, adolescentes e/ou materiais a serviços da Fundação CASA-SP

() O uso de veículos da frota, ou contratados, no transporte de servidores da residência para o local de lotação e vice-versa poderá ser efetuado apenas nos finais de semana

() O responsável pela condução do veículo poderá ceder sua direção a terceiros não autorizados

7. Considerando que cabe à Gerência de Transportes – GT a responsabilidade de administrar o sistema de transportes internos motorizados da Fundação CASA-SP, considerando a Portaria Normativa nº 215/2011, assinale a alternativa CORRETA:

(X) O responsável pela condução do veículo não poderá ceder sua direção a terceiros não autorizados

() A responsabilidade do usuário limita-se ao período de até 24 horas após sua utilização

() Não caberá aos dirigentes da Gerência de Transportes - GT e das Divisões Regionais a responsabilidade pela guarda dos veículos nas garagens próprias da Fundação

() Na falta do dirigente da Divisão Regional, a responsabilidade pela guarda do veículo ficará a cargo da equipe de vigilância patrimonial da Unidade em que permanecer o veículo

() Fica estabelecido como local de guarda de veículos estacionamentos públicos ou privados cobertos

8. Em relação a Portaria Normativa nº 215/2011 e na hipótese de ocorrência de acidente com os veículos, alguns procedimentos deverão ser tomados. Assinale o procedimento INCORRETO:

(X) No mesmo dia da ocorrência, o condutor deverá encaminhar à Gerência de Transportes – GT ou à respectiva Divisão Regional, relatório circunstanciado do acidente de trânsito, devidamente datado e assinado, anexando o Boletim de Ocorrência

- () Compete ao condutor providenciar o “Boletim de Ocorrência de Veículo”, junto ao Distrito Policial mais próximo do local do evento
- () O condutor deverá comunicá-la ao responsável pela frota ou Divisões Regionais por contato telefônico
- () Em caso de acidente sem vítima, o condutor deverá adotar as providências para remover o veículo do local, garantindo a segurança e fluidez do trânsito
- () Em caso de acidente com vítima, a viatura não deverá ser retirada do local, sem a anuência da autoridade de trânsito que atender a ocorrência

9. A Portaria 215/2011, de 26/07/2011, estabelece procedimentos e diretrizes para utilização do Sistema de Frota – SisFrota, desenvolvido para as finalidades abaixo, EXCETO:

- (X) Orientar sobre as leis de trânsito do município de São Paulo
- () Adequar os procedimentos para utilização de transportes internos motorizados desta Fundação
- () Padronizar e controlar o uso dos veículos oficiais e/ou contratados
- () Gerar um banco de dados que capacita a tomada de decisões pelos dirigentes da Gerência de Transportes - GT e das Divisões Regionais
- () Padronizar o Sistema de Frota – SISFROTA

10. Conforme o art. 181 do CTB, estacionar nas vagas reservadas às pessoas com deficiência ou idosos, sem credencial que comprove tal condição, é considerada infração, que resulta em:

- (X) Infração gravíssima, com multa e remoção do veículo
- () Infração leve, com remoção do veículo
- () Infração média, com multa na habilitação do condutor
- () Infração grave, com multa na habilitação do condutor
- () Infração gravíssima, sem multa, apenas com remoção do veículo

NUTRICIONISTA

1. Conforme o artigo 71 da Lei 12.594/2012 (Lei do SINASE), todas as entidades de atendimento socioeducativo deverão, em seus respectivos regimentos, realizar a previsão de regime disciplinar obedecendo os seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Formas de participação da família para efetivo cumprimento da sanção disciplinar
- () Tipificação explícita das infrações como leves, médias e graves e determinação das correspondentes sanções
- () Exigência da instauração formal de processo disciplinar para a aplicação de qualquer sanção, garantidos a ampla defesa e o contraditório
- () Obrigatoriedade de audiência do socioeducando nos casos em que seja necessária a instauração de processo disciplinar
- () Apuração da falta disciplinar por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) integrantes, sendo 1 (um), obrigatoriamente, oriundo da equipe técnica

2. Conforme o artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são deveres do Estado assegurar à criança e ao adolescente, EXCETO:

- (X) Atendimento no ensino médio, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde
- () Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria
- () Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio
- () Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino
- () Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um

3. Segundo o artigo 19 da Resolução Conanda nº 113, os programas de execução de medida socioeducativa se estruturam e se organizam, sob forma de um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, em cumprimento do(s) seguinte(s) princípio(s) norteador(es):

- I. Prevalência do conteúdo educativo sobre os sancionatórios e meramente de contenção, no atendimento socioeducativo.
- II. Ordenação do atendimento socioeducativo e da sua gestão, a partir do projeto político pedagógico.
- III. Construção, monitoramento e avaliação do atendimento socioeducativo, com a participação proativa dos adolescentes socioeducandos.

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Segundo o SINASE (Resolução Conanda nº 119), o Sistema de Garantia de Direitos é constituído de:

- (X) SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça e Segurança Pública e Sistema Educacional
- () SUS, SUAS, DELES, Sistema de Educação, Sistema de Justiça somente
- () SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social e Sistema de Justiça Restaurativa
- () SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional
- () SUS – Sistema Universal de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional

5. São orientações fundamentais das Regras de Beijing/Pequim:

- I. Os Estados Membros procurarão, em consonância com seus respectivos interesses gerais, promover o bem-estar da criança e do adolescente e de sua família
- II. As presentes regras se aplicarão segundo o contexto das condições econômicas, sociais e culturais que predominem em cada um dos Estados Membros
- III. A Justiça da Infância e da Juventude será concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país e deverá ser administrada no marco geral de justiça social para todos os jovens, de maneira que contribua ao mesmo tempo para a sua proteção e para a manutenção da paz e da ordem na sociedade

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira

6. No Regimento Interno da Fundação CASA, Portaria Normativa nº412/2022, em seu artigo 40, observamos que “a assistência à saúde deverá assegurar a promoção e a atenção integral à saúde do adolescente, por meio de ações educativas, preventivas e curativas, observado o contido na PNAISARI, de forma articulada e integrada com a UAISA e rede SUS e operadores de saúde”, que compreende, entre outros, os seguintes itens:

- I. Acompanhamento do desenvolvimento físico;
- II. Acompanhamento psicológico;
- III. Identidade de gênero;
- IV. Saúde sexual e reprodutiva;
- V. Imunização;
- VI. Saúde bucal;
- X. Atenção terapêutica prescrita;
- XIII. Acesso a dietas especiais, devidamente prescritas; e
- XIV. Acompanhamento nutricional.

Acerca dos aspectos nutricionais, assinale a alternativa CORRETA:

- (X) Os itens XIII e XIV estão contidos no Regimento Interno
- () Apenas o item XIII está contido no Regimento Interno
- () Apenas o item XIV está contido no Regimento Interno
- () O item XIII está contido no Regimento Interno, com exceção do segmento “devidamente prescritas”
- () Os itens XIII e XIV não estão contidos no Regimento Interno

7. Considerando o Código de Ética do Nutricionista, no contexto das responsabilidades profissionais, é vedado:

- I. Adequar condutas e práticas profissionais às necessidades dos indivíduos, coletividades e serviços visando à promoção da saúde, não cedendo a apelos de modismos, a pressões mercadológicas;
- II. Prestar informações às autoridades sanitárias e de fiscalização profissional;
- III. Delegar suas funções e responsabilidades privativas a pessoas não habilitadas;

IV. Emitir declarações falsas ou alterar quaisquer informações de pessoas, setores, serviços, instituições ou dados de pesquisa, quer seja em benefício próprio ou de terceiros, bem como em prejuízo de outros;

V. Atribuir a nutrientes, alimentos, produtos alimentícios, suplementos nutricionais e fitoterápicos propriedades ou benefícios à saúde que não possuam.

Somente as afirmativas III, IV e V estão corretas

Somente as afirmativas I e II estão corretas

Somente as afirmativas I, III e V

Somente a afirmativa I está correta

Todas as alternativas estão corretas

8. A melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira é um dos propósitos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), mediante:

I. A promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis;

II. A melhoria das condições socioeconômicas;

III. A prevenção através da atuação da Vigilância Sanitária;

IV. O estabelecimento de Tabelas Nutricionais em acordo com as faixas etárias;

V. O estabelecimento de Tabelas Nutricionais em acordo com as diferenças de gênero.

Somente a alternativa I está correta

Somente as alternativas I e II estão corretas

Somente as alternativas I, II e III estão corretas

Somente as alternativas IV e V estão corretas

Todas as alternativas estão corretas

9. A adolescência, por ser a fase de maior velocidade no crescimento e de modificações na composição corporal, apresenta demanda energética elevada e a alimentação deve ser quantitativa e qualitativamente adequada para atender às necessidades nutricionais específicas desse período da vida. É INCORRETO afirmar que:

I. É comum os adolescentes terem hábitos alimentares inadequados;

- II. A omissão de refeições, especialmente o jejum, e o consumo de refeições rápidas, além da menor ingestão de frutas e hortaliças, são considerados comportamentos inadequados;
- III. O hábito alimentar inadequado e o sedentarismo favorecem o acúmulo de tecido adiposo e a obesidade futura, além do aparecimento de doenças crônicas;
- IV. O padrão alimentar vem sendo modificado ao longo da história em função de vários aspectos, como facilidade de acesso e maior poder aquisitivo da sociedade moderna. Estas modificações no hábito alimentar podem levar a obesidade e fatores de risco para o desenvolvimento da síndrome metabólica;
- V. Adolescentes obesos e/ou com alterações metabólicas provavelmente responderão rapidamente a quaisquer intervenções para manter uma vida saudável adulta.

- Está incorreta a alternativa V
- Está incorreta a alternativa IV
- Estão incorretas as alternativas I e III
- Estão incorretas as alternativas III e V
- Estão incorretas as alternativas II e IV

10. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), integra os esforços do Estado Brasileiro, que por meio de um conjunto de políticas públicas propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação. Desde sua publicação pretende se tornar referência para os novos desafios a serem enfrentados no campo da Alimentação e Nutrição no Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido a PNAN apresenta como propósito a melhoria das seguintes condições, com EXCETO:

- I. Alimentação;
- II. Nutrição;
- III. Medicação;
- IV. Saúde da população brasileira.

- Somente a alternativa III está incorreta
- Somente a alternativa I está incorreta
- Somente as alternativas II e III estão incorretas
- Somente as alternativas II e IV estão incorretas
- Nenhuma das alternativas está incorreta

AGENTE OPERACIONAL / PEDREIRO

1. Com base no artigo 3º da Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, é CORRETO afirmar que a garantia dos direitos de crianças e adolescentes se fará através das seguintes linhas estratégicas:

- I. Efetivação dos instrumentos normativos próprios, especialmente da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- II. Implementação e fortalecimento das instâncias públicas responsáveis por esse fim.
- III. Facilitação do acesso aos mecanismos de garantia de direitos, definidos em lei.

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira

2. Com base no artigo 3º da Resolução 119/2006 do CONANDA, é CORRETO afirmar que o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até _____;

- (X) a execução de medidas socioeducativas
- () a sentença judicial
- () a elaboração do Boletim de Ocorrência
- () a análise do processo
- () o envio do Plano Individual de Atendimento

3. Nas Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok), a Regra nº 38 estabelece que as adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes a sua idade e gênero. Ainda em acordo com essa regra, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Somente poderão receber acompanhamento de saúde na presença de suas genitoras
- () Elas devem receber aconselhamento sobre abuso

- () Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher
- () Elas deverão ter acesso regular a ginecologistas
- () Elas devem receber orientação sobre como aconselhamento sobre violência sexual

4. Conforme o artigo 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a garantir alguns direitos. Quanto a isso, é INCORRETO afirmar que:

(X) Não há necessidade de manter alojamento conjunto, de forma que o neonato não precisa permanecer com a sua mãe

() Deverão manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 18 (dezoito) anos;

() Deverão identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente

() Deverão proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido bem como prestar orientação aos pais

() Deverão fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato

5. O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 cita que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:

(X) O particularismo político

() A soberania

() A cidadania

() A dignidade da pessoa humana

() Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

6. O exame feito quando o funcionário é admitido na empresa denomina-se:

(X) Exame admissional

() Exame demissional

() Exame periódico

- Exame de análises
- Exame clínico

7. Os EPI's máscaras e filtros, são utilizados para proteção das:

- Vias respiratórias
- Vias biliares
- Vias urinárias
- Vias parenterais
- Vias arteriais

8. Para a preparação do canteiro de obras é necessário:

- Todas as alternativas estão corretas
- Limpar o terreno que será utilizado
- Executar instalações hidráulicas e elétricas
- Avaliar a necessidade de execução de base de brita e/ou piso em concreto
- Realizar cercamento da área e criar elementos de proteção e segurança

9. Qual material NÃO é reaproveitado nas obras de construção civil?

- Pregos com sinais de corrosão
- Papel e papelão
- Metais
- Vidros
- Madeiras

10. É atribuição de competência do cargo de pedreiro:

- Executar serviços de reparos, montagens e elevação de alvenaria, concreto e outros materiais

- () Executar serviços visando manutenção e conservação de esquadrias e móveis da Fundação
- () Executar serviços, visando conservação e melhoria de instalações e de equipamentos elétricos, de forma a garantir a qualidade do serviço prestado
- () Executar serviços de recorte e modelagem de estruturas metálicas, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais
- () Cortar e montar vidros, espelhos e materiais similares, instalando-os em portas, janelas, divisórias, prateleiras e moveis, utilizando ferramentas, materiais e técnicas apropriadas

PEDAGOGO

1. Conforme artigo 4º da Lei 12.594/2012 (Lei do Sinase), compete aos Estados na execução das Medidas socioeducativas, EXCETO:

- (X) Financiar, com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa privativa de liberdade
- () Prestar assessoria técnica e suplementação financeira aos Municípios para a oferta regular de programas de meio aberto
- () Garantir o pleno funcionamento do plantão interinstitucional, nos termos previstos no inciso V do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)
- () Garantir defesa técnica do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional
- () Cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema

2. Conforme apresentado no artigo 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a medida de internação só poderá ser aplicada quando:

- I - Tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.
- II - Por reiteração no cometimento de outras infrações graves.
- III – Por uso de drogas ilícitas.
- IV – Por não permanência na rede de ensino.
- V - Por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

- Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente a afirmativa I e V são verdadeiras

3. Segundo o artigo 4º da Resolução Conanda nº 113, consideram-se instrumentos normativos de promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, para os efeitos da resolução:

- I - A Constituição Federal, com destaque para os artigos 5º, 6º, 7º, 24 – VX, 226, 227 E 228.
- II – Normas internacionais não convencionais, aprovadas como Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, a respeito da matéria.
- III - Leis Federais, estaduais e municipais de proteção da infância e da adolescência.

- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Do SINASE (Resolução Conanda nº 119/2006) tem-se que “o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas”. Segundo o SINASE (Resolução Conanda nº 119/2006), ato infracional é:

- Um comportamento contrário à lei praticado por um adolescente
- Qualquer ato ilegal cometido por um jovem ou adulto
- Uma conduta que só se aplica a adultos maiores de 21 anos
- Um ato de desobediência praticado por uma pessoa idosa
- Uma ação que não é passível de punição segundo o Código Penal

5. De acordo com as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade, conhecida como Regras de Havana, quanto à religião pode-se afirmar que:

I. Todos os menores devem ser autorizados a satisfazer as suas necessidades religiosas e de vida espiritual, em especial assistindo aos serviços religiosos ou encontros organizados no estabelecimento ou contactando com os representantes do seu culto e tendo na sua posse dos livros e objetos de culto e de instrução religiosa próprios da sua confissão.

II. Se um estabelecimento de detenção tiver um número suficiente de menores de uma dada religião, um ou mais representantes qualificados dessa religião devem ser nomeados ou aprovados e ser-lhes concedida autorização para prestar serviços religiosos regulares e fazer visitas pastorais particulares aos menores.

III. Toda entidade deve oferecer visitas de um representante qualificado de qualquer religião, sendo obrigatória a participação dos jovens nos serviços religiosos ofertados.

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

6. Segundo as normas da LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, podemos afirmar que:

I. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

II. O ensino será ministrado tendo como base os princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

III. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, podendo reduzir o número de horas letivas previstos na Lei.

IV. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas

Somente as afirmativas I, II e III estão corretas

- Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas
- Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas
- Todas alternativas estão corretas

7. Considerando as diretrizes contidas na LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

- Todas afirmativas estão corretas
- Somente as afirmativas I, II e III estão corretas
- Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas
- Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas
- Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas

8. Considerando o caderno da Superintendência Pedagógica “Educação e Medida Socioeducativa: conceito, diretrizes e procedimentos”, com relação ao Plano individual de atendimento é possível afirmar que:

- I. A elaboração do Plano Individual de Atendimento constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa.
- II. A elaboração do PIA se inicia na acolhida do adolescente no programa de atendimento e o requisito básico para sua elaboração é a realização do diagnóstico polidimensional por meio de intervenções técnicas junto ao adolescente e sua família, nas áreas: Jurídica, Saúde, Psicológica, Social e Pedagógica”.

III. A partir da premissa de que individualmente o adolescente é um ser singular, integral e complexo, o ponto de partida da construção do PIA necessariamente não pode ser outro que não o conhecimento da individualidade integral e complexa de um adolescente específico.

IV. Na área pedagógica o diagnóstico polidimensional deve procurar entender o percurso educacional do adolescente em todas as modalidades educativas desenvolvidas, buscando entender, por exemplo, como ocorreu a escolarização, se existe defasagem de aprendizagem, o que pode ter motivado esta defasagem; quais as experiências culturais e esportivas, quais suas habilidades e preferências, qual a expectativa profissional do adolescente.

(X) Todas afirmativas estão corretas

() Somente as afirmativas I, II e III estão corretas

() Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas

() Somente as afirmativas II e III estão corretas

() Somente as afirmativas II e IV estão corretas

9. São princípios do atendimento escolar de jovens e adolescentes em medidas socioeducativas:

I. A prevalência do regime disciplinar sobre a dimensão educativa

II. A escolarização como estratégia de reinserção social plena, articulada à reconstrução de projetos de vida e à garantia de direitos;

III. A progressão com qualidade, mediante o necessário investimento na ampliação de possibilidades educacionais;

IV. O investimento em experiências de aprendizagem social e culturalmente relevantes, bem como do desenvolvimento progressivo de habilidades, saberes e competências;

V. O desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizagem de adolescentes e jovens, em sintonia com o tipo de medida aplicada

(X) Somente as afirmativas II, III, IV e V são verdadeiras

() Somente a afirmativa I é verdadeira

() Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

() Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

() Todas as afirmativas são verdadeiras

10. Os sistemas de ensino devem assegurar a matrícula de estudante em cumprimento de medidas socioeducativas sem a imposição de qualquer forma de embaraço, preconceito ou discriminação, pois se trata de direito fundamental, público e subjetivo. A partir dessa informação podemos afirmar que:

I. A matrícula deve ser efetivada sempre que houver demanda e a qualquer tempo.

II. A matrícula deve ser assegurada mediante a apresentação de documento de identificação pessoal, não podendo ser realizada mediante a autodeclaração ou declaração do responsável.

III. Caso o estudante não disponha, no ato da matrícula, de boletim, histórico escolar, certificado, memorial ou qualquer outra documentação referente a sua trajetória escolar expedida por instituição de educação anterior, deverá ser impedido de realizar matrícula.

IV. Nos casos de falta de qualquer tipo de documentação, seja de identificação pessoal ou escolar, os órgãos competentes pela sua expedição devem ser acionados pelos pais ou responsáveis, conselhos tutelares ou operadores de órgãos de assistência social ou de justiça.

Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Todas as afirmativas são verdadeiras

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. Conforme artigo 4º da Lei 12.594/2012 (Lei do Sinase), compete aos Estados na execução das Medidas socioeducativas, EXCETO:

(Financiar, com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa privativa de liberdade

Prestar assessoria técnica e suplementação financeira aos Municípios para a oferta regular de programas de meio aberto

Garantir o pleno funcionamento do plantão interinstitucional, nos termos previstos no inciso V do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

Garantir defesa técnica do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional

Cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema

2. Conforme apresentado no artigo 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - Tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

II - Por reiteração no cometimento de outras infrações graves.

III – Por uso de drogas ilícitas.

IV – Por não permanência na rede de ensino.

V - Por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras

Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente a afirmativa I e V são verdadeiras

3. Segundo o artigo 4º da Resolução Conanda nº 113, consideram-se instrumentos normativos de promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, para os efeitos da resolução:

I - A Constituição Federal, com destaque para os artigos 5º, 6º, 7º, 24 – VX, 226, 227 E 228.

II – Normas internacionais não convencionais, aprovadas como Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, a respeito da matéria.

III - Leis Federais, estaduais e municipais de proteção da infância e da adolescência.

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Do SINASE (Resolução Conanda nº 119/2006) tem-se que “o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas”. Segundo o SINASE (Resolução Conanda nº 119/2006), ato infracional é:

- (X) Um comportamento contrário à lei praticado por um adolescente
- () Qualquer ato ilegal cometido por um jovem ou adulto
- () Uma conduta que só se aplica a adultos maiores de 21 anos
- () Um ato de desobediência praticado por uma pessoa idosa
- () Uma ação que não é passível de punição segundo o Código Penal

5. De acordo com as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade, conhecida como Regras de Havana, quanto à religião pode-se afirmar que:

I. Todos os menores devem ser autorizados a satisfazer as suas necessidades religiosas e de vida espiritual, em especial assistindo aos serviços religiosos ou encontros organizados no estabelecimento ou contatando com os representantes do seu culto e tendo na sua posse dos livros e objetos de culto e de instrução religiosa próprios da sua confissão.

II. Se um estabelecimento de detenção tiver um número suficiente de menores de uma dada religião, um ou mais representantes qualificados dessa religião devem ser nomeados ou aprovados e ser-lhes concedida autorização para prestar serviços religiosos regulares e fazer visitas pastorais particulares aos menores.

III. Toda entidade deve oferecer visitas de um representante qualificado de qualquer religião, sendo obrigatória a participação dos jovens nos serviços religiosos ofertados.

- (X) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira

6. Na Avaliação diagnóstica em Educação Física, no teste de impulsão horizontal, quais orientações o Profissional da área deve seguir?

- I. O Profissional deverá fixar ao solo uma trena, reforçando as extremidades com fita crepe;

- II. O avaliado coloca-se em pé, com os pés paralelos no ponto de partida;
- III. O avaliado deve saltar no sentido horizontal, tendo por objetivo atingir o ponto mais distante da trena;
- IV. O Registro do salto será pelo pé que estiver mais próximo da marca zero da trena.

- (X) Todas as alternativas estão corretas
- () Somente as alternativas I e II estão corretas
- () Somente as alternativas I e IV estão corretas
- () Somente as alternativas I, II e III estão corretas
- () Somente as alternativa IV está correta

7. Conforme Diretrizes e Procedimentos do Caderno da Superintendência Pedagógica, a Educação Física contempla múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade a respeito do corpo e do movimento, devendo:

- (X) Oportunizar todos para que desenvolvam suas potencialidades de forma democrática e não seletiva
- () Priorizar o encaminhamento de adolescentes com potencial a entidades esportivas
- () Estimular a competição como forma de sobrevivência na sociedade
- () Não dar importância as vivências corporais, focando apenas em novas experiências esportivas
- () Trabalhar o esporte como único conteúdo da Educação Física

8. Conforme descrição de cargo, são atribuições do Profissional de Educação Física na Fundação CASA:

Analise as afirmativas:

- I. Estabelecer junto ao setor pedagógico uma programação na área de educação física e esporte, definindo atividades sistemáticas com turmas organizadas.
- II. Participar de processos de educação continuada oferecidos pela Fundação, objetivando a sua capacitação e desenvolvimento profissional.
- III. Desenvolver outras funções pertinentes ao setor pedagógico, de acordo com as orientações do Coordenador Pedagógico.

- (X) Todas as afirmativas estão corretas
- () Somente as afirmativas I e II estão corretas
- () Somente as afirmativas II e III estão corretas
- () Somente as afirmativas I e III estão corretas
- () Somente a afirmativa III está correta

9. Segundo a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (Brasil, 1997), a área de Educação Física não deverá:

- (X) Restringir as habilidades e destrezas físicas em ambientes esportivos, mas orientar o adolescente sobre suas potencialidades corporais e de como agir com autonomia no seu meio social
- () Restringir as habilidades e destrezas físicas, mas orientar o adolescente sobre suas potencialidades corporais e de como agir com autonomia no seu meio social
- () Restringir as habilidades, mas orientar o adolescente sobre suas potencialidades corporais e de como agir com autonomia no seu meio social
- () Restringir as destrezas físicas, mas orientar o adolescente sobre suas potencialidades corporais e de como agir com autonomia no seu meio social
- () Restringir as habilidades e destrezas físicas, em ambientes de vulnerabilidade e risco social, mas orientar o adolescente sobre suas potencialidades corporais e de como agir com autonomia no seu meio social

10. Os instrumentais da Educação Física pertencentes ao Diagnóstico Polidimensional são a Avaliação em Educação Física e as informações levantadas durante a aplicação do Roteiro Orientador da Entrevista referente a dados sobre:

- (X) Vivências pessoais e sociais do adolescente na área de esporte e lazer
- () Vivências psicológicas e emocionais do adolescente na área de esporte e lazer
- () Vivências físicas e comportamentais do adolescente na área de esporte e lazer
- () Vivências competitivas e de alta performance do adolescente na área de esporte e lazer
- () Todas as alternativas estão corretas

AGENTE OPERACIONAL / PINTOR

1. Com base no artigo 3º da Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, é CORRETO afirmar que a garantia dos direitos de crianças e adolescentes se fará através das seguintes linhas estratégicas:

I. Efetivação dos instrumentos normativos próprios, especialmente da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

II. Implementação e fortalecimento das instâncias públicas responsáveis por esse fim.

III. Facilitação do acesso aos mecanismos de garantia de direitos, definidos em lei.

(X) Todas as afirmativas são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

() Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

() Somente a afirmativa I é verdadeira

2. Com base no artigo 3º da Resolução 119/2006 do CONANDA, é CORRETO afirmar que o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até _____;

(X) a execução de medidas socioeducativas

() a sentença judicial

() a elaboração do Boletim de Ocorrência

() a análise do processo

() o envio do Plano Individual de Atendimento

3. Nas Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok), a Regra nº 38 estabelece que as adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes a sua idade e gênero. Ainda em acordo com essa regra, é INCORRETO afirmar que:

(X) Somente poderão receber acompanhamento de saúde na presença de suas genitoras

() Elas devem receber aconselhamento sobre abuso

() Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher

() Elas deverão ter acesso regular a ginecologistas

Elas devem receber orientação sobre como aconselhamento sobre violência sexual

4. Conforme o artigo 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a garantir alguns direitos. Quanto a isso, é INCORRETO afirmar que:

Não há necessidade de manter alojamento conjunto, de forma que o neonato não precisa permanecer com a sua mãe

Deverão manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 18 (dezoito) anos;

Deverão identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente

Deverão proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido bem como prestar orientação aos pais

Deverão fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato

5. O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 cita que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:

O particularismo político

A soberania

A cidadania

A dignidade da pessoa humana

Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

6. Considerando a NR-06- EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI, assinale a alternativa que NÃO corresponde a um EPI:

Tênis

Máscaras

Filtros

Abafador de ruídos

Luvas

7. Os EPI's máscaras e filtros, são utilizados para proteção das:

Vias respiratórias

Vias biliares

Vias urinárias

Vias parenterais

Vias arteriais

8. Para uma pintura adequada em paredes internas e externas, qual atividade torna-se imprescindível?

Aplicação de massa fina ou corrida e lixamento, antes de pintá-las

Aplicar papel de parede

Aplicar cal para acabamento

Jatear a superfície com areia

Jatear a superfície com cimento

9. Qual das ferramentas listadas abaixo NÃO é utilizada para execução de serviços de pintura?

Enxada e picareta

Rolo de espuma

Rolo de lã

Pincel

Lixas

10. Quais são as tarefas de um pintor?

Todas as alternativas estão corretas

Fazer a análise e preparação de tintas para pinturas de superfícies

- () Realizar polimento e retoque de superfícies pintadas
- () Usar equipamentos como lixadeiras e acessórios para isolamentos
- () Realizar inspeções de pintura para a garantia da qualidade de produtos pintados

PSICÓLOGO

1. Conforme o artigo 71 da Lei 12.594/2012 (Lei do SINASE), todas as entidades de atendimento socioeducativo deverão, em seus respectivos regimentos, realizar a previsão de regime disciplinar obedecendo os seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Formas de participação da família para efetivo cumprimento da sanção disciplinar
- () Tipificação explícita das infrações como leves, médias e graves e determinação das correspondentes sanções
- () Exigência da instauração formal de processo disciplinar para a aplicação de qualquer sanção, garantidos a ampla defesa e o contraditório
- () Obrigatoriedade de audiência do socioeducando nos casos em que seja necessária a instauração de processo disciplinar
- () Apuração da falta disciplinar por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) integrantes, sendo 1 (um), obrigatoriamente, oriundo da equipe técnica

2. Conforme o artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são deveres do Estado assegurar à criança e ao adolescente, EXCETO:

- (X) Atendimento no ensino médio, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde
- () Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria
- () Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio
- () Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino
- () Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um

3. Segundo o artigo 19 da Resolução Conanda nº 113, os programas de execução de medida socioeducativa se estruturam e se organizam, sob forma de um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, em cumprimento do(s) seguinte(s) princípio(s) norteador(es):

I. Prevalência do conteúdo educativo sobre os sancionatórios e meramente de contenção, no atendimento socioeducativo.

II. Ordenação do atendimento socioeducativo e da sua gestão, a partir do projeto político pedagógico.

III. Construção, monitoramento e avaliação do atendimento socioeducativo, com a participação proativa dos adolescentes socioeducandos.

(X) Todas as afirmativas são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

() Somente a afirmativa I é verdadeira

() Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Segundo o SINASE (Resolução Conanda nº 119), o Sistema de Garantia de Direitos é constituído de:

(X) SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça e Segurança Pública e Sistema Educacional

() SUS, SUAS, DELES, Sistema de Educação, Sistema de Justiça somente

() SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social e Sistema de Justiça Restaurativa

() SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional

() SUS – Sistema Universal de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional

5. São orientações fundamentais das Regras de Beijing/Pequim:

I. Os Estados Membros procurarão, em consonância com seus respectivos interesses gerais, promover o bem-estar da criança e do adolescente e de sua família

II. As presentes regras se aplicarão segundo o contexto das condições econômicas, sociais e culturais que predominem em cada um dos Estados Membros

III. A Justiça da Infância e da Juventude será concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país e deverá ser administrada no marco geral de justiça social para todos os jovens, de maneira que contribua ao mesmo tempo para a sua proteção e para a manutenção da paz e da ordem na sociedade

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira

6. No Caderno Técnico da Superintendência de Saúde, sobre as intervenções psicológicas, podemos afirmar que:

I. O olhar do profissional deve se voltar também para as relações, as quais estão vinculadas ao pertencimento, à classe social e momento histórico.

II. As intervenções devem estar contempladas na agenda individual do adolescente e do profissional, elaborada pelo setor pedagógico, com a finalidade de atender as demandas do adolescente.

III. As intervenções psicológicas não recebem contribuição de vários campos de conhecimento, Psicologia Social, Psicologia Clínica, Sociologia, Psicologia sócio-histórica, entre outras.

IV. A incapacidade empática do adolescente pode trazer ao atendimento a perspectiva do psicólogo acerca de suas próprias demandas, conflitos e desejos.

V. O psicólogo deve ter visão integrada do adolescente, com foco no ato infracional, independentemente de seu contexto, subjetividade e complexidade.

- (X) Apenas a afirmativa I está correta.
- () Apenas a afirmativa II está correta.
- () Apenas a afirmativa III está correta.
- () Apenas a afirmativa IV está correta.
- () Apenas a afirmativa V está correta.

7. Quanto à Avaliação Psicológica, no contexto da medida socioeducativa, podemos afirmar que:

(X) A escolha dos instrumentos, métodos e técnicas que serão empregadas na avaliação psicológica é de exclusividade e responsabilidade do Psicólogo, que procurará ter clareza dos objetivos a que se destina a utilização de tais procedimentos em benefício do adolescente.

() Um dos pontos de partida para ações socioeducativas é a Avaliação Psicológica, na qual se pode identificar aspectos passíveis de intervenção, entre eles, promoção do autoconhecimento, autoestima, análise de padrões comportamentais, não sendo necessário considerar o ato infracional.

() A avaliação psicológica caracteriza-se em uma investigação com embasamento teórico e científico para conhecimento acerca do perfil psicológico e comportamental do indivíduo e, para esta finalidade, o psicólogo deve utilizar, além da entrevista, anamnese, observação, visita domiciliar, abordagem familiar, atendimentos grupais e pesquisa documental, os testes psicológicos projetivos e psicométricos (escalas, inventários, baterias).

() As informações e discussões realizadas junto à equipe de referência e a rede de saúde mental não interferem na Avaliação Psicológica e na elaboração de intervenções e encaminhamentos.

() O processo de avaliação psicológica deve estar atrelado à aplicação de testes psicológicos, necessariamente.

8. As intervenções psicológicas recebem contribuições de vários campos de conhecimento...". São eles:

I - Psicologia sócio-histórica.

II - Psicologia Clínica.

III - Psicologia Social.

IV - Sociologia.

(X) Todas afirmativas estão corretas.

() Apenas a afirmativa I está correta.

() Apenas a afirmativa II está correta.

() Apenas a afirmativa III está correta.

() Apenas a afirmativa IV está correta.

9. De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, “toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões

técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo” (Brasil, 2015, p.5).

Em sua prática, o profissional deverá orientar-se pelos seguintes princípios, conforme o Código de Ética:

- (X) Todas as opções estão corretas
- () O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural
- () O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos
- () O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio de contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática
- () O Psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios do Código de Ética

10. A Ordem de Serviço SUPSAU nº 03/2022 orienta trâmites do registro na “Ficha de Notificação de Violência”. É INCORRETO afirmar que:

- (X) Antes de registrar a notificação de violência, o profissional deve verificar a veracidade da informação junto à direção do Centro de Atendimento e mediante discussão de caso com a equipe de referência.
- () Todo profissional da saúde que tomar conhecimento de forma presenciada ou relatada (suspeita), no âmbito da instituição, fará a Notificação de Violência disponível no sistema SIG, módulo Ficha de Notificação de Violência
- () No caso de haver riscos à integridade física ou psicológica de qualquer envolvido no contexto da violência, a chefia imediata ou mediata do Centro de Atendimento deverá ser cientificada, inclusive pelos meios institucionais de comunicação e/ou registros de informações, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias para a proteção dos envolvidos nos mencionados riscos
- () A necessidade de comunicação da circunstância para chefia imediata ou mediata do Centro de Atendimento, deverá ser informada ao adolescente relator da situação de violência
- () Caberá ao gestor do Centro de Atendimento as demais providências cabíveis e procedimentos estabelecidos para os cuidados em saúde, segurança, além das comunicações à família, judiciário e Corregedoria, dentre outras

AGENTE OPERACIONAL / SERRALHEIRO

1. Com base no artigo 3º da Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, é CORRETO afirmar que a garantia dos direitos de crianças e adolescentes se fará através das seguintes linhas estratégicas:

- I. Efetivação dos instrumentos normativos próprios, especialmente da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- II. Implementação e fortalecimento das instâncias públicas responsáveis por esse fim.
- III. Facilitação do acesso aos mecanismos de garantia de direitos, definidos em lei.

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira

2. Com base no artigo 3º da Resolução 119/2006 do CONANDA, é CORRETO afirmar que o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até _____;

- (X) a execução de medidas socioeducativas
- () a sentença judicial
- () a elaboração do Boletim de Ocorrência
- () a análise do processo
- () o envio do Plano Individual de Atendimento

3. Nas Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok), a Regra nº 38 estabelece que as adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes a sua idade e gênero. Ainda em acordo com essa regra, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Somente poderão receber acompanhamento de saúde na presença de suas genitoras
- () Elas devem receber aconselhamento sobre abuso

- () Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher
- () Elas deverão ter acesso regular a ginecologistas
- () Elas devem receber orientação sobre como aconselhamento sobre violência sexual

4. Conforme o artigo 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a garantir alguns direitos. Quanto a isso, é INCORRETO afirmar que:

(X) Não há necessidade de manter alojamento conjunto, de forma que o neonato não precisa permanecer com a sua mãe

() Deverão manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 18 (dezoito) anos;

() Deverão identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente

() Deverão proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido bem como prestar orientação aos pais

() Deverão fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato

5. O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 cita que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:

(X) O particularismo político

() A soberania

() A cidadania

() A dignidade da pessoa humana

() Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

6. A sigla EPI, referida aos Equipamentos de Proteção Individual, destina à proteção do trabalhador contra riscos:

(X) Que ameçam sua segurança e a sua saúde

() Que ameçam sua integridade moral

- Que ameçam a saúde psíquica
- Que atinjam as instalações físicas
- Que ameçam seu emocional

7. O exame feito quando o funcionário é admitido na empresa denomina-se:

- Exame admissional
- Exame demissional
- Exame periódico
- Exame de análises
- Exame clínico

8. Qual é a função de um serralheiro?

- Todas as alternativas estão corretas
- Reparar e realizar manutenções preventivas em estruturas metálicas
- Realizar soldas em materiais metálicos
- Produzir peças como tubos, grades, chapas, entre outros
- Desenhar peças metálicas

9. Quais materiais NÃO pertencem ao ramo da serralheria?

- Vidros e espelhos
- Parafusos, rebites, solda
- Grades, portões, portas e janelas
- Estruturas, armações, portas
- Elementos em Ferro e alumínio

10. Quais as principais funções do equipamento denominado esmerilhadeira?

- Todas as alternativas estão corretas

- Lixamentos
- Polimentos
- Aparar rebarbas
- Fazer acabamentos em metais

TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (DOCUMENTAÇÃO)

1. Conforme a lei federal 12594/12 (Lei do Sinase), em seu artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

- Máxima intervenção, considerando a gravidade do ato infracional
- Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo
- Excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos
- Prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas
- Proporcionalidade em relação à ofensa cometida

2. Em seu artigo 5º, a Constituição Federal (CF) estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos descritos na própria CF. Um desses termos é:

- A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- A prática do racismo constitui crime afiançável, mas imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- A prática do racismo constitui crime inafiançável, prescritível em 5 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível em 10 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, não sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

3. Acerca da apuração de ato infracional atribuído a adolescente, de acordo com os artigos 171 e 172 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar que:

(X) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente

() O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade penitenciária

() O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade escolar

() O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade fundiária

() Todas as opções estão corretas

4. Segundo o artigo 22 da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, na União, nos Estados e nos Municípios haverá um Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente composto de:

(X) Representantes do Governo e da sociedade civil organizada

() Representantes do Governo e sociedade comercial

() Representantes da igreja, do governo e da sociedade civil

() Representantes do Governo Estadual e Municipal

() Representantes da Fundação CASA e Poder Judiciário

5. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), a respeito da Educação, afirmam que os governos têm a obrigação de tornar a educação pública acessível a todos os jovens e, ainda, devem, além de atividades de formação acadêmica e profissional, consagrar especial atenção ao que segue, EXCETO:

(X) Envolvimento dos jovens como expectadores passivos no processo educativo

() Ensino dos valores fundamentais e desenvolvimento do respeito pela identidade e tradições culturais da criança, pelos valores sociais do país em que a criança vive, pelas civilizações diferentes das da criança e pelos direitos e liberdades fundamentais do homem

() Promoção e desenvolvimento da personalidade, aptidões e capacidades físicas e mentais dos jovens

() Prestação de informação e orientação em relação à formação profissional, oportunidades de emprego e perspectivas de carreira

Promoção de atividades que imprimam um sentimento de identificação e de pertencimento à escola e à comunidade

6. Considerando o Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas, com base no Artigo 4º - É dever dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, assinale a alternativa INCORRETA:

Não divulgar dados e informações mesmo que sejam de interesse público

Promover a gestão transparente de documentos, dados e informações

Assegurar sua disponibilidade, autenticidade e integridade, para garantir o pleno direito de acesso

Divulgar documentos, dados e informações de interesse coletivo ou geral, sob sua custódia, independentemente de solicitações

Proteger os documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, por meio de critérios técnicos e objetivos, o menos restritivo possível

7. Com base na Portaria Normativa nº 431, de 16 de junho de 2023, que torna pública a implantação do Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - SEI/SP, assinale a alternativa CORRETA:

Todas as alternativas estão corretas

A produção, gestão, tramitação, armazenamento, preservação, segurança e acesso a documentos e informações arquivísticas de novos documentos, na Fundação CASA-SP, deverão ser realizados exclusivamente no ambiente oficial de gestão documental do Estado de São Paulo (<http://www.sei.sp.gov.br>), denominado sistema SEI/SP

O número do documento gerado pelo SEI/SP será o número oficial para controle

Todos os servidores da Fundação CASA-SP deverão estar cadastrados no SEI/SP e acessar rotineiramente o sistema

É obrigatório, a todos os servidores da Fundação CASA, a certificação no curso de Educação à Distância - EAD, da Escola de Formação dos Profissionais da Educação – EFAPE

8. O DECRETO Nº 60.145, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014 dispõe sobre o recolhimento de documentos de guarda permanente, produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual direta, indireta e fundacional, para a Unidade de Arquivo Público do Estado, da Casa Civil. O Artigo 1º- os documentos de guarda permanente aqueles:

- (X) Com valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados
- () Com valor histórico, mas com prazo definido de preservação
- () Com valor informativo desde que as informações sejam de caráter público
- () Com valor histórico desde que tenham informações políticas
- () Com valor histórico e probatório que devem ser temporariamente preservados

9. Qual alternativa NÃO corresponde à descrição das atribuições do cargo de Técnico em Desenvolvimento Organizacional?

- (X) Fazer manutenção nos equipamentos eletrônicos utilizados para manter os documentos arquivados
- () Classificar, arranjar, descrever e executar demais tarefas necessárias à guarda e conservação de documentos, assim como prestação de informações relativas aos mesmos
- () Preparar documentos de arquivos para microfilmagem e conservação
- () Preparar documentos de arquivo para processamento eletrônico de dados
- () Aplicar os Planos de Classificação e das Tabelas de Temporalidade de Documentos das Atividades Meio e da Atividade Fim vigentes na Fundação

10. Quais as exigências para o cargo de Técnico em Desenvolvimento Organizacional - Função: Técnico em Documentação?

- (X) Todas as alternativas estão corretas
- () Aprovação no concurso público para este cargo
- () Ensino Médio Completo e Curso Técnico em Documentação / Arquivo ou em Restauro e Conservação de Documentos
- () Curso Técnico em Tecnologia da Informação ou em Gestão da Informação
- () Pleno conhecimento das rotinas e normas da Fundação

TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO

1. Conforme a lei federal 12594/12 (Lei do Sinase), em seu artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Máxima intervenção, considerando a gravidade do ato infracional
- () Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo
- () Excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos
- () Prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas
- () Proporcionalidade em relação à ofensa cometida

2. Em seu artigo 5º, a Constituição Federal (CF) estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos descritos na própria CF. Um desses termos é:

- (X) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- () A prática do racismo constitui crime afiançável, mas imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- () A prática do racismo constitui crime inafiançável, prescritível em 5 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- () A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível em 10 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- () A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, não sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

3. Acerca da apuração de ato infracional atribuído a adolescente, de acordo com os artigos 171 e 172 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar que:

- (X) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente
- () O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade penitenciária
- () O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade escolar
- () O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade fundiária
- () Todas as opções estão corretas

4. Segundo o artigo 22 da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, na União, nos Estados e nos Municípios haverá um Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente composto de:

- Representantes do Governo e da sociedade civil organizada
- Representantes do Governo e sociedade comercial
- Representantes da igreja, do governo e da sociedade civil
- Representantes do Governo Estadual e Municipal
- Representantes da Fundação CASA e Poder Judiciário

5. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), a respeito da Educação, afirmam que os governos têm a obrigação de tornar a educação pública acessível a todos os jovens e, ainda, devem, além de atividades de formação acadêmica e profissional, consagrar especial atenção ao que segue, EXCETO:

- Envolvimento dos jovens como expectadores passivos no processo educativo
- Ensino dos valores fundamentais e desenvolvimento do respeito pela identidade e tradições culturais da criança, pelos valores sociais do país em que a criança vive, pelas civilizações diferentes das da criança e pelos direitos e liberdades fundamentais do homem
- Promoção e desenvolvimento da personalidade, aptidões e capacidades físicas e mentais dos jovens
- Prestação de informação e orientação em relação à formação profissional, oportunidades de emprego e perspectivas de carreira
- Promoção de atividades que imprimam um sentimento de identificação e de pertencimento à escola e à comunidade

6. Lei nº 7.498/86, publicada no D.O.U. de 25.06.86. Art. 2º - A enfermagem e suas atividades auxiliares somente podem ser exercidas por pessoas legalmente habilitadas e inscritas no Conselho Regional de Enfermagem com jurisdição na área onde ocorre o exercício. A enfermagem é exercida privativamente pelos:

- Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira
- Enfermeiro
- Auxiliar de Enfermagem e Parteira
- Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem

Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem

7. Lei nº 7.498/86, publicada no D.O.U. de 25.06.86. Art. 12. - O Técnico de Enfermagem exerce atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de enfermagem, cabendo-lhe especialmente:

Todas as alternativas estão corretas

Participar da programação da assistência de enfermagem

Executar ações assistenciais de enfermagem, exceto as privativas do enfermeiro, observado o disposto no parágrafo único do art. 11 desta lei

Participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar

Participar da equipe de saúde

8. RESOLUÇÃO COFEN- 238/2000. Art. 5º – A solicitação da qualificação específica em Enfermagem do Trabalho de nível médio poderá ser obtida pelo Técnico de Enfermagem mediante:

Todas as alternativas estão corretas

Requerimento próprio, fornecido pelo respectivo COREN

Cópia da cédula de identidade

Certificado original de conclusão do curso de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho ou de curso de Técnico de Enfermagem do Trabalho, acompanhado do Histórico Escolar, carga horária e conceito, seguindo o Art. 4º e Parágrafo único desta Resolução

Carteira de identidade profissional de Técnico de Enfermagem ou de Auxiliar de Enfermagem

9. Os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (NR 4) devem ser compostos pelos serviços abaixo, EXCETO:

Fisioterapeuta

Médico do Trabalho

Engenheiro de Segurança do Trabalho

Técnico de Segurança do Trabalho

Enfermeiro do Trabalho e Auxiliar ou Técnico em Enfermagem do Trabalho

10. Considerando o Manual de Primeiros Socorros para Leigos. Suporte Básico de Vida. São Paulo: Secretaria Municipal de Saúde – SAMU-192, assinale a alternativa INCORRETA:

- (X) Não socorra uma vítima! É de extrema importância que você se mantenha afastado da vítima
- () Primeiros Socorros é toda ação imediata e breve prestada a uma pessoa que sofreu acidente ou mal súbito, até a chegada do atendimento pré-hospitalar para encaminhamento a um serviço especializado.
- () Somente deve prestar os primeiros socorros a pessoa devidamente treinada ou orientada para realizar as ações necessárias, afim de não piorar as lesões já existentes
- () Ao socorrer uma vítima, proteja-se contra doenças transmitidas pelo contato com sangue e secreções, use máscara e luvas, se for necessário, improvise
- () Se o local apresentar algum risco, mantenha-se afastado e ligue imediatamente para o SAMU-192 São Paulo, relatando o acidente e o que impede você de se aproximar da vítima

TÉCNICO INFORMÁTICA - DESENVOLVIMENTO

1. Conforme a lei federal 12594/12 (Lei do Sinase), em seu artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Máxima intervenção, considerando a gravidade do ato infracional
- () Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo
- () Excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos
- () Prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas
- () Proporcionalidade em relação à ofensa cometida

2. Em seu artigo 5º, a Constituição Federal (CF) estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos descritos na própria CF. Um desses termos é:

(X) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

() A prática do racismo constitui crime afiançável, mas imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

() A prática do racismo constitui crime inafiançável, prescritível em 5 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

() A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível em 10 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

() A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, não sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

3. Acerca da apuração de ato infracional atribuído a adolescente, de acordo com os artigos 171 e 172 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar que:

(X) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente

() O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade penitenciária

() O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade escolar

() O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade fundiária

() Todas as opções estão corretas

4. Segundo o artigo 22 da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, na União, nos Estados e nos Municípios haverá um Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente composto de:

(X) Representantes do Governo e da sociedade civil organizada

() Representantes do Governo e sociedade comercial

() Representantes da igreja, do governo e da sociedade civil

() Representantes do Governo Estadual e Municipal

() Representantes da Fundação CASA e Poder Judiciário

5. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), a respeito da Educação, afirmam que os governos têm a obrigação de

tornar a educação pública acessível a todos os jovens e, ainda, devem, além de atividades de formação acadêmica e profissional, consagrar especial atenção ao que segue, EXCETO:

- (X) Envolvimento dos jovens como expectadores passivos no processo educativo
- () Ensino dos valores fundamentais e desenvolvimento do respeito pela identidade e tradições culturais da criança, pelos valores sociais do país em que a criança vive, pelas civilizações diferentes das da criança e pelos direitos e liberdades fundamentais do homem
- () Promoção e desenvolvimento da personalidade, aptidões e capacidades físicas e mentais dos jovens
- () Prestação de informação e orientação em relação à formação profissional, oportunidades de emprego e perspectivas de carreira
- () Promoção de atividades que imprimam um sentimento de identificação e de pertencimento à escola e à comunidade

6. Qual é a principal função de um Diagrama de Entidade-Relacionamento (DER) na modelagem de sistemas?

- (X) Descrever as entidades do sistema e como elas se relacionam
- () Mostrar a sequência de processos em um sistema
- () Representar o fluxo de dados entre os módulos do sistema
- () Listar os requisitos funcionais e não funcionais do sistema
- () Fornecer detalhes de implementação de código do sistema

7. No contexto de desenvolvimento de software, o que é "encapsulamento"?

- (X) O mecanismo de ocultar os detalhes internos de um objeto, expondo apenas o necessário para o mundo exterior
- () O processo de reunir várias classes sob um único módulo
- () Uma técnica de otimização para acelerar a execução do software
- () A prática de repetir o mesmo código em várias partes do software
- () Uma técnica de depuração que envolve a verificação manual de cada linha de código

8. Quando se fala em desenvolvimento de software, o que significa o termo "refatoração"?

- Alterar o código para melhorar sua estrutura interna sem mudar seu comportamento externo
- Adicionar novas funcionalidades ao código sem alterar seu comportamento externo
- Testar o código para garantir que ele funcione como esperado
- Documentar o código para garantir que outros desenvolvedores compreendam sua funcionalidade
- Remover funcionalidades desnecessárias do código para simplificar o sistema

9. Em um Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Relacional (SGBDR), qual das seguintes opções é uma coleção de tabelas relacionadas?

- Esquema
- Tupla
- Atributo
- Relação
- Chave Primária

10. Qual das alternativas abaixo não é uma característica típica de uma metodologia de desenvolvimento em cascata?

- As alterações no projeto podem ser facilmente incorporadas a qualquer momento
- As fases do projeto são sequenciais, com cada fase dependendo da conclusão da anterior
- É difícil fazer mudanças após a fase de requisitos ser concluída
- Foco em entregar um sistema totalmente funcional no final do projeto
- Requer uma compreensão clara e definida dos requisitos no início do projeto

TÉCNICO INFORMÁTICA - SUPORTE

1. Conforme a lei federal 12594/12 (Lei do Sinase), em seu artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

- Máxima intervenção, considerando a gravidade do ato infracional

- Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo
- Excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos
- Prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas
- Proporcionalidade em relação à ofensa cometida

2. Em seu artigo 5º, a Constituição Federal (CF) estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos descritos na própria CF. Um desse termos é:

- A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- A prática do racismo constitui crime afiançável, mas imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- A prática do racismo constitui crime inafiançável, prescritível em 5 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível em 10 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, não sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

3. Acerca da apuração de ato infracional atribuído a adolescente, de acordo com os artigos 171 e 172 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar que:

- O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente
- O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade penitenciária
- O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade escolar
- O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade fundiária
- Todas as opções estão corretas

4. Segundo o artigo 22 da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, na União, nos Estados e nos Municípios haverá um Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente composto de:

- Representantes do Governo e da sociedade civil organizada
- Representantes do Governo e sociedade comercial
- Representantes da igreja, do governo e da sociedade civil
- Representantes do Governo Estadual e Municipal
- Representantes da Fundação CASA e Poder Judiciário

5. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), a respeito da Educação, afirmam que os governos têm a obrigação de tornar a educação pública acessível a todos os jovens e, ainda, devem, além de atividades de formação acadêmica e profissional, consagrar especial atenção ao que segue, EXCETO:

- Envolvimento dos jovens como expectadores passivos no processo educativo
- Ensino dos valores fundamentais e desenvolvimento do respeito pela identidade e tradições culturais da criança, pelos valores sociais do país em que a criança vive, pelas civilizações diferentes das da criança e pelos direitos e liberdades fundamentais do homem
- Promoção e desenvolvimento da personalidade, aptidões e capacidades físicas e mentais dos jovens
- Prestação de informação e orientação em relação à formação profissional, oportunidades de emprego e perspectivas de carreira
- Promoção de atividades que imprimam um sentimento de identificação e de pertencimento à escola e à comunidade

6. Qual é a primeira etapa a ser realizada ao diagnosticar um problema de conexão com a internet?

- Checar se os cabos estão conectados corretamente
- Reiniciar o computador
- Trocar o roteador
- Reconfigurar o endereço IP
- Verificar a velocidade do download e upload

7. Se um usuário não consegue acessar um arquivo compartilhado na rede, qual destas poderia ser a causa mais provável?

- (X) Permissões inadequadas no arquivo ou pasta
- () O arquivo foi excluído
- () Falta de espaço no disco rígido
- () O arquivo está infectado com um vírus
- () O cabo de rede está desconectado

8. Qual protocolo é amplamente utilizado para enviar e-mails de forma segura?

- (X) SMTPS
- () HTTP
- () FTP
- () POP3
- () SMTP

9. Qual ferramenta do Windows pode ser usada para verificar e corrigir erros em um disco rígido?

- (X) Check Disk (chkdsk)
- () Disk Management
- () Event Viewer
- () Performance Monitor
- () System Configuration

10. Qual é o propósito do comando "ipconfig" em sistemas operacionais Windows?

- (X) Exibir as configurações de IP da máquina
- () Configurar o firewall
- () Instalar atualizações
- () Criar uma nova pasta no diretório atual

Definir uma senha para o usuário

TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

1. Conforme a lei federal 12594/12 (Lei do Sinase), em seu artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

Máxima intervenção, considerando a gravidade do ato infracional

Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo

Excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos

Prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas

Proporcionalidade em relação à ofensa cometida

2. Em seu artigo 5º, a Constituição Federal (CF) estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos descritos na própria CF. Um desses termos é:

A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

A prática do racismo constitui crime afiançável, mas imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

A prática do racismo constitui crime inafiançável, prescritível em 5 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível em 10 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, não sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

3. Acerca da apuração de ato infracional atribuído a adolescente, de acordo com os artigos 171 e 172 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar que:

O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente

O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade penitenciária

O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade escolar

O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade fundiária

Todas as opções estão corretas

4. Segundo o artigo 22 da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, na União, nos Estados e nos Municípios haverá um Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente composto de:

Representantes do Governo e da sociedade civil organizada

Representantes do Governo e sociedade comercial

Representantes da igreja, do governo e da sociedade civil

Representantes do Governo Estadual e Municipal

Representantes da Fundação CASA e Poder Judiciário

5. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), a respeito da Educação, afirmam que os governos têm a obrigação de tornar a educação pública acessível a todos os jovens e, ainda, devem, além de atividades de formação acadêmica e profissional, consagrar especial atenção ao que segue, EXCETO:

Envolvimento dos jovens como expectadores passivos no processo educativo

Ensino dos valores fundamentais e desenvolvimento do respeito pela identidade e tradições culturais da criança, pelos valores sociais do país em que a criança vive, pelas civilizações diferentes das da criança e pelos direitos e liberdades fundamentais do homem

Promoção e desenvolvimento da personalidade, aptidões e capacidades físicas e mentais dos jovens

Prestação de informação e orientação em relação à formação profissional, oportunidades de emprego e perspectivas de carreira

Promoção de atividades que imprimam um sentimento de identificação e de pertencimento à escola e à comunidade

6. São atribuições do cargo de TECNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO:

Todas as alternativas estão corretas

Estabelecer normas e dispositivos de segurança, sugerindo eventuais modificações nos equipamentos e instalações, a fim de prevenir acidentes

Manter o empregador e trabalhadores informados sobre os riscos existentes no ambiente de trabalho

Registrar suas inspeções através de parecer técnico

Inspecionar instalações e equipamentos da Instituição, observando seu funcionamento e as condições dos locais de trabalho, visando determinar fatores e riscos de acidentes

7. Os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (NR 4) devem ser compostos pelos profissionais abaixo, EXCETO:

Arquiteto

Médico do Trabalho

Engenheiro de Segurança do Trabalho

Técnico de Segurança do Trabalho

Enfermeiro do Trabalho e Auxiliar ou Técnico em Enfermagem do Trabalho

8. O mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de 01(um) ano, sendo permitida:

Uma reeleição

Duas reeleições

Três reeleições

Cinco reeleições

Não é permitida a reeleição

9. A sigla EPI, referida aos Equipamentos de Proteção Individual, destina à proteção do trabalhador contra riscos:

Que ameaçam sua segurança e a sua saúde

Que ameaçam sua integridade moral

- Que ameçam a saúde psíquica
- Que atinjam as instalações físicas
- Que ameçam seu emocional

10. Todo trabalho em altura deve ser planejado e organizado. No planejamento do trabalho devem ser adotadas as medidas:

- Todas as alternativas estão corretas
- Medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução
- Medidas que eliminem o risco de queda dos trabalhadores, na impossibilidade de execução do trabalho de outra forma
- Medidas que minimizem as consequências da queda, quando o risco de queda não puder ser eliminado
- Ser realizado sob supervisão, cuja forma deve ser definida pela AR de acordo com as peculiaridades da atividade

AGENTE OPERACIONAL / VIDRACEIRO

1. Com base no artigo 3º da Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, é CORRETO afirmar que a garantia dos direitos de crianças e adolescentes se fará através das seguintes linhas estratégicas:

- I. Efetivação dos instrumentos normativos próprios, especialmente da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- II. Implementação e fortalecimento das instâncias públicas responsáveis por esse fim.
- III. Facilitação do acesso aos mecanismos de garantia de direitos, definidos em lei.

- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira

2. Com base no artigo 3º da Resolução 119/2006 do CONANDA, é CORRETO afirmar que o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até _____;

- (X) a execução de medidas socioeducativas
- () a sentença judicial
- () a elaboração do Boletim de Ocorrência
- () a análise do processo
- () o envio do Plano Individual de Atendimento

3. Nas Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok), a Regra nº 38 estabelece que as adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes a sua idade e gênero. Ainda em acordo com essa regra, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Somente poderão receber acompanhamento de saúde na presença de suas genitoras
- () Elas devem receber aconselhamento sobre abuso
- () Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher
- () Elas deverão ter acesso regular a ginecologistas
- () Elas devem receber orientação sobre como aconselhamento sobre violência sexual

4. Conforme o artigo 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a garantir alguns direitos. Quanto a isso, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Não há necessidade de manter alojamento conjunto, de forma que o neonato não precisa permanecer com a sua mãe
- () Deverão manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 18 (dezoito) anos;
- () Deverão identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente
- () Deverão proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido bem como prestar orientação aos pais

Deverão fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato

5. O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 cita que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:

- O particularismo político
- A soberania
- A cidadania
- A dignidade da pessoa humana
- Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

6. Considerando a NR-06- EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI, assinale a alternativa que NÃO corresponde a um EPI:

- Tênis
- Máscaras
- Filtros
- Abafador de ruídos
- Luvas

7. Assinale a opção CORRETA que apresenta a ATRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR no que diz respeito aos EPI's, estabelecida na NR-06:

- Todas alternativas estão corretas
- Adquirir o EPI adequado ao risco de cada atividade
- Exigir seu uso
- Orientar e treinar os colegas sobre o uso adequado
- Adquirir quantidade suficiente de equipamentos

8. Qual atividade NÃO corresponde ao cargo de Vidraceiro?

- Limpar vidraças
- Efetuar o corte de peças de vidros
- Fixar vidros em quadros de madeira, pregando molduras em seu () contorno
- Polir as bordas das chapas de vidro
- Aplicar massa de vidro para fixação das chapas

9. Qual das atividades abaixo se encaixa nas tarefas da vidraçaria?

- Lapidação
- Recreação
- Ventilação
- Impressão
- Imersão

10. Assinale as funções do vidraceiro.

- Todas as alternativas estão corretas
- Realizar os processos manualmente
- Utilizar as ferramentas e maquinários específicos para realizar cortes
- Manusear as peças de vidro
- Fixar os vidros nos mais variados ambientes

ANEXO II

AGENTE DE APOIO SOCIOEDUCATIVO (09:00 e 11:00)

1. De acordo com o artigo 49 da Lei 12.594/2012 (Lei do SINASE), são direitos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, sem prejuízo de outros previstos em lei, EXCETO:

(X) Ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade, mesmo nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa

() Ser acompanhado por seus pais ou responsável e por seu defensor, em qualquer fase do procedimento administrativo ou judicial

() Ser respeitado em sua personalidade, intimidade, liberdade de pensamento e religião e em todos os direitos não expressamente limitados na sentença

() Peticionar, por escrito ou verbalmente, diretamente a qualquer autoridade ou órgão público, devendo, obrigatoriamente, ser respondido em até 15 (quinze) dias

() Ser informado, inclusive por escrito, das normas de organização e funcionamento do programa de atendimento e também das previsões de natureza disciplinar

2. Conforme o art. 54 da Lei 12.594/2012, deve constar do plano individual, no mínimo, EXCETO a alternativa:

(X) Os resultados da avaliação individual

() Os objetivos declarados pelo adolescente

() A previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional

() Atividades de integração e apoio à família

() Formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual

3. De acordo com o art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são atribuições do Conselho Tutelar:

- I. Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- II. Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- III. Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Segundo o SINASE (Resolução nº 119/2006), no item 7 do capítulo 3 – Princípios e Marco Legal, afirma que: "toda medida socioeducativa, principalmente a privação de liberdade, deve ser aplicada somente quando for imprescindível toda medida socioeducativa, principalmente a privação de liberdade, deve ser aplicada somente quando for imprescindível, nos exatos limites da lei e pelo menor tempo possível, pois, por melhor que sejam as condições da medida socioeducativa, esta implica em limitação de direitos e sua pertinência e duração não devem ir além da responsabilização decorrente da decisão judicial que a impôs", são os princípios da:

- (X) Excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento
- () Excepcionalidade, brevidade e segurança à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento
- () Excepcionalidade, brevidade e desrespeito à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento
- () Excepcionalidade, agilidade e respeito à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento
- () Excepcionalidade, brevidade, respeito à segurança e à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento

5. As Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade, conhecida como Regras de Havana, compõem um arcabouço norteador do tratamento a ser dispensado a meninos, meninas e adolescentes em contato com o sistema de justiça. De acordo com este documento, referentes aos processos disciplinares, pode-se afirmar que:

- I. Quaisquer medidas e processos disciplinares devem contribuir para a segurança e uma vida comunitária ordenada e ser compatíveis com o respeito da inerente dignidade do menor e com

os objetivos fundamentais do tratamento institucional, inspirando designadamente, um sentido de justiça, de respeito pelos direitos básicos de cada pessoa

II. O trabalho deve ser sempre visto como um instrumento educativo e um meio de promover o autorrespeito do menor preparando-o para o regresso à comunidade e não deve ser imposto como sanção disciplinar.

III. O jovem poderá ser punido sem ter sido informado da infração que lhe é imputada, quando parte de uma ação coletiva, mas oferecendo-lhe a oportunidade de apresentar a sua defesa, incluindo o direito de recorrer para uma autoridade imparcial.

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

6. Considerando o descrito na Portaria Normativa 357/2021, podemos afirmar:

I. As revistas pessoais realizadas em visitantes de adolescentes deverão ocorrer por meio do equipamento de scanner corporal

II. É admitida a utilização de equipamentos detectores de metal tipo manual, portal, banquinho, outros que vierem a ser admitidos pela Instituição

III. Entende-se por revista íntima qualquer procedimento que permita o desnudamento total ou parcial da pessoa, a observação de órgãos genitais nus e os agachamentos sobre espelhos

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

7. De acordo com a Portaria Normativa 427/2023, que versa sobre o sistema de videomonitoramento da Fundação CASA, é dever do Centro de Atendimento a realização dos procedimentos abaixo, EXCETO

Avaliar as imagens gravadas pelo sistema de CFTV, antes de informar a Sala de Situação

- () Informar de imediato a Sala de Situação a respeito de ocorrências, conforme previsto no Caderno SUPSEG
- () Relatar imediatamente à Sala de Situação toda ocorrência que possa ser esclarecida com auxílio da Central de Videomonitoramento
- () Realizar procedimentos de revista pessoal nos adolescentes em local que preserve a intimidade, sendo admitido o uso de biombos/toldos móveis nesse processo, evitando a exposição
- () Realizar orientações disciplinares aos adolescentes em ambiente monitorado pelo sistema de CFTV

8. Considerando o descrito no Caderno Técnico da Superintendência de Segurança – Conceitos, Diretrizes e Procedimentos, o Agente de Apoio Socioeducativo, após tomar ciência de quais adolescentes lhes são atribuídos como referência, deve realizar algumas ações, EXCETO:

- (X) Buscar junto aos outros agentes do plantão informações a respeito da postura e comportamento dos adolescentes dos quais é referência, somente para impedir que o adolescente participe de atividades externas, como atividades esportivas, culturais e de lazer
- () Manter Registro Individual de Conduta – RIC atualizado, pontualmente, sempre que algum fato deva ser mencionado (conduta, elogios, saídas, progressões, sanções, Boletim de Ocorrência
- () Socializar nas trocas de plantão com o outro AAS referência, bem como os integrantes da equipe, toda e qualquer mudança de comportamento dos jovens
- () Participar das reuniões de elaboração do Diagnóstico Polidimensional, bem como do PIA
- () Intervir de forma educativa junto ao adolescente, no sentido de contribuir para sua adaptabilidade ao processo socioeducativo, com o fim de dirimir eventuais possibilidades de conflitos

9. De acordo com o Caderno Técnico da Superintendência de Segurança – Conceitos, Diretrizes e Procedimentos, podemos afirmar sobre o tema da Violência:

I. Todos devem ser protegidos, de igual maneira, de toda forma de violência e de todo tipo de ameaça à vida, à saúde, à integridade física, psicológica e moral, venham tais ameaças de onde vierem.

II. Se a principal estratégia de segurança é a prevenção, uma das múltiplas modalidades de prevenir consiste em estabelecer um fluxo de comunicação com os adolescentes, destinado a favorecer o bom andamento do trabalho socioeducativo e a manutenção de um clima de organização e paz e, sobretudo, coibindo e evitando todo e qualquer tipo de tratamento vexatório, degradante ou aterrorizante contra os adolescentes.

III. Em uma situação de uso de algemas, por exemplo, podemos encontrar indícios de violência sem um propósito de agressão.

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

10. De acordo com a Portaria Normativa 395/2022, que versa sobre as Normas Técnicas de Segurança, podemos afirmar que são restrições, EXCETO:

- (X) É vedada o uso de camisetas com logomarcas e símbolos de bandas de rock, tendo em vista a natureza socioeducativa do atendimento
- () É vedado o porte e uso de armas de fogo, armas brancas ou não letais nas instalações dos Centros de Atendimento da Fundação CASA
- () É vedado ao servidor da Fundação CASA-SP portar arma de uso pessoal durante o acompanhamento de adolescentes em saídas externas
- () É vedado porte e uso de equipamentos de segurança (algemas) que não sejam disponibilizadas pela instituição e sigam as instruções previstas nesta normativa
- () É vedada a divulgação de imagens dos Centros de Atendimento e adolescentes, sem a devida autorização da Assessoria de Comunicação Social

AGENTE DE APOIO SOCIOEDUCATIVO (13:00 e 15:00)

1. Conforme o artigo 54 da Lei 12.594/2012 (Lei do SINASE), deve constar do plano individual, EXCETO:

- (X) Formas de participação do Conselho Tutelar no efetivo cumprimento do plano individual
- () Os resultados da avaliação interdisciplinar

- Os objetivos declarados pelo adolescente
- A previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional
- Atividades de integração e apoio à família

2. De acordo com a Lei 12.594/2012 (Lei do SINASE), sobre a Avaliação e Acompanhamento da Gestão do Atendimento Socioeducativo, é correto afirmar que:

- O objetivo da avaliação é verificar o cumprimento das metas estabelecidas e elaborar recomendações aos gestores e operadores dos Sistemas
- A comissão avaliadora é fixa e determinada pelos Conselhos de Direitos
- O processo avaliativo não considera o fluxo financeiro, uma vez que esta ação cabe ao Tribunal de Contas da União
- A avaliação abrangerá, somente, a gestão e os resultados da execução das medidas socioeducativas
- Para compor a equipe avaliadora, é permitido relação de parentesco, desde que não seja descendente direto ou cônjuge de gestores avaliados e/ou funcionários das entidades avaliadas

3. De acordo com o artigo 173 do Estatuto da Criança do Adolescente, em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, a autoridade policial, deverá:

- I - Lavrar auto de apreensão, sem ouvir as testemunhas e o adolescente;
- II - Apreender o produto e os instrumentos da infração;
- III - requisitar os exames ou perícias necessários à comprovação da materialidade e autoria da infração.

- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- Somente a afirmativa II é verdadeira
- Somente a afirmativa III é verdadeira
- Todas as afirmativas são verdadeiras

4. De acordo com o artigo 3º da Resolução Conanda nº 113, a garantia dos direitos de criança e adolescentes se fará através das seguintes linhas estratégicas:

I – Efetivação dos instrumentos normativos próprios, especialmente da constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

II – Implementação e fortalecimento das instâncias públicas responsáveis por esse fim.

III Facilitação do acesso aos mecanismos de garantia de direitos, definidos em lei.

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

5. Conforme as Regras de Beijing/ Pequim, os Estados Membros das Nações Unidas aplicarão as definições seguintes, de forma compatível com seus respectivos sistemas e conceitos jurídicos:

I. Jovem é toda a criança ou adolescente que, de acordo com o sistema jurídico respectivo, pode responder por uma infração de forma diferente do adulto

II. Jovem infrator é aquele menor de 16 anos que seja considerado culpado do cometimento de uma infração

III. Infração é todo comportamento (ação ou omissão) penalizado com a lei, de acordo com o respectivo sistema jurídico

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

6. De acordo com o Caderno Técnico da Superintendência de Segurança – Conceitos, Diretrizes e Procedimentos, são documentos necessários para elaboração do sistema de Postos de Serviço, EXCETO:

Estatuto da Criança e Adolescente, Constituição Federal

- Mapa ou croqui do Centro de Atendimento, principalmente dos ambientes que são utilizados pelos adolescentes
- Agenda multiprofissional com os horários de atendimento das equipes psicossocial e de saúde
- Agenda de final de semana e programação para visitas
- Escalas de plantão da equipe de segurança e das demais equipes

7. Considerando o previsto na Portaria Normativa 395/2022, que versa sobre as Normas Técnicas de Segurança, podemos afirmar sobre os Centros de Atendimento de Semiliberdade:

- I. Os Gestores dos Centros de Atendimento de Semiliberdade devem realizar a interlocução com os órgãos de segurança do Estado, Município e CONSEGS
- II. O acionamento da Polícia Militar será de competência do Coordenador de Equipe, que deverá avaliar a oportunidade/necessidade e conveniência.
- III. Quanto ao acompanhamento de Agente de Apoio Socioeducativo nas saídas externas, deve-se respeitar a permanência de, pelo menos, 1 (um) servidor da área de segurança no Centro, cujo gênero deverá ser o mesmo do atendido. Caberá ao gestor do Centro deliberar sobre a realização desse acompanhamento

- Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

8. De acordo com a Portaria Administrativa 1160/2020, são responsabilidades dos integrantes da Equipe de Suporte Regional, descritas a seguir, EXCETO:

- Realizar, de forma sistemática, revista individual nos adolescentes, servidores, bem como revista com desnudamento nos familiares, quando necessário, garantindo a segurança e proteção
- Realizar, de acordo com o Plano de Contingência do Centro, revistas nas instalações físicas, conforme designação do gestor imediato
- Atender criteriosamente a designação de postos de serviço, respondendo pelo cumprimento das atribuições pertinentes

- () Intervir de forma educativa junto ao adolescente, no sentido de contribuir para sua adaptabilidade ao processo socioeducativo, dirimindo dúvida e eventuais conflitos
- () Garantir as condições ideais de segurança e proteção dos profissionais e adolescentes

9. Considerando o previsto na Portaria Normativa 395/2022, que versa sobre as Normas Técnicas de Segurança, são consideradas como situações emergenciais, EXCETO:

- (X) Atividades realizadas nas áreas perimetrais do Centro
- () Tentativas de fugas em massa
- () Tumultos com depredação e incêndio
- () Confrontos/agressão entre adolescentes e funcionários
- () Tomada de servidores como reféns por consequência de situações limite

10. De acordo com a Portaria Normativa 357/2021, na hipótese de suspeita justificada de que o visitante esteja portando objeto não permitido ou substância ilícita identificada durante o procedimento de revista mecânica, devemos tomar algumas providências, EXCETO

- (X) Algemar o visitante até a chegada da polícia, evitando assim que ele fuja da prisão em flagrante delito
- () O visitante deverá ser novamente submetido à revista mecânica, preferencialmente utilizando-se equipamento diferente do usado na primeira vez
- () Persistindo a suspeita, o visitante poderá ser impedido de entrar no Centro de Atendimento
- () Na hipótese de ser confirmada a suspeita, a polícia deverá ser acionada pelo responsável do plantão
- () O juízo competente deverá ser cientificado sobre eventual suspensão da visita familiar

ANEXO III

AGENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO

1. Em relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que:

(X) Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos individuais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e aberto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos sociais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

2. Conforme a lei federal nº 12.594 (Lei do Sinase), no artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

(X) Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários após a medida socioeducativa

() Brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o artigo 122 da lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

() Individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente

() Não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status

() Legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto

3. De acordo com o artigo 4º da lei federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Sendo assim, a garantia de prioridade compreende os seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Prioridade absoluta em acessar e manter-se no mercado de trabalho
- () Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- () Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública
- () Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas
- () Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude

4. Segundo o Art. 1º da Resolução Conanda Nº 113, de 19 DE abril de 2006, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na:

- (X) Articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos somente para primeira infância
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas idosas
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas com deficiência
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das mulheres

5. As Regras de Bangkok propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário. Referente às unidades de internação para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei, escolha a alternativa CORRETA:

(X) As adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes à sua idade e gênero, como aconselhamento sobre abuso ou violência sexual. Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher e ter acesso regular a ginecologistas, de modo similar às presas adultas

() Autoridades prisionais deverão colocar em prática medidas para atender parcialmente às necessidades das adolescentes privadas de liberdade

() As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso à educação, enquanto à educação vocacional

() As adolescentes gestantes deverão ser liberadas e monitoradas em liberdade até que a criança atinja 6 meses

() As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso a um programa que seja igual ao executado para adolescentes masculinos considerando o princípio de igualdade

6. De acordo com o Artigo 27 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, são consideradas passíveis de restrição de acesso, no âmbito da Administração Pública Estadual, 02 (duas) categorias de documentos, dados e informações:

(X) Sigilosos e Pessoais

() Particulares e confidenciais

() Privados e públicos

() Públicos e transparentes

() Nenhuma das alternativas anteriores

7. De acordo com a Portaria Normativa nº 337/2020 e a Portaria Normativa nº 398/2022, em relação as horas extras é CORRETO:

(X) A realização e o pagamento de horas extras aos servidores ocupantes de cargo efetivo do quadro da Fundação dependerão de autorização prévia do gestor mediato a que estiver subordinado e da necessidade da instituição

() As horas extras deverão ser solicitadas com trinta dias de antecedência da data de sua realização, salvo situações de urgência e/ou emergência

() Ocasionalmente poderá ser permitido o pagamento de horas extras a titulares de cargos de livre provimento e comissionados em funções gratificadas

() Não se faz necessário observar o período mínimo de onze horas consecutivas de descanso, para realização de horas extras

() As horas extras realizadas em feriado, servidores que trabalham em escala diferente da 5x2 de segunda a sexta, deverão ser apontadas em triplicidade

8. De acordo com a Portaria Normativa nº 337/2020 e Portaria Normativa nº 398/2022, em relação à falta abonada, é CORRETO:

(X) As faltas abonadas não utilizadas durante o ano não são cumulativas para o próximo período

() A Fundação concederá seis faltas abonadas por ano, podendo serem gozadas consecutivamente a qualquer momento

() Para ter direito a esse benefício, o servidor deverá ter pelo menos dois anos de serviço na Fundação, e contar com a aprovação de seu gestor imediato

() Os servidores não poderão usufruir de saldo faltas abonadas em conjunto com o gozo de férias

() Todas as faltas deverão ser formalizadas com no mínimo um mês de antecedência e autorizadas pelo gestor imediato

9. De acordo com a Portaria Normativa nº 337/2020 e Portaria Normativa nº 398/2022, em relação às férias e décimo terceiro salário, é CORRETO:

(X) Desde que haja concordância do servidor, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos

() As folgas referentes ao trabalho nas eleições, não poderão ser usufruídas antes do início de gozo de férias ou ao término deste

() Na hipótese de férias fracionadas, um dos períodos de férias não poderá ser inferior a 20 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos

() O adiantamento relativo ao décimo terceiro salário correspondente a 50% do salário base, gratificações e adicionais fixos devidos, recebidos pelo servidor, poderá ser pago no mês do aniversário do servidor, desde que requerido com noventa dias de antecedência

() Os 50% restantes do décimo terceiro salário, serão pagos até o dia 30 do mês de novembro, ocasião em que serão computadas as incidências relativas à Previdência Social, Imposto de Renda e demais encargos

10. Dentre as atividades administrativas em geral, visando o atendimento adequado das necessidades da Fundação, assinale a alternativa CORRETA:

(X) Todas as anteriores estão corretas

- Efetuar e controlar a entrada e saída de materiais e bens patrimoniais da unidade ou departamento
- Arquivar e organizar documentos
- Receber e enviar correios eletrônicos
- Atender chamadas telefônicas anotando e transmitindo recados e dados de rotina, para obter ou fornecer informações

AGENTE DE APOIO OPERACIONAL

1. A Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA dispõe sobre:

- Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
- Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos das Gestantes e Lactantes
- Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Mulher
- Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos do Idoso
- Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos das Minorias

2. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 2º, considera-se criança e adolescente as seguintes idades, respectivamente, para os efeitos desta Lei. Assinale a alternativa CORRETA:

- Criança, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade
- Criança, a pessoa até 10 (dez) anos e adolescente, 17 (dezessete) anos e 09 meses
- Criança, a pessoa até 12 (doze) anos e adolescente, 17 (dezessete) anos e 06 meses
- Criança, a pessoa até 14 (quatorze) anos e adolescente, 17 (dezessete) anos e 11 (onze) meses

Criança, a pessoa até 12 (doze) anos e adolescente, 19 (dezenove) anos, excepcionalmente até 21 (vinte) e 1 (um) anos

3. Em consonância ao artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente algumas medidas. Aponte a alternativa INCORRETA.

Advertência provisória

Liberdade assistida

Prestação de serviços à comunidade

Inserção em regime de semiliberdade

Internação em estabelecimento educacional

4. Segundo a lei federal nº 12.594 (Lei do SINASE), artigo 3º, cabe à União algumas competências. Aponte a alternativa INCORRETA.

Garantir defesa técnica do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional

Elaborar o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

Contribuir para a qualificação e ação em rede os Sistemas de Atendimento Socioeducativo

Financiar, com os demais entes federados, a execução de programas e serviços do SINASE

Instituir e manter o processo de avaliação dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo, seus planos, entidades e programas

5. Com base no artigo 5º da Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, é CORRETO afirmar que os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que integram o Sistema regido por tal Resolução deverão exercer suas funções, em rede, a partir dos seguintes eixos estratégicos de ação:

I. Defesa dos direitos humanos

II. Promoção dos direitos humanos

III. controle da efetivação dos direitos humanos

Todas as afirmativas são verdadeiras

- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira

6. São atividades do Agente de Apoio Operacional que atua na Lavanderia:

- Executar a lavagem de roupas, separando-as de acordo com o tipo de material e grau de sujeira
- Operar equipamentos de alta complexidade
- Efetuar o conserto mecânico de lavadoras e secadoras, bem como consertos de costura em peças danificadas
- Definir objetivos de desempenho e prazos, sempre observando os planos e a visão da instituição
- Organizar o fluxo de trabalho e garantir que os funcionários entendam seus deveres ou tarefas designadas

7. Dentre os princípios básicos da limpeza, qual alternativa não se enquadra na etapa de higienização?

- Todas alternativas estão corretas
- Remoção física de sujidades
- Limpeza com detergentes
- Enxágue
- Desinfecção

8. A higiene do trabalho está ligada ao diagnóstico e à prevenção das doenças ocupacionais. Ela tem caráter preventivo por promover a saúde e o conforto do funcionário, evitando que ele adoecia e se ausente do trabalho. Assinale a alternativa CORRETA.

- A Higiene e Segurança do Trabalho são atividades intimamente relacionadas, capazes de manter certo nível de saúde dos empregados, uma vez que proporciona condições pessoais e materiais de trabalho

() A higiene do trabalho compreende normas e procedimentos adequados para proteger a integridade física e mental do trabalhador, apenas para aqueles que atuam em grandes empresas

() Não podemos atribuir a falta de uma boa iluminação como responsável por uma razoável parcela dos acidentes que ocorrem nas organizações

() Um ambiente de trabalho com temperatura e umidade inadequadas não compromete a saúde e o desenvolvimento das atividades dos colaboradores

() O uso de equipamentos adequados não é necessário em locais de baixa circulação de pessoas

9. O Agente de Apoio Operacional deve usar botas de couro de cano longo, quando desenvolver trabalho em qual desses locais?

Em terrenos úmidos e lamacentos

Em pisos secos e limpos

Em pisos de ladrilhos

Em terrenos gramados

Em terrenos de jardins

10. Equipamentos e ferramentas utilizados nas atividades diárias devem ser limpos, com qual frequência?

Todas as alternativas estão corretas

Antes de serem guardados

Depois de serem utilizados

Se necessário, durante sua utilização

Quando emprestados para outro setor, após sua devolução

AGENTE DE APOIO SOCIOEDUCATIVO

1. Assinale a opção que complete corretamente as lacunas.

Conforme o Art. 5º da Lei 8069/90, nenhuma criança ou _____ será objeto de qualquer forma de _____, discriminação, exploração, violência, crueldade e

opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou _____ aos seus direitos fundamentais.

Adolescente; negligência; omissão

Jovem; negligência; omissão

Adolescente; prioridade; omissão

Adolescente; negligência; denúncia

Jovem; negligência; denúncia

2. Conforme parágrafo 2º do artigo 1º da lei federal 12594/12 (Lei do Sinase), as medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do ECA têm por objetivos:

I. a sanção do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação

II. a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento

III. a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei

Somente as afirmativas II e III estão corretas

Todas afirmativas estão corretas

Somente as afirmativas I e II estão corretas

Somente as afirmativas I e III estão corretas

Nenhuma das afirmativas está correta

3. A Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, dispõe sobre:

Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema da Superintendência Pedagógica da Fundação CASA

Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema da Administração Pública

Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema Penitenciário Brasileiro

Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos direitos somente dos adolescentes

4. Segundo a Resolução Conanda nº 119, de 11 de dezembro de 2006, o SINASE é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter:

Jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas

Jurídico, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas

Pedagógico, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas

Jurídico e pedagógico, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas

Jurídico, pedagógico e de segurança que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas

5. Assinale a opção que contém uma das Regras de Bangkok:

Tratamento que leve em conta necessidades específicas das mulheres encarceradas

Tratamento igualitário e sem distinções entre homens e mulheres, independente de necessidades específicas

Que as mulheres gestantes encarceradas deverão receber o mesmo tratamento do que as demais mulheres em relação às possibilidades de sanções de isolamento ou segregação disciplinar

Que o atendimento médico garantido às gestantes encarceradas deverá ser garantido e realizado exclusivamente dentro da instituição prisional

Que durante a realização de exames médicos de mulheres detentas, sempre deverá estar presente uma funcionária da instituição prisional

6. A Portaria Administrativa 1160/2020 institui a equipe de suporte regional nas Divisões Regionais; em relação a seu objetivo podemos afirmar:

I. Prestar auxílio de forma preventiva e/ou emergencial nos Centros de Atendimento, visando suprir as necessidades das rotinas diárias, no atendimento direto aos adolescentes

II. Apoiar somente na falta de servidores nos Centros de Atendimento, um dos maiores problemas na instituição atualmente

III. Atuar somente em casos de rebeliões e saídas externas, em virtude dos riscos inerentes à segurança nessas ocasiões

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

7. De acordo com o Caderno Técnico da Superintendência de Segurança – Conceitos, Diretrizes e Procedimentos, a comunicação via rádio HT é fundamental para organização e segurança do Centro. Para isso, o Centro deve se organizar de modo que sempre tenha um servidor em local estratégico (posto de serviço), em posse do rádio HT, para comunicar, EXCETO:

Contato com a Empresa terceirizada, Contato com o Coordenador de Equipe, Contato com os professores

Ocorrências disciplinares, Movimentação de adolescente, Solicitação de adolescentes para atendimento

Contagem de adolescentes, Conferência de material, Contato com os demais postos de serviço

Solicitação de adolescentes para atendimento, Ocorrências Disciplinares, Contato com a Empresa Terceirizada

Movimentação de adolescentes, contato com os demais postos de serviço, contato com o Coordenador de Equipe

8. Considerando o previsto na Portaria Normativa 395/2022, que versa sobre as Normas Técnicas de Segurança, alterada pela Portaria Normativa 422/2023, podemos afirmar sobre as orientações aos adolescentes:

I. As orientações disciplinares aos adolescentes devem ocorrer em local que preserve a intimidade dos mesmos, evitando a exposição, de acordo com as normativas vigentes, devendo ser justificadas pelo Coordenador de Equipe e ratificadas, o mais breve possível, pelo diretor do

Centro, com registro no Livro de Ocorrências ou expediente encaminhado às instâncias cabíveis, se for o caso.

II. As orientações disciplinares aos adolescentes devem ocorrer, sempre que possível, em ambiente monitorado pelo sistema de CFTV, dando transparência à ação.

III. As orientações disciplinares aos adolescentes devem ocorrer em ambiente monitorado pelo sistema de CFTV. Situações imprevistas, ocorridas em dormitórios, banheiros e outros espaços não monitorados, mas que demandem intervenções imediatas, devem ser justificadas pelo Coordenador de Equipe e ratificadas, o mais breve possível, pelo diretor do Centro, com registro no Livro de Ocorrências ou expediente encaminhado às instâncias cabíveis, se for o caso.

Somente a afirmativa III é verdadeira

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

9. De acordo com a Portaria Normativa 395/2022, que versa sobre as Normas Técnicas de Segurança, havendo resistência durante a algemação do adolescente, a mesma deverá ser executada da seguinte forma, EXCETO:

Ajustar as algemas para que fiquem apertadas e nunca folgadas

Segurar a mão do adolescente, visando colocar as mãos para trás do corpo

Observar a mão de ação do adolescente e algemá-la

Algemar a outra mão do adolescente, de modo que as costas das mãos do mesmo fiquem unidas

Travar as algemas com o pino da chave de algemas

10. Considerando o Caderno Técnico da Superintendência de Segurança – Conceitos, Diretrizes e Procedimentos, visando minimizar o impacto da “crise”, uma série de medidas administrativas e operacionais deverão ser executadas a fim de assegurar, no menor tempo possível, o retorno e a continuidade das atividades do CASA. Para isso, o corpo funcional do Centro de Atendimento deverá, por determinação do seu Diretor, adotar as seguintes providências, EXCETO:

Manutenção de todos adolescentes trancados em seus dormitórios, sendo as refeições servidas em marmitex, até que a punição aos adolescentes seja definida

- () Após a crise, o Corpo Funcional deve se preocupar também em tirar aprendizados o suficiente da situação, para que a adversidade não volte a acontecer novamente. Faz-se necessário analisar o que foi bem feito, o que poderia ter sido diferente e como a atuação poderia ser melhor, de forma que esteja mais preparado para situações negativas
- () Avaliação do desgaste psicológico dos funcionários (encaminhamento médico se for o caso), adotando medidas cautelares daqueles que diretamente se envolveram no episódio
- () Avaliação dos danos, para os reparos necessários na área predial e de infraestrutura, (hidráulica, elétrica, comunicação, alvenaria etc.) e construir um relatório detalhando os incidentes e seus impactos
- () O restabelecimento das comunicações de praxe com as autoridades e órgãos competentes

AGENTE ADMINISTRATIVO

1. Em relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que:

- (X) Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos
- () Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos individuais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos
- () Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e aberto, com valor igual para todos
- () Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valor igual para todos
- () Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos sociais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

2. Conforme a lei federal nº 12.594 (Lei do Sinase), no artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários após a medida socioeducativa

() Brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o artigo 122 da lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

() Individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente

() Não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status

() Legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto

3. De acordo com o artigo 4º da lei federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Sendo assim, a garantia de prioridade compreende os seguintes princípios, EXCETO:

(X) Prioridade absoluta em acessar e manter-se no mercado de trabalho

() Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias

() Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública

() Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas

() Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude

4. Segundo o Art. 1º da Resolução Conanda Nº 113, de 19 DE abril de 2006, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na:

(X) Articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal

() Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos somente para primeira infância

() Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas idosas

() Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas com deficiência

Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das mulheres

5. As Regras de Bangkok propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário. Referente às unidades de internação para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei, escolha a alternativa CORRETA:

As adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes à sua idade e gênero, como aconselhamento sobre abuso ou violência sexual. Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher e ter acesso regular a ginecologistas, de modo similar às presas adultas

Autoridades prisionais deverão colocar em prática medidas para atender parcialmente às necessidades das adolescentes privadas de liberdade

As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso à educação, enquanto à educação vocacional

As adolescentes gestantes deverão ser liberadas e monitoradas em liberdade até que a criança atinja 6 meses

As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso a um programa que seja igual ao executado para adolescentes masculinos considerando o princípio de igualdade

6. De acordo com o Artigo 27 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, são consideradas passíveis de restrição de acesso, no âmbito da Administração Pública Estadual, 02 (duas) categorias de documentos, dados e informações:

Sigilosos e Pessoais

Particulares e confidenciais

Privados e públicos

Públicos e transparentes

Nenhuma das alternativas anteriores

7. De acordo com a Portaria Normativa nº 337/2020 e a Portaria Normativa nº 398/2022, em relação as horas extras é CORRETO:

(X) A realização e o pagamento de horas extras aos servidores ocupantes de cargo efetivo do quadro da Fundação dependerão de autorização prévia do gestor mediato a que estiver subordinado e da necessidade da instituição

() As horas extras deverão ser solicitadas com trinta dias de antecedência da data de sua realização, salvo situações de urgência e/ou emergência

() Ocasionalmente poderá ser permitido o pagamento de horas extras a titulares de cargos de livre provimento e comissionados em funções gratificadas

() Não se faz necessário observar o período mínimo de onze horas consecutivas de descanso, para realização de horas extras

() As horas extras realizadas em feriado, servidores que trabalham em escala diferente da 5x2 de segunda a sexta, deverão ser apontadas em triplicidade

8. De acordo com a Portaria Normativa nº 337/2020 e Portaria Normativa nº 398/2022, em relação as férias e décimo terceiro salário, é CORRETO:

(X) Desde que haja concordância do servidor, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos

() As folgas referentes ao trabalho nas eleições, não poderão ser usufruídas antes do início de gozo de férias ou ao término deste

() Na hipótese de férias fracionadas, um dos períodos de férias não poderá ser inferior a 20 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos

() O adiantamento relativo ao décimo terceiro salário correspondente a 50% do salário base, gratificações e adicionais fixos devidos, recebidos pelo servidor, poderá ser pago no mês do aniversário do servidor, desde que requerido com noventa dias de antecedência

() Os 50% restantes do décimo terceiro salário, serão pagos até o dia 30 do mês de novembro, ocasião em que serão computadas as incidências relativas à Previdência Social, Imposto de Renda e demais encargos

9. De acordo com a Portaria Normativa nº 337/2020 e Portaria Normativa nº 398/2022, em relação Auxílio Doença Previdenciário/Acidente de Trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

(X) As perícias médicas deverão ser agendadas pelo próprio servidor, podendo ser realizada com auxílio da equipe de medicina do trabalho na Divisão Regional ou GMST, desde que na presença do servidor. Cabe às Divisões Regionais orientar e fiscalizar os agendamentos

() O auxílio doença previdenciário será devido ao servidor que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido pela Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 21 (vinte e um) dias consecutivos, independentemente da quantidade e diversidade de CID desde que do mesmo grupo ou mesma família de doença

() Se o servidor, por motivo de doença, afastar-se do trabalho durante quinze dias, retornando à atividade no décimo sexto dia, e se dela voltar a se afastar dentro de sessenta dias desse retorno, em decorrência da mesma doença, não fará jus ao auxílio doença a partir da data do novo afastamento

() O servidor que sofre acidente de trabalho típico ou trajeto, poderá aguardar alguns dias para avisar a sua chefia

() Nos casos em que o acidente caracterizar crime, a emissão da CAT não necessita da apresentação do Boletim de Ocorrência - BO

10. De acordo com a Portaria Normativa nº 337/2020 e Portaria Normativa nº 398/2022, será facultado ao servidor, retirar-se do expediente uma vez por mês, por período não excedente a duas horas, com apresentação da "Justificativa de Ponto" no mesmo dia da ausência, dispensada a compensação de tempo e sem desconto de seus vencimentos, para:

(X) Atividade bancária

() Atividade estudantil

() Atividade laboral

() Academia

() Atendimento médico

AGENTE EDUCACIONAL

1. Em relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que:

(X) Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos individuais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e aberto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos sociais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

2. Conforme a lei federal nº 12.594 (Lei do Sinase), no artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

(X) Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários após a medida socioeducativa

() Brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o artigo 122 da lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

() Individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente

() Não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status

() Legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto

3. De acordo com o artigo 4º da lei federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Sendo assim, a garantia de prioridade compreende os seguintes princípios, EXCETO:

(X) Prioridade absoluta em acessar e manter-se no mercado de trabalho

() Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias

() Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública

() Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas

() Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude

4. Segundo o Art. 1º da Resolução Conanda Nº 113, de 19 DE abril de 2006, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na:

Articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal

Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos somente para primeira infância

Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas idosas

Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas com deficiência

Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das mulheres

5. As Regras de Bangkok propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário. Referente às unidades de internação para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei, escolha a alternativa CORRETA:

As adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes à sua idade e gênero, como aconselhamento sobre abuso ou violência sexual. Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher e ter acesso regular a ginecologistas, de modo similar às presas adultas

Autoridades prisionais deverão colocar em prática medidas para atender parcialmente às necessidades das adolescentes privadas de liberdade

As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso à educação, enquanto à educação vocacional

As adolescentes gestantes deverão ser liberadas e monitoradas em liberdade até que a criança atinja 6 meses

As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso a um programa que seja igual ao executado para adolescentes masculinos considerando o princípio de igualdade

6. Aos adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo deve ser garantido:

I. A continuidade de seu atendimento educacional, mantido o acompanhamento de sua frequência e trajetória escolar pelas instituições responsáveis pela promoção de seus direitos educacionais

II. Aos adolescentes e jovens que tenham perdido o vínculo com sua escola de origem deve ser proporcionado o regresso à mesma, sem considerar qualquer condição para esse retorno

III. Deve ser possibilitada a continuidade ou a reinserção em cursos de Educação Profissional e a permanência em programas educacionais específicos nos quais os adolescentes e jovens já estejam inseridos

- Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira
- Somente as afirmativas II e III e são verdadeiras
- Somente a afirmativa III é verdadeira
- Todas as afirmativas são verdadeiras

7. No caderno da Superintendência Pedagógica “Educação e Medida Socioeducativa: conceito, diretrizes e procedimentos”, ao abordar educação Profissional, trata dos níveis: técnico, tecnológico, universitário e de qualificação profissional básica). A preponderância de cursos para o público interno é voltada a qual nível e suas razões?

- I. Técnico por comportar profissões que empregam rapidamente
- II. Universitário e tecnológico por representar o nível mais elevado da formação profissional
- III. Qualificação profissional básica já que os cursos possuem carga-horária reduzida e comportam as dificuldades decorrentes das ausências ou pouca escolarização dos adolescentes

- Somente a afirmativa III está correta
- Somente a afirmativa I está correta
- Somente as afirmativas I e II estão corretas
- Somente as afirmativas II e III estão corretas
- Nenhuma das afirmativas está correta

8. No caderno da Superintendência Pedagógica “Educação e Medida Socioeducativa: conceito, diretrizes e procedimentos”, ao tratar das atividades pedagógicas demandadas em razão de aula vaga de professores, arte educadores ou instrutores de cursos, ou seja, o que se denomina plano B, temos como características destas atividades:

- I. Visam substituir a principal ministrada por outra pessoa;
- II. Não visam substituir a principal, mas promover uso pedagógico do período temporal
- III. Devem ser previamente organizadas para quando houver a contingência

IV. Quando for realizada a partir de ausência de professor da escola vinculadora quem substituí-lo deve possuir formação compatível

Somente as afirmativas II e III estão corretas

Somente a afirmativa II é correta

Somente a afirmativa III é correta

Nenhuma das alternativas estão corretas

Somente as afirmativas I e IV estão corretas

9. Considerando o Caderno da Superintendência Pedagógica – Educação e Medida Socioeducativa: conceito, diretrizes e procedimentos, são instrumentais pertencentes ao Diagnóstico Polidimensional:

I. Declaração de escolaridade e histórico escolar

II. Avaliação Diagnóstica inicial – Trajetória de vida

III. Avaliação de leitura, escrita e matemática

IV. Quadro de acompanhamento escolar

Somente as afirmativas II e III estão corretas

Somente as afirmativas I e II estão corretas

Somente as afirmativas I e IV estão corretas

Somente as afirmativas III e IV e estão corretas

Todas as afirmativas estão corretas

10. Considerando o Caderno da Superintendência Pedagógica Educação e Medida Socioeducativa: conceitos, diretrizes e procedimentos, verifica-se que suas bases conceituais partem de itens que permitem expor a fundamentação acerca das opções teóricas a partir das determinações da legalidade e também de ética, como segue:

I. Formação do ser social. Optou-se pela teoria evolucionista, reconhecendo que a evolução do gênero humano ocorreu num larguíssimo espaço de tempo em períodos diversificados conforme atestado pelas evidências arqueológicas

II. Educação do ser social. [...] cada mulher e cada homem ao nascer não adquirem o conteúdo cultural por transmissão genética, mas sim pela via da educação, seja formal ou informal

III. Educação e adolescência. A reflexão sobre o adolescente na sociedade atual e mais especificamente o adolescente infrator, não pode acontecer sem que sejam consideradas as influências das informações virtuais mundializadas, numa sociedade marcada pelo consumo e pela produção de um grande número de marginalizados

IV. Educação e medida socioeducativa. Considera-se que ainda há poucos registros acadêmicos e publicações sobre a importância e finalidade das atividades pedagógicas na privação de liberdade. É a esta reflexão que nos dedicaremos, buscando explicitar o objetivo comum que deve direcionar nossas escolhas, nossos projetos e nossos planejamentos

- (X) Todas as afirmativas estão corretas
- () Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas
- () Somente as afirmativas I e III estão corretas
- () Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas
- () Somente a afirmativa III está correta

AGENTE TÉCNICO

1. Em relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que:

- (X) Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos
- () Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos individuais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos
- () Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e aberto, com valor igual para todos
- () Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valor igual para todos
- () Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos sociais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

2. Conforme a lei federal nº 12.594 (Lei do Sinase), no artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

- Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários após a medida socioeducativa
- Brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o artigo 122 da lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)
- Individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente
- Não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status
- Legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto

3. De acordo com o artigo 4º da lei federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Sendo assim, a garantia de prioridade compreende os seguintes princípios, EXCETO:

- Prioridade absoluta em acessar e manter-se no mercado de trabalho
- Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública
- Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas
- Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude

4. Segundo o Art. 1º da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na:

- Articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal

() Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos somente para primeira infância

() Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas idosas

() Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas com deficiência

() Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das mulheres

5. As Regras de Bangkok propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário. Referente às unidades de internação para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei, escolha a alternativa CORRETA:

(X) As adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes à sua idade e gênero, como aconselhamento sobre abuso ou violência sexual. Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher e ter acesso regular a ginecologistas, de modo similar às presas adultas

() Autoridades prisionais deverão colocar em prática medidas para atender parcialmente às necessidades das adolescentes privadas de liberdade

() As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso à educação, enquanto à educação vocacional

() As adolescentes gestantes deverão ser liberadas e monitoradas em liberdade até que a criança atinja 6 meses

() As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso a um programa que seja igual ao executado para adolescentes masculinos considerando o princípio de igualdade

6. Considerando que o caderno da Superintendência Pedagógica “Educação e Medida Socioeducativa: conceito, diretrizes e procedimentos”, orienta a entrada, saída, leitura e elaboração de cartas nos Centros de Atendimento, assinale a alternativa correta:

I. Os espaços destinados a produção de cartas devem estimular o adolescente à superação de eventuais limitações e serem planejados de forma a permitir a participação de todos os adolescentes, com a organização contemplada na Agenda do Centro

II. Os Educadores responsáveis pelo desenvolvimento da atividade devem oferecer ajuda, informações e sugestões bem como disponibilizar dicionários, textos, livros, imagens e outros materiais que permitam ampliar o conhecimento dos alunos e incentivem a turma a buscar diferentes formas de registros

III. No caso de adolescentes não alfabetizados, os mesmos não poderão participar das oficinas uma vez que não conseguirão escrever as cartas

IV. Nesses espaços não é possível a produção de desenhos e símbolos pelos adolescentes, pois desenhos e símbolos não devem ser estimulados nessas oficinas

- Somente as afirmativas I e II estão corretas
- Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas
- Somente as afirmativas II e III estão corretas
- Somente as afirmativas III e IV estão corretas
- Todas as afirmativas estão corretas

7. No caderno da Superintendência Pedagógica “Educação e Medida Socioeducativa: conceito, diretrizes e procedimentos”, ao abordar educação Profissional, trata dos níveis: técnico, tecnológico, universitário e de qualificação profissional básica). A preponderância de cursos para o público interno é voltada a qual nível e suas razões?

- I. técnico por comportar profissões que empregam rapidamente
- II. universitário e tecnológico por representar o nível mais elevado da formação profissional
- III. qualificação profissional básica já que os cursos possuem carga-horária reduzida e comportam as dificuldades decorrentes das ausências ou pouca escolarização dos adolescentes

- Somente a afirmativa III está correta
- Somente a afirmativa I está correta
- Somente as afirmativas I e II estão corretas
- Somente as afirmativas II e III estão corretas
- Nenhuma das afirmativas está correta

8. Conforme o RI - Regimento Interno da F. CASA (PN nº 412/2022), os estímulos têm por objetivo demonstrar ao adolescente sua capacidade de alcançar as metas e valorizar seus avanços e conquistas. Assim, o RI estabelece como estímulos individuais ao adolescente:

- I. Visitas domiciliares de final de semana sem monitoramento para os adolescentes em medida de internação, mediante autorização judicial e de acordo com avaliação da Equipe de Referência
- II. Progredir nos espaços do Centro de Atendimento destinados a programas mais avançados

III. Trabalhar ou estudar fora do Centro de Atendimento, mediante autorização judicial e de acordo com o estabelecido no PIA

- (X) Todas as afirmativas estão corretas
- () Somente a afirmativa III está correta
- () Somente a afirmativa II está correta
- () Somente as afirmativas I e II estão corretas
- () Somente as afirmativas II e III estão corretas

9. Conforme descrição de cargo, o agente técnico promove _____ através do processo _____ propiciando aos mesmos a prática do exercício da cidadania, conforme o preconizado pelo ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a missão da Instituição.

- (X) A qualificação dos adolescentes; educacional
- () O cuidado físico e psíquico dos adolescentes; psicossocial
- () A saúde integral dos adolescentes; educacional
- () A assistência religiosa dos adolescentes; psicossocial
- () As habilidades e potencialidades dos adolescentes; sócio assistencial

10. Conforme o caderno da Superintendência Pedagógica “Educação e Medida Socioeducativa: conceito, diretrizes e procedimentos”, a organização do trabalho pedagógico nos Centros de Atendimento deve respeitar as seguintes características dos Centros:

- (X) Tempo médio de permanência dos adolescentes, localização geográfica, perfil dos adolescentes e da região
- () Tempo mínimo de permanência dos adolescentes, localização geográfica, perfil dos adolescentes e da região
- () Tempo médio de permanência dos adolescentes, localização geográfica, perfil dos educadores
- () Tempo mínimo de permanência dos adolescentes, localização geográfica, perfil dos jovens e dos educadores
- () Todas as alternativas estão corretas

ANALISTA ADMINISTRATIVO

1. Em relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que:

(X) Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos individuais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e aberto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos sociais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

2. Conforme a lei federal nº 12.594 (Lei do Sinase), no artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

() Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários após a medida socioeducativa

() Brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o artigo 122 da lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

() Individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente

() Não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status

() Legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto

3. De acordo com o artigo 4º da lei federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à

educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Sendo assim, a garantia de prioridade compreende os seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Prioridade absoluta em acessar e manter-se no mercado de trabalho
- () Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- () Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública
- () Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas
- () Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude

4. Segundo o Art. 1º da Resolução Conanda Nº 113, de 19 DE abril de 2006, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na:

- (X) Articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos somente para primeira infância
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas idosas
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas com deficiência
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das mulheres

5. As Regras de Bangkok propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário. Referente às unidades de internação para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei, escolha a alternativa CORRETA:

- (X) As adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes à sua idade e gênero, como aconselhamento sobre abuso ou violência sexual. Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher e ter acesso regular a ginecologistas, de modo similar às presas adultas

- Autoridades prisionais deverão colocar em prática medidas para atender parcialmente às necessidades das adolescentes privadas de liberdade
- As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso à educação, enquanto à educação vocacional
- As adolescentes gestantes deverão ser liberadas e monitoradas em liberdade até que a criança atinja 6 meses
- As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso a um programa que seja igual ao executado para adolescentes masculinos considerando o princípio de igualdade

6. De acordo com o Artigo 27 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, são consideradas passíveis de restrição de acesso, no âmbito da Administração Pública Estadual, duas categorias de documentos, dados e informações:

- Sigilosos e Pessoais
- Particulares e confidenciais
- Privados e públicos
- Públicos e transparentes
- Nenhuma das alternativas anteriores

7. Portaria Normativa nº 337/2020 e Portaria Normativa nº 398/2022. Conforme artigo 130 da CLT e Portarias Normativas nº 337/2020 e nº 398/2022, o período de gozo das férias do servidor será estabelecido considerando-se o número de faltas injustificadas verificadas no período aquisitivo. Assinale a alternativa CORRETA:

- Todas as alternativas estão corretas
- 24 dias corridos, quando ocorrer de 6 a 14 faltas
- 18 dias corridos, quando ocorrer de 15 a 23 faltas
- 12 dias corridos, quando ocorrer de 24 a 32 faltas
- Não terá direito ao gozo de férias o servidor com mais de 32 faltas injustificadas

8. De acordo com a Portaria Normativa nº 248/2013, o inventário físico anual, visa a manutenção rígida do controle dos saldos e arrumação física do estoque de materiais, EXCETO:

- Veículos

- Materiais de consumo em geral
- Materiais de manutenção
- Medicamentos
- Materiais cirúrgicos e odontológicos

9. Qual alternativa NÃO corresponde a descrição das atribuições do cargo de analista administrativo?

Participar de cursos técnicos oferecida pela Instituição, objetivando a sua capacitação junto ao atendimento socioeducativo

Analisar as características da Fundação, os recursos disponíveis e a rotina de serviços, colhendo informações junto ao pessoal, para avaliar, estabelecer ou alterar práticas administrativas

Estudar e propor métodos e rotinas de simplificação e racionalização dos serviços e respectivos planos de aplicação, utilizando organogramas, fluxogramas e outros recursos, a fim de proporcionar a agilização dos respectivos serviços

Analisar os resultados da implantação de novos métodos, através da comparação entre as metas programadas e os resultados atingidos, a fim de corrigir distorções, avaliar desempenhos e replanejar os serviços administrativos

Acompanhar o desenvolvimento da estrutura administrativa da Fundação, verificando o funcionamento dos Centros de Atendimento e Divisões, baseado nos regulamentos e regimentos vigentes, visando propor e implantar sugestões que sejam viáveis

10. A Lei Federal nº 8666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a:

Todas alternativas estão corretas

Obras e Serviços

Publicidade

Compras

Alienações e locações

ASSISTENTE SOCIAL

1. Em relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que:

(X) Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos individuais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e aberto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos sociais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

2. Conforme a lei federal nº 12.594 (Lei do Sinase), no artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

(X) Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários após a medida socioeducativa

() Brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o artigo 122 da lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

() Individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente

() Não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status

() Legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto

3. De acordo com o artigo 4º da lei federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à

liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Sendo assim, a garantia de prioridade compreende os seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Prioridade absoluta em acessar e manter-se no mercado de trabalho
- () Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- () Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública
- () Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas
- () Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude

4. Segundo o Art. 1º da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na:

- (X) Articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos somente para primeira infância
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas idosas
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas com deficiência
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das mulheres

5. As Regras de Bangkok propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário. Referente às unidades de internação para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei, escolha a alternativa CORRETA:

- (X) As adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes à sua idade e gênero, como aconselhamento sobre abuso ou violência sexual. Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher e ter acesso regular a ginecologistas, de modo similar às presas adultas

- Autoridades prisionais deverão colocar em prática medidas para atender parcialmente às necessidades das adolescentes privadas de liberdade
- As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso à educação, enquanto à educação vocacional
- As adolescentes gestantes deverão ser liberadas e monitoradas em liberdade até que a criança atinja 6 meses
- As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso a um programa que seja igual ao executado para adolescentes masculinos considerando o princípio de igualdade

6. Considerando o Caderno da Superintendência de Saúde, no que se refere a ferramentas e competências do Serviço Social, é CORRETO afirmar que:

- I. Entrevista social é uma ferramenta presente no cotidiano do Assistente Social que a utiliza para obter maior conhecimento sobre o sujeito, núcleo familiar e relações sociocomunitárias
- II. A dimensão de competência técnico-operativa do Serviço Social está inserida no instrumento da Visita Domiciliar. Esse instrumento possibilita ao Assistente Social conhecer o meio de pertencimento dos sujeitos, suas especificidades e particularidades
- III. Na pesquisa documental é indispensável que se busque compreender adequadamente o sentido do material disponibilizado. Por vezes, esse pode se apresentar de forma fragmentada, com passagens difíceis de interpretar, incompleta ou imprecisa
- IV. Aplicação de Testes – método ou técnica que se destina a complementar, confirmar ou refutar hipóteses diagnósticas previamente levantadas
- V. Diagnostico Social – é um instrumento dinâmico e mutável, em permanente construção, que possibilita ao profissional do serviço social compreender a realidade social dos sujeitos, identificando com precisão as suas necessidades e problemas, além de definir as respectivas causalidades, se valendo para tanto dos instrumentos técnicos utilizados pelo/a assistente social, e assim planejar e qualificar as suas ações

Somente as alternativas I, II, III e V são verdadeiras

Somente a alternativa V é verdadeira

Todas as alternativas são verdadeiras

Somente as alternativas I, III e IV são verdadeiras

Somente a alternativa II é verdadeira

7. Considerando importância do plantão técnico, durante as visitas de famílias, podemos afirmar que:

I. O plantão Técnico não se traduz em ação socioeducativa, sendo que o Assistente Social, se faz presente, porém não há intervenções possíveis de atuação, visto o momento que se estabelece entre o adolescente e família

II. O Assistente Social está presente apenas com intuito de autorizar a entrada de visitas que não foram relacionadas no portal visitantes

III. O plantão técnico se configura como um espaço de atuação do Assistente Social sendo uma ação fundamental, porque possibilita acompanhar e observar os vínculos afetivos e as relações familiares

IV. O plantão Técnico - propiciar atendimento e orientações pontuais às famílias e jovens

V. O plantão técnico propicia apenas a distribuição de recursos financeiros para os responsáveis legais

Somente as alternativas III e IV são verdadeiras

Somente a alternativa IV é verdadeira

Somente as alternativas I e II são verdadeiras

Todas as alternativas são verdadeiras

Somente a alternativa III é verdadeira

8. De acordo com o Código de Ética do Serviço Social, Art. 2º Constituem direitos do Assistente Social:

I. Exercício monitorado das atividades inerentes à Profissão;

II. Viabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional

III. Ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções

IV. Pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse próprio

V. Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, sem a necessidade de resguardar direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos

Somente a alternativa III é verdadeira

Todas as alternativas são verdadeiras

Somente as alternativas I e III são verdadeiras

Somente a alternativa IV é verdadeira

Todas as alternativas são falsas

9. Quanto a participação no Diagnóstico Polidimensional, estão mencionadas as áreas: Jurídica, Saúde, Psicológica, Social e Pedagógica. Ao Serviço Social cabe contribuir sob a perspectiva de:

- I. (afetivo-sexual) dificuldades, necessidades, potencialidades, avanços e retrocessos
- II. Escolarização, profissionalização, cultura, lazer e esporte, oficinas e autocuidado. Enfoca os interesses, potencialidades, dificuldades, necessidades, avanços e retrocessos. Registra as alterações (avanços e retrocessos) que orientarão na pactuação de novas metas
- III. Situação processual e providências necessárias
- IV. Relações sociais, familiares e comunitárias, aspectos dificultadores e facilitadores da inclusão social; necessidades, avanços e retrocessos
- V. Saúde física e mental proposta

- Somente a alternativa IV é verdadeira
- Todas as alternativas são verdadeiras
- Somente a alternativa II é verdadeira
- Somente as alternativas I e III são verdadeiras
- Todas as alternativas são falsas

10. Segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), a proteção social especial de alta complexidade se caracteriza pela prestação de alguns serviços como:

- I. Abordagem de rua
- II. Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada)
- III. Atendimento no domicílio
- IV. Plantão social
- V. Serviço de orientação e apoio familiar

- Somente a alternativa II é verdadeira
- Todas as alternativas são falsas
- Somente as alternativas II, III e V são verdadeiras
- Somente as alternativas I e IV são verdadeiras
- Todas as alternativas são verdadeiras

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

1. Em relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que:

(X) Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos individuais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e aberto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos sociais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

2. Conforme a lei federal nº 12.594 (Lei do Sinase), no artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

(X) Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários após a medida socioeducativa

() Brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o artigo 122 da lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

() Individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente

() Não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status

() Legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto

3. De acordo com o artigo 4º da lei federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Sendo assim, a garantia de prioridade compreende os seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Prioridade absoluta em acessar e manter-se no mercado de trabalho
- () Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- () Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública
- () Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas
- () Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude

4. Segundo o Art. 1º da Resolução Conanda Nº 113, de 19 DE abril de 2006, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na:

- (X) Articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos somente para primeira infância
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas idosas
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas com deficiência
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das mulheres

5. As Regras de Bangkok propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário. Referente às unidades de internação para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei, escolha a alternativa CORRETA:

- (X) As adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes à sua idade e gênero, como aconselhamento sobre abuso ou violência sexual.

Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher e ter acesso regular a ginecologistas, de modo similar às presas adultas

- () Autoridades prisionais deverão colocar em prática medidas para atender parcialmente às necessidades das adolescentes privadas de liberdade
- () As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso à educação, enquanto à educação vocacional
- () As adolescentes gestantes deverão ser liberadas e monitoradas em liberdade até que a criança atinja 6 meses
- () As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso a um programa que seja igual ao executado para adolescentes masculinos considerando o princípio de igualdade

6. No Regimento Interno dos Centros de Atendimento Inicial, Internação Provisória, Internação e Semiliberdade da Fundação CASA – SP, no “Artigo 9º, Parágrafo 3º - Adolescentes grávidas puérperas que estejam em cumprimento de medida socioeducativas ou sob Internação Provisórias serão encaminhadas ao Programa de Acompanhamento Materno Infantil (PAMI), que tem a previsão de atender a esse público e seus filhos, assim, como orientação e cuidados voltados à saúde de forma ampla. Devem ser proporcionados investimentos capazes de favorecer o estabelecimento entre a nutriz e seu bebê, cuidados primordiais ao adequado desenvolvimento dos lactantes, focando sempre na humanização do acompanhamento:

- I. A fase gestacional indicada para o encaminhamento de adolescentes ao PAMI será de 32 semanas, salvo as adolescentes que estejam em situações de risco na gravidez ou em épocas de crises epidemiológicas, situações em que esse encaminhamento será antecipado
- II. As adolescentes participarão das atividades pedagógicas previstas na legislação vigente até completarem a 36ª semana gestacional e, após dar à luz, permanecerão de repouso até a data prescrita pelo médico responsável por seu acompanhamento clínico
- III. Deverá ser respeitado o período de afastamento das adolescentes puérperas, além de ser garantida, ao menos, a fase mínima de 120 (cento e vinte) dias de licença das atividades constantes em sua agenda pedagógica e/ou o período indicado pelo médico responsável por seu acompanhamento clínico, para cuidado exclusivo ao bebê; o direito à continuidade de participação ao ensino formal está assegurado, ainda que em agenda pedagógica diferenciada
- IV. Deverá ser estimulada a amamentação (aleitamento materno exclusivo) nos primeiros 12 (doze) meses
- V. Em casos excepcionais e de extrema necessidade, com permanência dos bebês na Instituição após completarem 6 (seis) meses de idade, os dirigentes do PAMI deverão articular com creche situada nas imediações do Centro e possibilitar o direcionamento dos lactantes para local apropriado e que reúna recursos suficientes para ampliar a estimulação sensorial e cognitiva previstas nessa fase de desenvolvimento
- VI. As adolescentes mães e puérperas terão o direito e a responsabilidade de acompanhar os bebês até a creche, cuja articulação for pactuada com os dirigentes do PAMI, sendo permitida a

substituição por servidora e/ou alguma outra adolescente, na condição de excepcionalidade, desde que devidamente avaliada pela Equipe de Referência.”

Somente as alternativas II, III, V e VI são verdadeiras

Somente a alternativa II é verdadeira

Somente as alternativas I e IV são verdadeiras

Somente as alternativas I, II e III são verdadeiras

Todas as alternativas são verdadeiras

7. Na transferência e desinternação dos adolescentes, é atribuição do Auxiliar de Enfermagem (procedimento e ações):

I. Registrar em Pasta de Saúde informações referentes a saída/transferência do adolescente

II. Realizar a avaliação clínica do adolescente

III. Separar documentos, medicamentos e o kit do Programa de Prevenção Combinada, a serem entregues ao adolescente/responsável, orientá-los e proceder o registro do que foi entregue ao adolescente no momento de sua desinternação

IV. No caso de transferência ou desinternação, caso o adolescente seja diagnosticado com alguma doença infectocontagiosa, o auxiliar de enfermagem poderá manter o adolescente em seu Centro de origem, até a sua melhora

V. No caso de desinternação do adolescente, deverá manter em sua posse a carteira de vacinação do adolescente, considerando que ele poderá retornar à Instituição

Somente as alternativas I e III são verdadeiras

Todas as alternativas são verdadeiras

Somente a alternativa III é verdadeira

Somente a alternativa V é verdadeira

Somente as alternativas III e IV são verdadeiras

8. Considerando o Caderno Técnico da Superintendência de Saúde no que se refere a orientação quanto ao preenchimento do livro de enfermagem – Livro de passagem de plantão, é CORRETO afirmar que:

I. A passagem de plantão, entrega ou troca de turno é uma prática realizada pela equipe de enfermagem com a finalidade de transmitir informação objetiva, clara e concisa sobre os

acontecimentos que envolvem a assistência direta ou indireta ao paciente durante um período de trabalho, bem como assuntos de interesse institucional

II. Todas as informações individuais devem ser registradas na pasta de saúde dos adolescentes, as ações coletivas devem ser apenas citadas no livro de passagem de plantão e pormenorizadas em anotação de enfermagem

III. Os livros adotados para passagem de plantão e de intercorrências, devem constar do manual de organização do serviço de enfermagem, e serão considerados como prova em julgamento criminal e/ou ético, em caso de iatrogenia e outros, sendo agravada a situação, se este mesmo dado, não estiver como parte dos registros de enfermagem no prontuário do paciente, o que caracteriza desobediência às legislações pertinentes aos profissionais de enfermagem e pacientes

IV. É necessário incluir no livro de plantão: Nome de todos os jovens que receberam a medicação; Nome dos jovens que apresentaram demanda de saúde; Descrições das ações realizadas; Mencionar nome de adolescentes/servidores envolvidos em situações de violência; Descrever diagnósticos; Recados pessoais ao outro plantão ou a UAISA

V. O livro de passagem de plantão é um instrumento único e exclusivo do Enfermeiro, sendo proibida a anotação realizada pelo Auxiliar de Enfermagem

Somente as alternativas I, II e III são verdadeiras

Somente a alternativa V é verdadeira

Todas as alternativas são verdadeiras

Somente as alternativas I, III e IV são verdadeiras

Somente a alternativa II é verdadeira

9. No Caderno Técnico da Superintendência de Saúde, as Normas Internas para o Atendimento de Enfermagem na Fundação CASA são consideradas como instrumentos técnicos/administrativos, de caráter normativo e flexível e têm como objetivo estabelecer o atendimento à saúde dos adolescentes em regime de internação provisória e internação no Estado de São Paulo; possibilitando uma visão global das ações do Serviço de Enfermagem, bem como o planejamento e implementação de novas estratégias, disponibilizando e organizando os recursos humanos e materiais, para o desenvolvimento e prática de uma assistência de qualidade. Das atribuições do Auxiliar de Enfermagem, podemos destacar:

I. Realizar assistência de enfermagem conforme Plano Assistencial elaborado pelo Enfermeiro

II. Realizar a SAE assegurando as cinco etapas do processo de enfermagem

III. Realizar avaliação de enfermagem em situações de urgências e emergências e encaminhar a unidade de referência para continuidade da assistência prestada

IV. Obter certificação de Responsabilidade Técnica de Enfermagem frente ao COREN, conforme Resolução COFEN 509/2016, afixando-o no ambulatório

- Somente a alternativa I é verdadeira
- Somente a alternativa IV é verdadeira
- Somente as alternativas I e IV são verdadeiras
- Somente as alternativas II e III são verdadeiras
- Todas as alternativas são verdadeiras

10. Considerando o Código de Ética dos profissionais de Enfermagem, podemos considerar como “Proibições” no exercício de sua função:

- I. Executar atividades que não sejam de sua competência técnica, científica, ética e legal ou que não ofereçam segurança ao profissional, à pessoa, à família e à coletividade
- II. Provocar, cooperar, ser conivente ou omisso diante de qualquer forma ou tipo de violência contra a pessoa, família e coletividade, quando no exercício da profissão
- III. Negar assistência de enfermagem em situações de urgência, emergência, epidemia, desastre e catástrofe, desde que não ofereça risco a integridade física do profissional
- IV. Registrar informações incompletas, imprecisas ou inverídicas sobre a assistência de Enfermagem prestada à pessoa, família ou coletividade
- V. Executar atividades que não sejam de sua competência técnica, científica, ética e legal ou que não ofereçam segurança ao profissional, à pessoa, à família e à coletividade, exceto se a Instituição de trabalho lhe determinar

Todas as alternativas são verdadeiras, EXCETO a:

- Alternativa V
- Alternativa III
- Alternativa I
- Alternativa IV
- Alternativa II

DENTISTA

1. Em relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que:

(X) Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos individuais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e aberto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos sociais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

2. Conforme a lei federal nº 12.594 (Lei do Sinase), no artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

(X) Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários após a medida socioeducativa

() Brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o artigo 122 da lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

() Individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente

() Não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status

() Legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto

3. De acordo com o artigo 4º da lei federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Sendo assim, a garantia de prioridade compreende os seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Prioridade absoluta em acessar e manter-se no mercado de trabalho
- () Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- () Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública
- () Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas
- () Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude

4. Segundo o Art. 1º da Resolução Conanda Nº 113, de 19 DE abril de 2006, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na:

- (X) Articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos somente para primeira infância
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas idosas
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas com deficiência
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das mulheres

5. As Regras de Bangkok propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário. Referente às unidades de internação para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei, escolha a alternativa CORRETA:

- (X) As adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes à sua idade e gênero, como aconselhamento sobre abuso ou violência sexual. Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher e ter acesso regular a ginecologistas, de modo similar às presas adultas
- () Autoridades prisionais deverão colocar em prática medidas para atender parcialmente às necessidades das adolescentes privadas de liberdade
- () As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso à educação, enquanto à educação vocacional

() As adolescentes gestantes deverão ser liberadas e monitoradas em liberdade até que a criança atinja 6 meses

() As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso a um programa que seja igual ao executado para adolescentes masculinos considerando o princípio de igualdade

6. No Regimento Interno dos Centros de Atendimento Inicial, Internação Provisória, Internação e Semiliberdade da Fundação CASA, No Artigo 19, estão descritos quatorze Deveres dos Adolescentes, dentre eles podemos destacar:

I. Conhecer e cumprir as normas de convivência e rotinas do Centro de Atendimento, previstas no PPP

II. Respeitar e não se envolver em conflitos com autoridades, servidores, parceiros, visitantes ou outros adolescentes dentro e fora do Centro de Atendimento

III. Zelar apenas pelos seus pertences pessoais, uma vez que não é de sua responsabilidade zelar pelos materiais de uso coletivo, bens e estrutura patrimonial; vestuário e guarnição de banho e cama, assim como materiais pedagógicos disponibilizados pelo Centro

IV. Acatar as decisões da Equipe de Referência e da CAD, cumprindo as atividades e/ou as sanções impostas

V. Participar apenas das atividades que ele se identifica, das previstas no PIA; não havendo a necessidade de colaborar nas atividades complementares planejadas pelo Centro de Atendimento

(X) Somente as alternativas I, II e IV são verdadeiras

() Todas as alternativas são verdadeiras

() Somente as alternativas II e V são verdadeiras

() Somente a alternativa V é verdadeira

() Somente a alternativa III é verdadeira

7. Com base no Caderno Técnico da Superintendência de Saúde, podemos afirmar que os procedimentos abaixo destacados são considerados Procedimentos Endodônticos:

I. Acesso à Polpa Dentária e Medicação (polpa coronária e radicular/1X/por dente)

II. Pulpotomia Dentária (decíduo)

III. Raspagem coronoradicular

IV. Obturação de Dente Decíduo

V. Obturação de Dente Permanente BIRRAD

Todas as alternativas correspondem aos procedimentos endodônticos, EXCETO:

- Alternativa III
- Alternativa I
- Alternativa IV
- Alternativa II
- Alternativa V

8. Considerando o Código de Ética Odontológica, podemos afirmar que constitui infração ética, no Relacionamento do profissional com o paciente:

- I. Discriminar o ser humano de qualquer forma ou sob qualquer pretexto;
- II. Abandonar paciente, salvo por motivo justificável, circunstância em que serão conciliados os honorários e que deverá ser informado ao paciente ou ao seu responsável legal de necessidade da continuidade do tratamento
- III. Iniciar qualquer procedimento ou tratamento odontológico sem o consentimento prévio do paciente ou do seu responsável legal, exceto em casos de urgência ou emergência
- IV. Opor-se a prestar esclarecimentos e/ou fornecer relatórios sobre diagnósticos e terapêuticas, realizados no paciente, quando solicitados pelo mesmo, por seu representante legal ou nas formas previstas em lei
- V. Executar procedimentos como técnico em prótese dentária, técnico em saúde bucal, auxiliar em saúde bucal e auxiliar em prótese dentária, além daqueles discriminados na Lei que regulamenta a profissão e nas resoluções do Conselho Federal

- Todas as alternativas são verdadeiras
- Somente a alternativa II é verdadeira
- Somente as alternativas I e IV são verdadeiras
- Somente as alternativas III e V são verdadeiras
- Somente a alternativa V é verdadeira

9. Considerando o descrito no documento “Orientações para atendimento de Emergências em Saúde, da Fundação CASA”, as situações que habitualmente não são atendidas pelos serviços de urgência são:

- I. Febre sem episódio convulsivo
- II. Diarreia
- III. Dores leves e moderadas

IV. Parada Cardiorrespiratória

V. Vômitos

Todas as alternativas estão corretas, EXCETO:

Alternativa IV

Alternativa I

Alternativa III

Alternativa II

Alternativa V

10. Considerando o que está preconizado nas Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, do Ministério da Saúde, à atenção básica compete assumir a responsabilidade pela detecção das necessidades, providenciar os encaminhamentos requeridos em cada caso e monitorar a evolução da reabilitação, bem como acompanhar e manter a reabilitação no período pós-tratamento. Considerando a complexidade dos problemas que demandam à rede de atenção básica e a necessidade de buscar-se continuamente formas de ampliar a oferta e qualidade dos serviços prestados, recomenda-se a organização e desenvolvimento de ações de:

I. Prevenção e controle do câncer bucal

II. Implantação e aumento da resolutividade do pronto-atendimento

III. Não inclusão de procedimentos mais complexos na atenção básica

IV. Inclusão de reabilitação protética na atenção básica;

V. Ampliação de acesso

Todas as alternativas acima estão corretas, EXCETO:

Alternativa III

Alternativa II

Alternativa V

Alternativa I

Alternativa IV

AGENTE OPERACIONAL / ELETRICISTA

1. A Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA dispõe sobre:

Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos das Gestantes e Lactantes

Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Mulher

Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos do Idoso

Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos das Minorias

2. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 2º, considera-se criança e adolescente as seguintes idades, respectivamente, para os efeitos desta Lei. Assinale a alternativa CORRETA:

Criança, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade

Criança, a pessoa até 10 (dez) anos e adolescente, 17 (dezesete) anos e 09 meses

Criança, a pessoa até 12 (doze) anos e adolescente, 17 (dezesete) anos e 06 meses

Criança, a pessoa até 14 (quatorze) anos e adolescente, 17 (dezesete) anos e 11 (onze) meses

Criança, a pessoa até 12 (doze) anos e adolescente, 19 (dezenove) anos, excepcionalmente até 21 (vinte) e 1 (um) anos

3. Em consonância ao artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente algumas medidas. Aponte a alternativa INCORRETA.

Advertência provisória

Liberdade assistida

- Prestação de serviços à comunidade
- Inserção em regime de semiliberdade
- Internação em estabelecimento educacional

4. Segundo a lei federal nº 12.594 (Lei do SINASE), artigo 3º, cabe à União algumas competências. Aponte a alternativa INCORRETA.

- Garantir defesa técnica do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional
- Elaborar o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios
- Contribuir para a qualificação e ação em rede os Sistemas de Atendimento Socioeducativo
- Financiar, com os demais entes federados, a execução de programas e serviços do SINASE
- Instituir e manter o processo de avaliação dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo, seus planos, entidades e programas

5. Com base no artigo 5º da Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, é CORRETO afirmar que os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que integram o Sistema regido por tal Resolução deverão exercer suas funções, em rede, a partir dos seguintes eixos estratégicos de ação:

- I. Defesa dos direitos humanos
- II. Promoção dos direitos humanos
- III. controle da efetivação dos direitos humanos

- Todas as afirmativas são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira

6. Os tipos de EPI's utilizados podem variar dependendo do tipo de atividade ou de riscos que poderão ameaçar a segurança e a saúde do trabalhador e da parte do corpo que se pretende proteger. Para proteção auditiva, são utilizados:

- Abafadores de ruídos
- Cinto de segurança
- Máscaras
- Meias
- Luvas

7. A NR-06 é uma legislação, que complementa a CLT, a respeito do uso de equipamentos de proteção individual. Assinale a alternativa INCORRETA:

- Na NR 06, apenas os empregadores devem seguir as regras e fazer o uso correto dos equipamentos
- As empresas são obrigadas a fornecer os equipamentos ideais, orientar os funcionários e fiscalizar a utilização correta dos EPIs, a fim de evitar acidentes de trabalhos e problemas com a justiça
- Uma das obrigações das empresas e por direito do trabalhador, é que o ambiente de trabalho seja seguro para a realização das funções
- Os equipamentos de proteção oferecidos pelas empresas aos colaboradores devem possuir o Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego
- A NR 06 é direcionada para todos os segmentos da economia, por isso, cada setor e/ou empresa precisa entender os riscos do trabalho realizado por seus funcionários

8. De acordo com a NR 10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE, a respeito da Segurança na construção, montagem, operação e manutenção, assinale a alternativa INCORRETA:

- Os equipamentos, dispositivos e ferramentas que possuam isolamento elétrico não precisam estar adequados às tensões envolvidas, sendo desnecessário a suas inspeções e testes de acordo com as regulamentações existentes ou recomendações dos fabricantes
- As instalações elétricas devem ser construídas, montadas, operadas, reformadas, ampliadas, reparadas e inspecionadas de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores e dos usuários, e serem supervisionadas por profissional autorizado, conforme dispõe esta NR
- Nos trabalhos e nas atividades referidas devem ser adotadas medidas preventivas destinadas ao controle dos riscos adicionais, especialmente quanto a altura, confinamento, campos elétricos e magnéticos, explosividade, umidade, poeira, fauna e flora e outros agravantes, adotando-se a sinalização de segurança

Nos locais de trabalho só podem ser utilizados equipamentos, dispositivos e ferramentas elétricas compatíveis com a instalação elétrica existente, preservando-se as características de proteção, respeitadas as recomendações do fabricante e as influências externas

As instalações elétricas devem ser mantidas em condições seguras de funcionamento e seus sistemas de proteção devem ser inspecionados e controlados periodicamente, de acordo com as regulamentações existentes e definições de projetos

9. De acordo com a NR 10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE - MEDIDAS DE CONTROLE, a respeito dos estabelecimentos com carga instalada superior a 75 kW devem constituir e manter o Prontuário de Instalações Elétricas, contendo, no mínimo:

Todas as alternativas estão corretas

Conjunto de procedimentos e instruções técnicas e administrativas de segurança e saúde, implantadas e relacionadas a esta NR e descrição das medidas de controle existentes

Documentação das inspeções e medições do sistema de proteção contra descargas atmosféricas e aterramentos elétricos

Especificação dos equipamentos de proteção coletiva e individual e o ferramental, aplicáveis conforme determina esta NR

Documentação comprobatória da qualificação, habilitação, capacitação, autorização dos trabalhadores e dos treinamentos realizados

10. Qual o EPI utilizado para proteção dos olhos e face?

Máscara de solda

Óculos de sol

Protetor facial em creme

Gorro

Bota

ENFERMEIRO

1. Em relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que:

(X) Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos individuais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e aberto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos sociais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

2. Conforme a lei federal nº 12.594 (Lei do Sinase), no artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

(X) Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários após a medida socioeducativa

() Brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o artigo 122 da lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

() Individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente

() Não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status

() Legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto

3. De acordo com o artigo 4º da lei federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Sendo assim, a garantia de prioridade compreende os seguintes princípios, EXCETO:

(X) Prioridade absoluta em acessar e manter-se no mercado de trabalho

- () Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- () Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública
- () Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas
- () Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude

4. Segundo o Art. 1º da Resolução Conanda Nº 113, de 19 DE abril de 2006, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na:

- (X) Articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos somente para primeira infância
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas idosas
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas com deficiência
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das mulheres

5. As Regras de Bangkok propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário. Referente às unidades de internação para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei, escolha a alternativa CORRETA:

- (X) As adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes à sua idade e gênero, como aconselhamento sobre abuso ou violência sexual. Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher e ter acesso regular a ginecologistas, de modo similar às presas adultas
- () Autoridades prisionais deverão colocar em prática medidas para atender parcialmente às necessidades das adolescentes privadas de liberdade
- () As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso à educação, enquanto à educação vocacional
- () As adolescentes gestantes deverão ser liberadas e monitoradas em liberdade até que a criança atinja 6 meses

() As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso a um programa que seja igual ao executado para adolescentes masculinos considerando o princípio de igualdade

6. Considerando o que está preconizado no Caderno Técnico da Superintendência de Saúde, no que diz respeito às ações que são de competência do Enfermeiro nos Centros de Atendimento, é CORRETO afirmar que cabe ao Enfermeiro:

I - Realizar a avaliação inicial do estado de saúde, dar início à Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), através da Consulta de Enfermagem, levantamento de diagnósticos, estabelecimento de resultados e Intervenções que couberem;

II - Verificar se o adolescente faz acompanhamento ambulatorial e medicamentoso, providenciar a continuidade do tratamento e encaminhar para avaliação médica se necessário;

III - Avaliar, coordenar e supervisionar a atualização do esquema de imunização do Programa Nacional de Imunização (PNI), nos Centros de Internação Provisória, quando possível, dando continuidade à Internação. Nos Centros de Internação Provisória Feminina, não realizar as vacinas de vírus vivos ou atenuados (SCR, Febre Amarela);

IV - Priorizar as ações de promoção e prevenção de saúde, elaborando, promovendo e participando das ações, junto à equipe multidisciplinar, desenvolvendo atividades educativas individuais ou em grupo a partir das necessidades identificadas; realizar o cronograma de atividades e grupos de orientações para adolescentes;

V - Encaminhar para unidade de saúde de referência o adolescente que necessitar de atendimento de urgência /emergência.

(X) Todas as afirmativas são verdadeiras

() Somente a afirmativa II é verdadeira

() Somente a afirmativa V é verdadeira

() Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras

() Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras

7. Considerando o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, quais afirmativas se referem aos Deveres dos profissionais em sua atuação:

I - Aplicar o processo de Enfermagem como instrumento metodológico para planejar, implementar, avaliar e documentar o cuidado à pessoa, família e coletividade;

II - Conhecer, cumprir e fazer cumprir o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e demais normativos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem;

III - Manter inscrição no Conselho Regional de Enfermagem, com jurisdição na área onde ocorrer o exercício profissional;

IV - Esclarecer à pessoa, família e coletividade, a respeito dos direitos, riscos, benefícios e intercorrências acerca da assistência de Enfermagem;

V - Executar prescrição de Enfermagem e Médica na qual não constem assinatura e número de registro do profissional prescritor.

Somente as afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras

Somente a afirmativa V é verdadeira

Somente as afirmativas III e V são verdadeiras

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras

8. A Portaria Normativa da Fundação CASA nº 405/2022 institui a nova Política de Atendimento de Enfermagem, contemplando a modalidade de Telenfermagem para o atendimento ao adolescente. Em relação à prática, é CORRETO afirmar que são responsabilidades do enfermeiro no plantão do teleatendimento:

I - Atender aos adolescentes agendados para o atendimento virtual. Na agenda constará a identificação do adolescente, Centro, horário previsto do atendimento e o tipo de demanda. Poderão agendar as consultas: os profissionais do Centro, inclusive o próprio enfermeiro, para a reavaliação;

II - Consultar, estudar, acompanhar e intervir sobre as demandas dos adolescentes, por meio dos registros e documentos digitais encartados à Pasta Digital;

III - Atender o adolescente, exceto para esclarecimento de dúvidas em relação ao seu tratamento/acompanhamento;

IV – Prover a execução de relatórios de saúde mediante determinação judicial, a partir da análise de pasta de saúde;

V – Não promover ações de Educação em Saúde.

Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente a afirmativa III é verdadeira

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras

9. Através da Ordem de Serviço SUPSAU nº 03/2022, a Fundação CASA, por meio da Superintendência de Saúde, realiza orientações em relação à “Ficha de Notificação de Violência”. Com isto, é CORRETO afirmar:

I - Todo profissional da saúde que tomar conhecimento de forma presenciada ou relatada (suspeita), no âmbito da instituição, fará a Notificação de Violência disponível no sistema SIG, módulo Ficha de Notificação de Violência;

II - No caso de haver riscos à integridade física ou psicológica de qualquer envolvido no contexto da violência, a chefia imediata ou mediata do Centro de Atendimento deverá ser cientificada, inclusive pelos meios institucionais de comunicação e/ou registros de informações, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias para a proteção dos envolvidos nos mencionados riscos;

III – Pelo fato de o adolescente estar cumprindo medida socioeducativa, não há a obrigatoriedade da notificação de violência;

IV - Caberá ao gestor do Centro de Atendimento as demais providências cabíveis e procedimentos estabelecidos para os cuidados em saúde, segurança, além das comunicações à família, judiciário e Corregedoria, dentre outras, conforme previsto pela Portaria Normativa 253/2013.

(X) As afirmativas I, II e IV são verdadeiras

() Somente a afirmativa III é verdadeira

() Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras

() Todas as afirmativas são verdadeiras

() Somente a afirmativa IV é verdadeira

10. De acordo com a Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XVII, que trata da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória, a PNAISARI tem como objetivo geral garantir e ampliar o acesso aos cuidados em saúde dos adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, fechado e semiliberdade. Sendo assim, destacamos alguns dos objetivos específicos da PNAISARI:

I - Ampliar ações e serviços de saúde para adolescentes em conflito com a lei, em especial para os privados de liberdade;

II - Estimular ações intersetoriais para a responsabilização conjunta das equipes de saúde e das equipes socioeducativas para o cuidado dos adolescentes em conflito com a lei;

III - Promover o acesso aos cuidados em saúde a essa população, sem quaisquer tipos de constrangimentos no acesso ao tratamento;

IV - Garantir ações da atenção psicossocial para adolescentes em conflito com a lei;

V - Priorizar ações de promoção da saúde e redução de danos provocados pelo consumo de álcool e outras drogas.

(X) Todas as afirmativas são verdadeiras

() Somente a afirmativa V é verdadeira

() Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

() Somente as afirmativas II e V são verdadeiras

() Somente a afirmativa II é verdadeira

PEDAGOGO

1. Em relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que:

(X) Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos individuais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e aberto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos sociais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

2. Conforme a lei federal nº 12.594 (Lei do Sinase), no artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

(X) Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários após a medida socioeducativa

() Brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o artigo 122 da lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

() Individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente

() Não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status

() Legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto

3. De acordo com o artigo 4º da lei federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Sendo assim, a garantia de prioridade compreende os seguintes princípios, EXCETO:

(X) Prioridade absoluta em acessar e manter-se no mercado de trabalho

() Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias

() Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública

() Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas

() Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude

4. Segundo o Art. 1º da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na:

(X) Articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal

() Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos somente para primeira infância

() Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas idosas

() Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas com deficiência

() Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das mulheres

5. As Regras de Bangkok propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário. Referente às unidades de internação para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei, escolha a alternativa CORRETA:

(X) As adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes à sua idade e gênero, como aconselhamento sobre abuso ou violência sexual. Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher e ter acesso regular a ginecologistas, de modo similar às presas adultas

() Autoridades prisionais deverão colocar em prática medidas para atender parcialmente às necessidades das adolescentes privadas de liberdade

() As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso à educação, enquanto à educação vocacional

() As adolescentes gestantes deverão ser liberadas e monitoradas em liberdade até que a criança atinja 6 meses

() As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso a um programa que seja igual ao executado para adolescentes masculinos considerando o princípio de igualdade

6. De acordo com a descrição de cargo, o objetivo da atuação do pedagogo é contribuir para o processo de desenvolvimento do trabalho pedagógico por meio de ações formativas, acompanhamento dos planejamentos e demais demandas que culminem no registro do atendimento pedagógico. Assim, o pedagogo tem como atribuição:

(X) Todas as opções estão corretas

() Zelar e cuidar dos materiais e recursos pedagógicos do Centro de Atendimento

() Desenvolver oficinas pedagógicas de letramento e alfabetização, de acordo com a orientação do coordenador pedagógico

() Acompanhar e ou atualizar o portal da fundação com dados da área pedagógica

() Auxiliar na organização horária das atividades pedagógicas da unidade

7. Considerando que o caderno da Superintendência Pedagógica “Educação e Medida Socioeducativa: conceito, diretrizes e procedimentos”, orienta a entrada, saída, leitura e elaboração de cartas nos Centros de Atendimento, é correto afirmar que:

I. Os espaços destinados a produção de cartas devem estimular o adolescente à superação de eventuais limitações e serem planejados de forma a permitir a participação de todos os adolescentes, com a organização contemplada na Agenda do Centro;

II. Os Educadores responsáveis pelo desenvolvimento da atividade devem oferecer ajuda, informações e sugestões bem como disponibilizar dicionários, textos, livros, imagens e outros materiais que permitam ampliar o conhecimento dos alunos e incentivem a turma a buscar diferentes formas de registros;

III. No caso de adolescentes não alfabetizados, os mesmos não poderão participar das oficinas uma vez que não conseguirão escrever as cartas;

IV. Nesses espaços não é possível a produção de desenhos e símbolos pelos adolescentes, pois desenhos e símbolos não devem ser estimulados nessas oficinas.

Somente as afirmativas I e II estão corretas

Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas

Somente as afirmativas II e III estão corretas

Somente as afirmativas III e IV estão corretas

Todas as afirmativas estão corretas

8. Conforme o caderno da Superintendência Pedagógica “Educação e Medida Socioeducativa: conceito, diretrizes e procedimentos”, a atuação do Pedagogo nos Centros de Internação está organizada em duas frentes de trabalho: uma referente às funções de estrutura e funcionamento do setor pedagógico e outra voltada para a organização das práticas educativas que compõem a rotina de atividades pedagógicas diárias.

Nesse sentido é possível afirmar que:

I. Dentre as funções de estrutura e funcionamento está previsto o controle da matrícula e documentação escolar dos alunos uma vez que é função do Centro de Atendimento a regularização do processo escolar dos adolescentes.

II. Planejar, executar e avaliar oficinas de Alfabetização e Letramento e Reforço Escolar, acompanhar o trabalho dos Agentes Educacionais na função de referências das atividades realizadas por parceiros e planejar atividades pedagógicas para serem utilizadas na ausência de parceiros são funções do Pedagogo voltado à praticas educativas.

III. O pedagogo deve participar de todas as reuniões do polidimensional e do plano individual de atendimento dos adolescentes como referência da área pedagógica.

Somente as afirmativas I e II estão corretas

Somente as afirmativas I e III estão corretas

Somente as afirmativas II e III estão corretas

- Somente a afirmativa II está correta
- Todas as afirmativas estão corretas

9. Conforme o RI - Regimento Interno da Fundação CASA (PN nº 412/2022), os Centros de Atendimento de Internação Provisória, Internação e Semiliberdade deverão constituir Equipes de Referência para atendimento aos adolescentes, que serão responsáveis, na Internação Provisória e na Internação e Semiliberdade, respectivamente para elaboração de:

- Diagnóstico Polidimensional e Plano Individual de Atendimento
- Diagnóstico da Realidade e Estudo do Meio
- Diagnóstico da Realidade e Diagnóstico Polidimensional
- Diagnóstico da Realidade e Plano Individual de Atendimento
- Estudo do meio e Plano Individual de Atendimento

10. Aos adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo deve ser garantido:

I. A continuidade de seu atendimento educacional, mantido o acompanhamento de sua frequência e trajetória escolar pelas instituições responsáveis pela promoção de seus direitos educacionais.

II. Aos adolescentes e jovens que tenham perdido o vínculo com sua escola de origem deve ser proporcionado o regresso à mesma, sem considerar qualquer condição para esse retorno.

III. Deve ser possibilitada a continuidade ou a reinserção em cursos de Educação Profissional e a permanência em programas educacionais específicos nos quais os adolescentes e jovens já estejam inseridos.

- Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- Somente a afirmativa I é verdadeira
- Somente as afirmativas II e III e são verdadeiras
- Somente a afirmativa III é verdadeira
- Todas as afirmativas são verdadeiras

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. Em relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que:

(X) Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos individuais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e aberto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos sociais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

2. Conforme a lei federal nº 12.594 (Lei do Sinase), no artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

(X) Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários após a medida socioeducativa

() Brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o artigo 122 da lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

() Individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente

() Não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status

() Legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto

3. De acordo com o artigo 4º da lei federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Sendo assim, a garantia de prioridade compreende os seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Prioridade absoluta em acessar e manter-se no mercado de trabalho
- () Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- () Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública
- () Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas
- () Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude

4. Segundo o Art. 1º da Resolução Conanda Nº 113, de 19 DE abril de 2006, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na:

- (X) Articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos somente para primeira infância
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas idosas
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas com deficiência
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das mulheres

5. As Regras de Bangkok propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário. Referente às unidades de internação para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei, escolha a alternativa CORRETA:

- (X) As adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes à sua idade e gênero, como aconselhamento sobre abuso ou violência sexual. Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher e ter acesso regular a ginecologistas, de modo similar às presas adultas
- () Autoridades prisionais deverão colocar em prática medidas para atender parcialmente às necessidades das adolescentes privadas de liberdade
- () As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso à educação, enquanto à educação vocacional

As adolescentes gestantes deverão ser liberadas e monitoradas em liberdade até que a criança atinja 6 meses

As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso a um programa que seja igual ao executado para adolescentes masculinos considerando o princípio de igualdade

6. Considerando o Caderno de Avaliação Diagnóstica em Educação Física. Quais são os testes de Avaliação Diagnóstica em Educação Física que os Profissionais da área devem aplicar com os adolescentes nos Centros de Internação (CI), para avaliar a aptidão física voltada ao Eixo Performance Motora, visando coletar informações deste adolescente e estabelecer estratégias que o auxiliem no Plano Individual de Atendimento – PIA?

Todas as opções estão corretas

Agilidade - Teste do Quadrado

Velocidade de Deslocamento - Corrida dos 20m

Força Explosiva - Salto Horizontal

Força Explosiva - Salto Horizontal e Arremesso da Medicine Ball

7. Na avaliação Diagnóstica em Educação Física, tem como premissa analisar o desenvolvimento dos adolescentes para compreender quais são as experiências e vivências da cultura corporal dos mesmos. Na dimensão conceitual possibilitará aos adolescentes:

I. Conhecer as formas corretas de execução dos movimentos corporais cotidiano, otimizando o desempenho e o bem-estar a fim de torná-los compatíveis com as necessidades, habilidades e limitações;

II. Conhecer as transformações sofridas pela sociedade em relação às novas tecnologias;

III. Conhecer a transição que sofreram algumas práticas corporais.

Todas as afirmativas estão corretas

Somente as afirmativas I e II estão corretas

Somente as afirmativas I está correta

Somente as afirmativas I e III estão corretas

Nenhuma afirmativa está correta

8. A proposta da avaliação diagnóstica em Educação Física na Fundação CASA é coletar informações detalhadas sobre as competências (pessoais, produtivas e sociais) do adolescente. A partir desses indicadores, caberá aos Profissionais de Educação Física:

I. Propor encaminhamentos que contribuam na construção, direcionamento e planejamento das atividades da área Educação Física.

II. Propor ações educativas de intervenção no Plano Individual de Atendimento (PIA) do adolescente.

III. Propor a realização de campeonatos esportivos, internos e externos, em prol das condições de competitividade e desempenho do adolescente.

Somente a afirmativa II está correta

Somente a afirmativa I está correta

Somente a afirmativa III está correta

Somente as afirmativas II e III estão corretas

Todas as afirmativas estão corretas

9. Conforme o RI - Regimento Interno da Fundação CASA (PN nº 412/2022), os estímulos têm por objetivo demonstrar ao adolescente sua capacidade de alcançar as metas e valorizar seus avanços e conquistas. Assim, o RI estabelece como estímulos individuais ao adolescente:

I. Visitas domiciliares de final de semana sem monitoramento para os adolescentes em medida de internação, mediante autorização judicial e de acordo com avaliação da Equipe de Referência.

II. Progredir nos espaços do Centro de Atendimento destinados a programas mais avançados.

III. Trabalhar ou estudar fora do Centro de Atendimento, mediante autorização judicial e de acordo com o estabelecido no PIA.

Todas as afirmativas estão corretas

Somente a afirmativa III está correta

Somente a afirmativa II está correta

Somente as afirmativas I e II estão corretas

Somente as afirmativas II e III estão corretas

10. As reavaliações da avaliação diagnóstica na educação física deverão ser realizadas em qual periodicidade?

- I. 2 (dois) meses da aplicação da última.
- II. 3 (três) meses da aplicação da última.
- III. 4 (quatro) meses da aplicação da última.
- IV. Sempre que necessário.

- Somente a afirmativa II
- Somente a afirmativa I
- Somente a afirmativa III
- Somente a afirmativa IV
- Todas as afirmativas estão corretas

AGENTE OPERACIONAL / PINTOR

1. A Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA dispõe sobre:

- Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
- Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos das Gestantes e Lactantes
- Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Mulher
- Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos do Idoso
- Os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos das Minorias

2. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 2º, considera-se criança e adolescente as seguintes idades, respectivamente, para os efeitos desta Lei. Assinale a alternativa CORRETA:

Criança, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade

Criança, a pessoa até 10 (dez) anos e adolescente, 17 (dezesete) anos e 09 meses

Criança, a pessoa até 12 (doze) anos e adolescente, 17 (dezesete) anos e 06 meses

Criança, a pessoa até 14 (quatorze) anos e adolescente, 17 (dezesete) anos e 11 (onze) meses

Criança, a pessoa até 12 (doze) anos e adolescente, 19 (dezenove) anos, excepcionalmente até 21 (vinte) e 1 (um) anos

3. Em consonância ao artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente algumas medidas. Aponte a alternativa INCORRETA.

Advertência provisória

Liberdade assistida

Prestação de serviços à comunidade

Inserção em regime de semiliberdade

Internação em estabelecimento educacional

4. Segundo a lei federal nº 12.594 (Lei do SINASE), artigo 3º, cabe à União algumas competências. Aponte a alternativa INCORRETA.

Garantir defesa técnica do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional

Elaborar o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

Contribuir para a qualificação e ação em rede os Sistemas de Atendimento Socioeducativo

Financiar, com os demais entes federados, a execução de programas e serviços do SINASE

Instituir e manter o processo de avaliação dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo, seus planos, entidades e programas

5. Com base no artigo 5º da Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, é CORRETO afirmar que os órgãos públicos e as

organizações da sociedade civil que integram o Sistema regido por tal Resolução deverão exercer suas funções, em rede, a partir dos seguintes eixos estratégicos de ação:

I. Defesa dos direitos humanos

II. Promoção dos direitos humanos

III. controle da efetivação dos direitos humanos

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

6. Os tipos de EPI's utilizados podem variar dependendo do tipo de atividade ou de riscos que poderão ameaçar a segurança e a saúde do trabalhador e da parte do corpo que se pretende proteger. Para proteção auditiva, são utilizados:

Abafadores de ruídos

Cinto de segurança

Máscaras

Meias

Luvas

7. Qual o EPI utilizado para proteção dos olhos e face?

Máscara de solda

Óculos de sol

Protetor facial em creme

Gorro

Bota

8. Quais as principais funções do pintor de construção civil?

- (X) Todas as alternativas estão corretas
- () Pintura de parede externa e interna
- () Correção das superfícies
- () Lixamento e aplicação de massa fina
- () Pintura de portas, janelas e guarda-corpo

9. A pintura tem, normalmente, quais finalidades?

- (X) Todas as alternativas estão corretas
- () Proteger
- () Embelezar
- () Limpar
- () Higienizar

10. A NR-06 é uma legislação, que complementa a CLT, a respeito do uso de equipamentos de proteção individual. Assinale a alternativa INCORRETA:

- (X) Na NR 06, apenas os empregadores devem seguir as regras e fazer o uso correto dos equipamentos
- () As empresas são obrigadas a fornecer os equipamentos ideais, orientar os funcionários e fiscalizar a utilização correta dos EPIs, a fim de evitar acidentes de trabalhos e problemas com a justiça
- () Uma das obrigações das empresas e por direito do trabalhador, é que o ambiente de trabalho seja seguro para a realização das funções
- () Os equipamentos de proteção oferecidos pelas empresas aos colaboradores devem possuir o Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego
- () A NR 06 é direcionada para todos os segmentos da economia, por isso, cada setor e/ou empresa precisa entender os riscos do trabalho realizado por seus funcionários

PSICÓLOGO

1. Em relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que:

(X) Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos individuais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e aberto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos políticos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valor igual para todos

() Em seu artigo 14, que versa sobre os direitos sociais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos

2. Conforme a lei federal nº 12.594 (Lei do Sinase), no artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

(X) Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários após a medida socioeducativa

() Brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o artigo 122 da lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

() Individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente

() Não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status

() Legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto

3. De acordo com o artigo 4º da lei federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Sendo assim, a garantia de prioridade compreende os seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Prioridade absoluta em acessar e manter-se no mercado de trabalho
- () Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- () Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública
- () Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas
- () Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude

4. Segundo o Art. 1º da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na:

- (X) Articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos somente para primeira infância
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas idosas
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das pessoas com deficiência
- () Articulação das instâncias públicas governamentais na aplicação de instrumentos normativos em favor das mulheres

5. As Regras de Bangkok propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário. Referente às unidades de internação para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei, escolha a alternativa CORRETA:

- (X) As adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes à sua idade e gênero, como aconselhamento sobre abuso ou violência sexual. Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher e ter acesso regular a ginecologistas, de modo similar às presas adultas
- () Autoridades prisionais deverão colocar em prática medidas para atender parcialmente às necessidades das adolescentes privadas de liberdade
- () As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso à educação, enquanto à educação vocacional

As adolescentes gestantes deverão ser liberadas e monitoradas em liberdade até que a criança atinja 6 meses

As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso a um programa que seja igual ao executado para adolescentes masculinos considerando o princípio de igualdade

6. A Portaria Normativa nº 412/2022, Regimento Interno dos Centros de Atendimento de Internação e de Semiliberdade da Fundação CASA-SP, DA MEDIDA DE CONVIVÊNCIA PROTETORA, Artigo 82, prevê:

I - A inclusão em Convivência Protetora não poderá ser feita por solicitação do adolescente, que expressará os motivos que tornam necessária a medida, pela Equipe de Referência, Diretor do Centro e autoridades do Sistema de Justiça, cabendo discussão técnica com a Divisão Regional e Superintendência de Saúde.

II - O adolescente poderá ser incluído em medida de convivência protetora, quando existir situação de risco à sua integridade física, psicológica ou risco de morte que impeça e/ou dificulte a permanência com os demais adolescentes, recebendo, desde logo, atenção especial de sua Equipe de Referência, sem prejuízo das atividades obrigatórias.

III - Cabe ao Diretor, fixar o prazo de convivência protetora, que não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias, e providenciar as medidas necessárias para a proteção do adolescente.

IV - Caberá à direção a elaboração de um plano detalhado por área de atuação, com registro on-line, objetivando o retorno do adolescente ao convívio no Centro de Atendimento. As ações devem envolver não só a Equipe de Referência, mas todo o corpo funcional, bem como familiares, devendo ser previstas propostas educativas junto aos demais adolescentes.

V - Caso as medidas propostas e adotadas não surtam o efeito desejado, o caso deverá ser transferido, não sendo necessária a discussão do caso com a Divisão Regional.

Apenas a afirmativa II está correta

Todas afirmativas estão corretas

Apenas a afirmativa I está correta

Apenas a afirmativa III está correta

Apenas a afirmativa IV está correta

7. Com relação às “Orientações básicas para Atenção Integral em Saúde Mental de Adolescentes em Conflito com a Lei” (Ministério da Saúde), é CORRETO afirmar que:

Os Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPS I) são serviços especializados para atender crianças e adolescentes que apresentam prioritariamente intensos e graves sintomas decorrentes de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços

sociais e realizar projetos de vida, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial.

() Nos municípios onde não houver CAPS i, deverá ser garantida a atenção a essa população em outra localidade, mesmo que seja distante do território do adolescente.

() Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são responsáveis, em conjunto com a Atenção Primária à Saúde, principalmente, pela medicalização dos usuários.

() Dada a complexidade do cuidado no campo da saúde mental e as diversas necessidades apresentadas pelas pessoas com transtornos mentais e/ou com necessidades em decorrência do uso de drogas, bem como seus familiares, são disponibilizados diferentes tipos de internações psiquiátricas para favorecer o cuidado integral e longitudinal desses adolescentes.

() A Rede de Atenção Psicossocial (Raps), é um conjunto de diferentes serviços disponíveis nas cidades e nas comunidades, responsáveis por tratar exclusivamente de problemas em decorrência do uso de drogas.

8. Sobre a Cartilha de Orientações Gerais para a Atenção à Adolescência LGBTQIA+, em cumprimento de Medida Socioeducativa no âmbito da Fundação CASA, é CORRETO afirmar que:

(X) O nome social já é utilizado no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, nos atendimentos de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, cartões e correspondências bancárias, entre outros.

() A adolescente travesti e/ou transexual atendida no sistema socioeducativo tem o direito de ser tratado pelo seu nome social, de acordo com a sua identidade de gênero biológica, conforme registro constante em documentos oficiais de identificação.

() É expressamente proibido o uso de assessorios para compressão de mamas como instrumento de manutenção da sua identidade de gênero dos adolescentes transexuais e travestis, tendo em vista se tratar de pessoa em condição de desenvolvimento.

() O cumprimento de medida socioeducativa por adolescentes ou jovens LGBTQIA+ em restrição ou privação de liberdade deve se dar nos espaços que garantam a convivência com os demais adolescentes do mesmo sexo biológico.

() As orientações e cuidados relacionados aos procedimentos de hormonização, devem ser realizadas pela equipe psicossocial, preferencialmente, na figura do psicólogo.

9. A Ordem de Serviço SUPSAU 001/2023, estabelece o fluxo de providências e de comunicação diante dos casos de adolescentes que apresentam problemas no âmbito da Saúde Mental. Quanto aos casos em que houver o conhecimento de caso de ideação suicida, prevê-se as seguintes providências e comunicação:

(X) Quando as situações ocorrerem no período noturno, a coordenação de equipe deverá ser comunicada imediatamente e, além de realizar as devidas comunicações, precederá à orientação da equipe para que seja intensificada a atenção ao adolescente, de forma ininterrupta, a fim de garantir o não agravamento da situação

() No caso da Ideação Suicida ser comunicada em período de expediente da equipe Psicossocial, por meio do encarregado técnico, acionar imediatamente o profissional de Psicologia da referência do adolescente, para medicação

() No caso da Ideação Suicida ser comunicada em período de expediente acionar imediatamente qualquer profissional de Psicologia para acolhimento do adolescente

() Encaminhar imediatamente para serviço de pronto atendimento psiquiátrico

() O encarregado técnico, atualizado da situação até o desfecho do acompanhamento durante o plantão, informará à Equipe de Referência, imediatamente, independentemente do horário do plantão

10. Conforme o documento Orientador de Saúde Mental da Fundação CASA, podemos considerar INCORRETO que:

(X) Uma avaliação para encaminhamento do adolescente ao atendimento em equipamento de saúde, seja ele uma UBS ou um CAPS, é fruto de uma decisão do psicólogo

() A equipe de segurança acompanha todo cotidiano, as relações estabelecidas entre os adolescentes, alterações de comportamento, bem como realiza as intervenções imediatamente, quando necessário. Por vezes, esse é o profissional que ouve queixas e narrativas não expostas a outros membros da equipe

() A Equipe de Referência pode trazer para o espaço socioeducativo discussões relativas à saúde mental e ou tratar de temas que muitas vezes podem ser causadores de desconfortos emocionais, agindo de maneira preventiva, integrada e colaborativa

() Em casos em que há a presença de Transtorno Mental nos quais a equipe entenda que se faz necessário o encaminhamento à Rede de Saúde Mental, ou seja, casos mais graves, em que os atendimentos pela equipe do Centro de Atendimento não sejam suficientes para garantir o bem-estar e a qualidade de vida do adolescente

() Os psicólogos dos Centros de Atendimento estão habilitados profissionalmente para o diagnóstico e realização de atendimentos terapêuticos

ARQUITETO

1. Conforme a lei federal 12594/12 (Lei do Sinase), em seu artigo 35, a execução das medidas socioeducativas é regida pelos seguintes princípios, EXCETO:

- (X) Máxima intervenção, considerando a gravidade do ato infracional
- () Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo
- () Excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos
- () Prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas
- () Proporcionalidade em relação à ofensa cometida

2. Em seu artigo 5º, a Constituição Federal (CF) estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos descritos na própria CF. Um desses termos é:

- (X) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- () A prática do racismo constitui crime afiançável, mas imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- () A prática do racismo constitui crime inafiançável, prescritível em 5 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- () A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível em 10 anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
- () A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, não sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

3. Acerca da apuração de ato infracional atribuído a adolescente, de acordo com os artigos 171 e 172 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar que:

- (X) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente
- () O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade penitenciária
- () O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade escolar
- () O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade fundiária

Todas as opções estão corretas

4. Segundo o artigo 22 da Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, na União, nos Estados e nos Municípios haverá um Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente composto de:

Representantes do Governo e da sociedade civil organizada

Representantes do Governo e sociedade comercial

Representantes da igreja, do governo e da sociedade civil

Representantes do Governo Estadual e Municipal

Representantes da Fundação CASA e Poder Judiciário

5. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), a respeito da Educação, afirmam que os governos têm a obrigação de tornar a educação pública acessível a todos os jovens e, ainda, devem, além de atividades de formação acadêmica e profissional, consagrar especial atenção ao que segue, EXCETO:

Envolvimento dos jovens como expectadores passivos no processo educativo

Ensino dos valores fundamentais e desenvolvimento do respeito pela identidade e tradições culturais da criança, pelos valores sociais do país em que a criança vive, pelas civilizações diferentes das da criança e pelos direitos e liberdades fundamentais do homem

Promoção e desenvolvimento da personalidade, aptidões e capacidades físicas e mentais dos jovens

Prestação de informação e orientação em relação à formação profissional, oportunidades de emprego e perspectivas de carreira

Promoção de atividades que imprimam um sentimento de identificação e de pertencimento à escola e à comunidade

6. De acordo com a NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura. Qual a melhor definição para Elevações?

Representação gráfica de planos internos ou de elementos da edificação

Representação gráfica de todos os pormenores necessários, em escala adequada, para um perfeito entendimento do projeto e para possibilitar sua correta execução

Relação dimensional entre a representação de um objeto no desenho e suas dimensões reais

Documento preliminar do projeto

Relação quadridimensional entre a representação de um objeto no desenho e suas dimensões reais

7. De acordo com a NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura, os desenhos devem ser executados em papéis transparentes ou opacos, de resistência e durabilidade apropriadas. A escolha do tipo de papel deve ser feita em função dos objetivos, do tipo do projeto e das facilidades de reprodução. Qual papel não se define como transparente?

Canson

Manteiga

Vegetal

Poliéster

Cronaflex

8. De acordo com a NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura, sendo necessário o dobramento de folhas das cópias de desenho, o formato final deve ser o:

Formato A4

Formato A0

Formato A1

Formato A3

Formato A5

9. A NR 8 – EDIFICAÇÕES estabelece requisitos técnicos mínimos que devem ser observados nas edificações, para garantir segurança e conforto aos que nelas trabalham. Assinale a alternativa INCORRETA:

Os andares acima do solo não necessitam de proteção contra queda de pessoas ou objetos

Os locais de trabalho devem ter a altura do piso ao teto, pé direito, de acordo com as posturas municipais, atendidas as condições de conforto, segurança e salubridade

Os pisos dos locais de trabalho não devem apresentar saliências nem depressões que prejudiquem a circulação de pessoas ou a movimentação de materiais

As aberturas nos pisos e nas paredes devem ser protegidas de forma que impeçam a queda de pessoas ou objetos

() Os pisos, as escadas e rampas devem oferecer resistência suficiente para suportar as cargas móveis e fixas, para as quais a edificação se destina

10. Todo trabalho em altura deve ser planejado e organizado, conforme NR 35 - TRABALHO EM ALTURA. No planejamento do trabalho devem ser adotadas, de acordo com a seguinte hierarquia:

(X) Todas as alternativas estão corretas

() Medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução

() Medidas que eliminem o risco de queda dos trabalhadores, na () impossibilidade de execução do trabalho de outra forma

() Medidas que minimizem as consequências da queda, quando o risco de queda não puder ser eliminado

() Todas as alternativas estão incorretas

TÉCNICO OPERACIONAL / ELETRICISTA INDUSTRIAL

1. Com base no artigo 3º da Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, é CORRETO afirmar que a garantia dos direitos de crianças e adolescentes se fará através das seguintes linhas estratégicas:

I. Efetivação dos instrumentos normativos próprios, especialmente da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

II. Implementação e fortalecimento das instâncias públicas responsáveis por esse fim.

III. Facilitação do acesso aos mecanismos de garantia de direitos, definidos em lei.

(X) Todas as afirmativas são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

() Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

() Somente a afirmativa I é verdadeira

2. Com base no artigo 3º da Resolução 119/2006 do CONANDA, é CORRETO afirmar que o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político,

pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até _____;

- (X) a execução de medidas socioeducativas
- () a sentença judicial
- () a elaboração do Boletim de Ocorrência
- () a análise do processo
- () o envio do Plano Individual de Atendimento

3. Nas Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok), a Regra nº 38 estabelece que as adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes a sua idade e gênero. Ainda em acordo com essa regra, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Somente poderão receber acompanhamento de saúde na presença de suas genitoras
- () Elas devem receber aconselhamento sobre abuso
- () Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher
- () Elas deverão ter acesso regular a ginecologistas
- () Elas devem receber orientação sobre como aconselhamento sobre violência sexual

4. Conforme o artigo 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a garantir alguns direitos. Quanto a isso, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Não há necessidade de manter alojamento conjunto, de forma que o neonato não precisa permanecer com a sua mãe
- () Deverão manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 18 (dezoito) anos;
- () Deverão identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente
- () Deverão proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido bem como prestar orientação aos pais
- () Deverão fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato

5. O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 cita que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:

- (X) O particularismo político
- () A soberania
- () A cidadania
- () A dignidade da pessoa humana
- () Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

6. São atribuições do cargo de Técnico Operacional / Eletricista Industrial:

- (X) Todas alternativas estão corretas
- () Conhecer comandos elétricos - Normas de segurança, botoeiras, tipo de uso, contatores - características e especificação técnica. Chaves secas, e seccionadoras, reles térmicos, magnéticos e de tempo, temporizadores e chaves de fim de curso, Diagramas de comandos, simbologias e normas de identificação de contato, fechamentos externos de motores monofásicos e trifásicos e estrela / triângulo
- () Proceder à instalação, reparo ou substituição da rede elétrica de baixa e média tensão, utilizando ferramental específico e equipamentos de proteção dentro dos padrões de segurança, para atender as necessidades de uso
- () Executar a manutenção das instalações elétricas em geral
- () Realizar a manutenção e instalação de quadros elétricos, circuitos alimentadores, sistemas de aterramento, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, motores, equipamentos de moto-bomba, grupos geradores, sistemas de detecção e alarme de incêndio

7. O equipamento que deve ser inserido em uma Cabine Primária com circuito elétrico trifásico, numa entrada de energia elétrica de Média Tensão, cuja finalidade é a extinção do arco voltaico chama-se:

- (X) Disjuntor
- () Transformador
- () Alimentador
- () Reator

Propulsor

8. SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA. Nas instalações e serviços em eletricidade deve ser adotada sinalização adequada de segurança, destinada à advertência e à identificação, obedecendo ao disposto na NR-26 - Sinalização de Segurança, de forma a atender, dentre outras, as situações a seguir, EXCETO:

Identificação de portas de saída

Identificação de circuitos elétricos;

Travamentos e bloqueios de dispositivos e sistemas de manobra e comandos

Restrições e impedimentos de acesso

Delimitações de áreas

9. A Norma da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 5410/2004 estabelece as condições a que devem satisfazer as instalações elétricas de baixa tensão, a fim de garantir a segurança de pessoas e animais, o funcionamento adequado da instalação e a conservação dos bens. Considerando isso, assinale a alternativa INCORRETA:

Esta Norma aplica a equipamentos eletrônicos

Esta Norma aplica-se também às instalações elétricas em áreas descobertas das propriedades, externas às edificações

Esta Norma aplica-se às instalações novas e a reformas em instalações existentes

Esta Norma não se aplica a instalações elétricas de veículos automotores

Esta Norma aplica-se também às instalações elétricas de canteiros de obra, feiras, exposições e outras instalações temporárias

10. O instrumento de medida da amplitude da tensão elétrica chama-se:

Voltímetro

Frequencímetro

Wattímetro

Ohmímetro

Amperímetro

AGENTE OPERACIONAL / ENCANADOR

1. Com base no artigo 3º da Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, é CORRETO afirmar que a garantia dos direitos de crianças e adolescentes se fará através das seguintes linhas estratégicas:

- I. Efetivação dos instrumentos normativos próprios, especialmente da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- II. Implementação e fortalecimento das instâncias públicas responsáveis por esse fim.
- III. Facilitação do acesso aos mecanismos de garantia de direitos, definidos em lei.

- (X) Todas as afirmativas são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e II são verdadeiras
- () Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
- () Somente as afirmativas II e III são verdadeiras
- () Somente a afirmativa I é verdadeira

2. Com base no artigo 3º da Resolução 119/2006 do CONANDA, é CORRETO afirmar que o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até _____;

- (X) a execução de medidas socioeducativas
- () a sentença judicial
- () a elaboração do Boletim de Ocorrência
- () a análise do processo
- () o envio do Plano Individual de Atendimento

3. Nas Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok), a Regra nº 38 estabelece que as adolescentes em conflito com a lei internadas deverão ter acesso a programas e serviços correspondentes a sua idade e gênero. Ainda em acordo com essa regra, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Somente poderão receber acompanhamento de saúde na presença de suas genitoras

- () Elas devem receber aconselhamento sobre abuso
- () Elas deverão receber educação sobre atenção à saúde da mulher
- () Elas deverão ter acesso regular a ginecologistas
- () Elas devem receber orientação sobre como aconselhamento sobre violência sexual

4. Conforme o artigo 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a garantir alguns direitos. Quanto a isso, é INCORRETO afirmar que:

- (X) Não há necessidade de manter alojamento conjunto, de forma que o neonato não precisa permanecer com a sua mãe
- () Deverão manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 18 (dezoito) anos;
- () Deverão identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente
- () Deverão proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido bem como prestar orientação aos pais
- () Deverão fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato

5. O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 cita que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:

- (X) O particularismo político
- () A soberania
- () A cidadania
- () A dignidade da pessoa humana
- () Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

6. Considerando a NR-06- EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI, assinale a alternativa que NÃO corresponde a um EPI:

- (X) Tênis

- Máscaras
- Filtros
- Abafador de ruídos
- Luvas

7. A sigla EPI, referida aos Equipamentos de Proteção Individual, destina à proteção do trabalhador contra riscos:

- Que ameaçam sua segurança e a sua saúde
- Que ameaçam sua integridade moral
- Que ameaçam a saúde psíquica
- Que atinjam as instalações físicas
- Que ameaçam seu emocional

8. Qual desses materiais é um material de vedação hidráulica?

- Silicone
- Inox
- Alumínio
- Fio de cobre
- Fita isolante

9. Qual das tarefas abaixo não pertence a um encanador?

- Troca de ladrilhos e revestimentos
- Instalações hidráulicas em geral
- Manutenções hidráulicas em geral
- Vazamentos
- Substituição de louças e metais

10. Qual serviço NÃO se enquadra nas tarefas do encanador?

- Troca de telhas
- Vazamento em imóveis
- Limpeza de caixa d'água
- Substituição de louças e metais
- Instalação de tubulações

FARMACÊUTICO

1. Conforme o artigo 71 da Lei 12.594/2012 (Lei do SINASE), todas as entidades de atendimento socioeducativo deverão, em seus respectivos regimentos, realizar a previsão de regime disciplinar obedecendo os seguintes princípios, EXCETO:

- Formas de participação da família para efetivo cumprimento da sanção disciplinar
- Tipificação explícita das infrações como leves, médias e graves e determinação das correspondentes sanções
- Exigência da instauração formal de processo disciplinar para a aplicação de qualquer sanção, garantidos a ampla defesa e o contraditório
- Obrigatoriedade de audiência do socioeducando nos casos em que seja necessária a instauração de processo disciplinar
- Apuração da falta disciplinar por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) integrantes, sendo 1 (um), obrigatoriamente, oriundo da equipe técnica

2. Conforme o artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são deveres do Estado assegurar à criança e ao adolescente, EXCETO:

- Atendimento no ensino médio, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde
- Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria
- Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio
- Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino

Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um

3. Segundo o artigo 19 da Resolução Conanda nº 113, os programas de execução de medida socioeducativa se estruturam e se organizam, sob forma de um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, em cumprimento do(s) seguinte(s) princípio(s) norteador(es):

I. Prevalência do conteúdo educativo sobre os sancionatórios e meramente de contenção, no atendimento socioeducativo.

II. Ordenação do atendimento socioeducativo e da sua gestão, a partir do projeto político pedagógico.

III. Construção, monitoramento e avaliação do atendimento socioeducativo, com a participação proativa dos adolescentes socioeducandos.

Todas as afirmativas são verdadeiras

Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

Somente a afirmativa I é verdadeira

Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

4. Segundo o SINASE (Resolução Conanda nº 119), o Sistema de Garantia de Direitos é constituído de:

SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça e Segurança Pública e Sistema Educacional

SUS, SUAS, DELES, Sistema de Educação, Sistema de Justiça somente

SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social e Sistema de Justiça Restaurativa

SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional

SUS – Sistema Universal de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça Restaurativa e Segurança Pública e Sistema Educacional

5. São orientações fundamentais das Regras de Beijing/Pequim:

I. Os Estados Membros procurarão, em consonância com seus respectivos interesses gerais, promover o bem-estar da criança e do adolescente e de sua família

II. As presentes regras se aplicarão segundo o contexto das condições econômicas, sociais e culturais que predominem em cada um dos Estados Membros

III. A Justiça da Infância e da Juventude será concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país e deverá ser administrada no marco geral de justiça social para todos os jovens, de maneira que contribua ao mesmo tempo para a sua proteção e para a manutenção da paz e da ordem na sociedade

(X) Todas as afirmativas são verdadeiras

() Somente as afirmativas II e III são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e III são verdadeiras

() Somente as afirmativas I e II são verdadeiras

() Somente a afirmativa I é verdadeira

6. De acordo com a Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, Artigo 15. “ Para inscrição no quadro de farmacêuticos dos Conselhos Regionais é necessário, além dos requisitos legais de capacidade civil”:

I – gozar de boa reputação por sua conduta pública, atestada por 3 (três) farmacêuticos inscritos.

II - estar com seu diploma registrado na repartição sanitária competente.

III - ser diplomado ou graduado em Farmácia por Instituto de Ensino Oficial ou a este equiparado.

IV - não ser nem estar proibido de exercer a profissão farmacêutica.

(X) Todas as afirmativas são verdadeiras

() Apenas a afirmativa I é verdadeira

() Apenas a afirmativa II é verdadeira

() Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras

() Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras

7. São deveres do Farmacêutico, previstos no artigo 14 do Código de Ética:

I - participar da elaboração e zelar pelo cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços da Saúde (PGRSS) do local sob sua responsabilidade.

II - notificar os profissionais da saúde e os órgãos sanitários competentes, bem como o laboratório industrial ou a farmácia com manipulação envolvidos, quaisquer desvios de qualidade e/ou eventos adversos.

III - utilizar dados técnico-científicos baseados na melhor evidência disponível.

IV - executar, quando aplicável, as atribuições clínicas.

(X) Todas as afirmativas são verdadeiras

() Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras

() Apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras

() Apenas a afirmativa I é verdadeira

() Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras

8. De acordo com a Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, Artigo 2, para extrair, produzir, fabricar, beneficiar, distribuir, transportar, preparar, manipular, fracionar, importar, exportar, transformar, embalar, reembalar, para qualquer fim, as substâncias constantes nas listas do Regulamento Técnico anexo à Portaria, e suas atualizações, ou os medicamentos que as contenham, é obrigatória a obtenção de Autorização Especial concedida por qual entidade?

I – Secretaria Estadual e Municipal de Saúde.

II - Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

III – Secretaria Municipal de Saúde.

IV – Coordenadoria da Vigilância em Saúde.

V – Secretaria Estadual de Saúde.

(X) Apenas a afirmativa I é verdadeira

() Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras

() Apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras

() Apenas as afirmativas I e V são verdadeiras

() Todas as afirmativas são verdadeiras

9. A Seção de Farmácia Central tem como uma de suas atribuições o planejamento do estoque de medicamentos, materiais cirúrgicos e hospitalares para fornecimento aos Centros de Atendimento, coordenando a recepção, armazenamento e dispensação, dentre outras.

Com relação as aquisições da Seção de Farmácia, podemos afirmar que:

I – São realizadas por meio de licitação.

II – São realizadas por meio da Secretaria Estadual da Saúde.

III – São provenientes das Unidades Básicas de Saúde.

IV – São provenientes da Fundação para o Remédio Popular - FURP.

V – São realizadas por meio da Verba de Adiantamento e Licitação.

(X) Apenas a afirmativa V está correta

() Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras

() Apenas a afirmativa III é verdadeira

() Apenas as afirmativas IV e V são verdadeiras

() Todas as afirmativas são verdadeiras

10. Algumas prescrições atendidas pela Seção de Farmácia Central possuem substâncias sujeitas a controle especial, que estão regulamentadas na Portaria nº 344/1998. Quanto à Notificação de Receita do tipo a) entorpecentes e b) psicotrópicos – documento padronizado destinado à notificação da prescrição de medicamentos descritos nesta portaria, assinale a afirmativa CORRETA:

(X) As notificações devem ser, respectivamente, nas cores amarela e azul

() As notificações devem ser, respectivamente, nas cores amarela e branca

() A notificação deve ser na cor amarela

() A notificação deve ser na cor azul

() A notificação deve ser na cor branca